

Volume 1 :

Carlo Romani
Massimo Sciarretta

Volume 1 :



História Contemporânea II :

História Contemporânea II

cederj



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

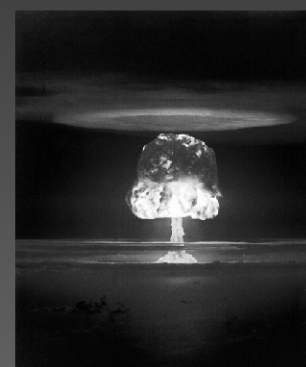
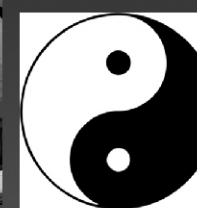
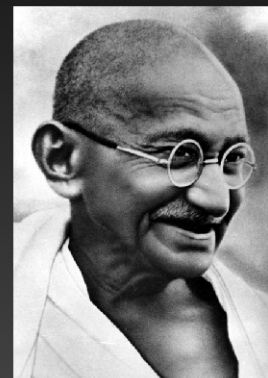


GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Fundo do
CECERJ
Consórcio cederj



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Contemporânea II

Volume 1

Carlo Romani
Massimo Sciarretta



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Carlo Romani
Massimo Sciarretta

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fabio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Henrique Oliveira
Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

R758

Romani, Carlo.

História Contemporânea II. v. 1 / Carlo Romani, Massimo Sciarretta. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
224 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-801-9

1. Capitalismo. 2. Socialismo. 3. Segunda Guerra Mundial I. Sciarretta, Massimo. I. Título.

CDD 330.15

2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieira de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 1	– O mundo fora do eixo hegemônico até o fim da Segunda Guerra Mundial	7
	Carlo Romani	
Aula 2	– A “Guerra Fria”	39
	Massimo Sciarretta	
Aula 3	– A “Idade de Ouro” do capitalismo	81
	Massimo Sciarretta	
Aula 4	– Ascensão e queda do “socialismo realmente existente”	117
	Massimo Sciarretta	
Aula 5	– Lutas pela independência e a descolonização após 1945: o surgimento do “Terceiro Mundo”	159
	Carlo Romani	
Aula 6	– A emergência política e econômica do leste asiático no cenário mundial	189
	Carlo Romani	
Referências		217

Aula 1

O mundo fora do
eixo hegemônico
até o fim da
Segunda Guerra
Mundial

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar os aspectos culturais, políticos e econômicos das diferentes áreas do mundo para além do eixo hegemônico da civilização ocidental.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar, do ponto de vista geopolítico, como o mundo encontrava-se dividido no período entre guerras, sob a influência das nações imperialistas;
2. analisar as diferentes estratégias de luta e modos de resistência ao domínio das potências estrangeiras empreendidas pelas populações dos territórios colonizados;
3. identificar o surgimento e o desenvolvimento de alguns dos diversos movimentos nacionalistas, nos territórios colonizados, que levaram à independência, após o término da Segunda Guerra.

INTRODUÇÃO

O mundo fora do eixo hegemônico

A palavra hegemonia vem do grego *hegemon*, que significa “líder”. Quando passou a ser utilizada no vocabulário dos estudos sobre política internacional no século XX, ela implicou definir Estado, ou grupo de Estados, dependendo das análises, cujo poder econômico e militar, portanto um poder coercitivo, transformou-o em potência dominante. O conceito de hegemonia foi usado por Antonio Gramsci para se diferenciar da ideia de dominação e referir-se a um tipo de supremacia com consentimento: uma liderança política, alcançada pelo seu conteúdo moral e intelectual. Essa interpretação gramsciana da hegemonia no plano nacional foi utilizada por Giovanni Arrighi no plano internacional para se referir à liderança de um Estado que, de certa forma, é consentida pelos demais (ARRIGHI, 1996, p. 28-29). Se a liderança fosse exercida somente através da coerção, seria apenas terror, o mecanismo que caracterizou os regimes totalitários e, em algum momento, ruiria. Então, essa aceitação deve-se à percepção de que ela exerce de modo mais equilibrado a força necessária para promover um interesse geral; na era contemporânea, o da contínua expansão econômica do capitalismo. Sobre a dominação inglesa, o líder da resistência indiana Jawaharlal Nehru escreveu, em sua autobiografia, que “os piores males que ela infligiu a esse povo apresentam externamente o aspecto de dádivas do Céu: estrada de ferro, telégrafo, telefone, rádio e o resto foram bem-vindos” (FERRO, 1996, p. 307).

Desde a metade do século XIX, a civilização ocidental constituiu-se em torno de uma hegemonia anglo-saxônica que foi capaz de promover essa expansão capitalista para diferentes regiões do mundo, incluindo, na dinâmica econômica do crescente mercado global em formação, alguns potentados regionais que enriqueceram e cujas elites aproximaram-se culturalmente do

Ocidente. Como estudamos na disciplina de História Contemporânea I, o Reino Unido constituiu-se em nação hegemônica no decorrer do século XIX, formando um império global. Seu poderio geopolítico começou a declinar ao fim desse século e mais rapidamente ao término da Primeira Guerra, quando outra grande nação, os EUA, emergiu como maior potência econômica mundial e tornou-se financiador da recuperação europeia do primeiro pós-guerra. O centro da hegemonia global gravitava nesses anos entre guerras no eixo estabelecido entre Londres e Nova York, já anunciando o deslocamento de hegemonias para o outro lado do Atlântico, fato que se consolidaria ao fim da Segunda Guerra Mundial (ARRIGHI, 1996, p. 47-74).

Nesta aula, contudo, ao falarmos em eixo hegemônico no planeta, referimo-nos ao eixo de poder entre Nova York, Londres, Paris, Berlim e, com alguma boa vontade, Moscou, locais difusores em diferentes tempos e cada qual a seu modo dos pilares da civilização ocidental. Assim, quando nos referimos ao mundo fora do eixo hegemônico, estamos nos referindo às áreas do planeta que por suas características políticas e culturais escapam àquela definição: a América Latina e o Caribe (ambas sob forte influência cultural ameríndia e africana); a África negra, o mundo árabe, e as diferentes civilizações asiáticas (relativizando a posição do Japão que se modernizou à semelhança do Ocidente e tornou-se uma potência regional sem dominação europeia). Em comum a todas essas áreas fora do que chamamos de eixo hegemônico, o fato de estarem, em maior ou em menor grau, diretamente (África e Ásia), ou, indiretamente (América Latina e Caribe), sob domínio de uma nação imperialista. Ou ainda, mesmo sendo oficialmente independentes, a economia de muitos desses países encontrava-se subordinada a políticas coloniais. O que se apresentará nesta aula não são os mecanismos de dominação, praticados pelas potências imperialistas, formas já estudadas em outras oportunidades. O que será estudado é o desenvolvimento dos diferentes modos de luta das populações colonizadas, resultantes também das trocas estabelecidas

com os colonizadores, e que levaram à formação de inúmeros países independentes, nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra. Mais do que isso, nós veremos, em perspectiva histórica, outros modos de organização política e social, provindos de civilizações não ocidentais, e que irão modificar a geopolítica do planeta, a partir da segunda metade do século XX com a emergência de novas potências regionais no cenário global, por exemplo, a China e a Índia (ARRIGHI, 1999).

A Liga das Nações e a divisão geopolítica do mundo no período entre guerras

A geografia política mundial, iniciada em 1919, com os tratados genericamente conhecidos como de Versalhes, promoveu não somente a redefinição das fronteiras dentro da Europa como também a reconfiguração da dominação imperialista sobre os territórios coloniais do Oriente Médio e da África, resultante do reconhecimento do fim dos impérios otomano e alemão. A nova divisão política foi ratificada pelos países membros da Liga das Nações, organização internacional surgida em Versalhes que duraria até 1946, substituída pela Organização das Nações Unidas, ONU. Os antigos territórios africanos, sob domínio alemão, foram repassados para a administração da França, Inglaterra, África do Sul e também da Bélgica, através de **mandato**. Assim, França e Inglaterra estenderam ainda mais seus já extensos domínios no continente africano. Da mesma forma, ocorreu com o espólio otomano no Oriente Médio, cujos territórios, divididos entre a França (Síria e Líbano) e a Inglaterra (Palestina, Jordânia, Iraque), seriam administrados sob o regime de mandato, ratificado pela Liga das Nações. Na época de sua inauguração, em 10 de janeiro de 1920, a Liga contava com 42 Estados-membros fundadores.

Mandato

Solução jurídica, encontrada pela Liga das Nações, para a administração dos territórios coloniais da Alemanha e da Turquia por um país membro da Liga. A França e o Reino Unido foram as principais nações mandatárias, mas também a Bélgica, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia.

Tabela 1.1: Estados membros da Liga das Nações

Países fundadores, 1919 – população em milhões ()	Situação na Liga	Países com ingresso posterior	Situação na Liga
África do Sul (6,2)	permaneceu até o fim	Albânia, 1920	deixou em 1939
Argentina (8,3)	saiu em 1921 e voltou em 1933	Áustria, 1920	deixou em 1928
Austrália (5,0)	permaneceu até o fim	Bulgária, 1920	permaneceu até o fim
Bélgica (7,5)	permaneceu até o fim	Costa Rica, 1920	deixou em 1925
Bolívia (2,9)	permaneceu até o fim	Finlândia, 1920	permaneceu até o fim
Brasil (24,3)	deixou em 1926	Luxemburgo, 1920	deixou em 1942
Canadá (8,4)	permaneceu até o fim	Estônia, 1921	permaneceu até o fim
Chile (3,9)	deixou em 1938	Letônia, 1921	permaneceu até o fim
China (318,1)	permaneceu até o fim	Lituânia, 1921	permaneceu até o fim
Colômbia (5,5)	permaneceu até o fim	Hungria, 1922	deixou em 1939
Cuba (2,6)	permaneceu até o fim	Irlanda, 1923	permaneceu até o fim
Dinamarca (3,5)	deixou em 1940	Abissínia, 1923	ocupada pela Itália em 1936
El Salvador (1,0)	deixou em 1937	Rep. Dominicana, 1924	permaneceu até o fim
Espanha (20,8)	deixou em 1939	Alemanha, 1926	deixou em 1933
França (41,5)	deixou em 1941	México, 1931	permaneceu até o fim
Grécia (5,7)	permaneceu até o fim	Iraque, 1932	permaneceu até o fim
Guatemala (2,0)	deixou em 1936	Turquia, 1932	permaneceu até o fim
Haiti (2,0)	deixou em 1942	Afeganistão, 1934	permaneceu até o fim
Holanda (6,7)	permaneceu até o fim	Equador, 1934 (2,0)	deixou em 1940
Honduras (0,6)	deixou em 1936	URSS, 1934	expulsa em 1939
Índia (315,2)	permaneceu até o fim	Egito, 1937	permaneceu até o fim
Itália (36,5)	deixou em 1937		
Iugoslávia (12,5)	permaneceu até o fim		
Japão (53,0)	deixou em 1933		
Libéria (2,0)	permaneceu até o fim		
Nicarágua (0,6)	deixou em 1936		
Noruega (2,4)	permaneceu até o fim		
Nova Zelândia (1,1)	permaneceu até o fim		
Panamá (0,4)	permaneceu até o fim		

Paraguai (1,1)	deixou em 1935		
Pérsia, depois Irã (11,5)	permaneceu até o fim		
Peru (4,6)	deixou em 1939		
Polônia (36,2)	permaneceu até o fim		
Portugal (6,0)	permaneceu até o fim		
Reino Unido (46,0)	permaneceu até o fim		
Romênia (17,3)	deixou em 1940		
Sião, depois Tailândia (8,1)	permaneceu até o fim		
Suécia (5,8)	permaneceu até o fim		
Suíça (3,9)	permaneceu até o fim		
Tchecoslováquia (13,0)	deixou em 1939		
Uruguai (1,4)	permaneceu até o fim		
Venezuela (2,8)	deixou em 1938		

Fontes: Adaptado de League of Nations Photo Archive, <http://www.indiana.edu/~league/nationalmember.htm>
The People's Atlas – 1920. "The World – The League of Nations". London Geographical Institute, <http://www.hipkiss.org/cgi-bin/maps.pl?id=185>

O Império Britânico (incluindo oficialmente a Índia, a África do Sul, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, considerados países independentes membros da Commonwealth, mas que de fato deviam lealdade à Coroa), detinha a maior população do globo. Somente a Índia tinha, em 1920, uma população de 315 milhões de habitantes (a Índia britânica incluía, além da Índia, também os atuais Paquistão, Bangladesh, Ceilão, Nepal e Birmânia). A China, com 318 milhões, desde então já era o estado independente mais populoso do planeta, mas encontrava-se sob forte influência política britânica que controlava vários de seus portos. Na América, à exceção das Guianas e de algumas ilhas no Caribe, as nações eram todas formalmente independentes, embora também estivessem sob forte influência política e econômica norte-americana ou, ainda, britânica e francesa. Na prática, fora as nações independentes

européias e americanas, o resto do mundo (África e Ásia) vivia sob dominação imperialista da Grã-Bretanha e da França, e, em menor grau, da Bélgica, Itália, Holanda e dos EUA.

Constituída com o objetivo de ser uma assembleia reguladora internacional para que os estados independentes do mundo, principalmente os países europeus mais poderosos, pudessem resolver diplomaticamente suas diferenças sem terem de recorrer a uma nova guerra, inicialmente a Liga das Nações serviu também como uma aliança do Ocidente contra a expansão do comunismo através da recém-criada URSS. Com o decorrer do tempo, não se mostrou uma organização muito eficaz para conter as ambições dos diversos competidores internacionais e teve como resultado uma catastrófica Segunda Guerra Mundial muito mais devastadora do que a Primeira. Em grande parte, isso foi devido ao fato de que a Liga, cujo Conselho inicialmente deveria ser formado pelos estados capitalistas mais poderosos, vitoriosos na guerra (EUA, Inglaterra, França, Itália e Japão), logo de início sofreu a defeção dos EUA, cujo Senado, em março de 1920, não ratificou o Tratado de Versalhes. O democrata Woodrow Wilson, que se encontrava na presidência norte-americana, desde 1912, tinha um perfil político internacionalista e havia sido um dos principais responsáveis pela entrada, mesmo que simbólica, dos EUA na guerra. Wilson também teve papel preponderante na idealização da Liga das Nações e foi um de seus principais articuladores. Mas, sua política internacionalista que obrigaria os EUA a terem um papel mais ativo no ambiente europeu – “foi o primeiro presidente a sair da Casa Branca e navegar rumo à Europa” (LUKACS, 2004, p. 40) – foi derrotada, tanto pela rejeição franco-britânica em relação à presença militar norte-americana na Europa, como pela oposição interna republicana, que preferiu manter o país isolado do resto do mundo, a fazer valer seu crescente poderio político e militar. O **isolacionismo** americano retardou a transição hegemônica ao término da Primeira Guerra, do Reino Unido para os EUA, e deixou um vazio de poder: a nação economicamente mais poderosa do mundo eximiu-se de exercer a supremacia política.

Isolacionismo

Nome pelo qual ficou conhecida a política norte-americana de distanciamento político e de não intervenção em relação aos países europeus, que se estendeu até o ano de 1941.

Porém, do ponto de vista cultural, os EUA tornaram-se exportadores do que se denominou “american way of life” e a Europa assistiu a uma verdadeira americanização de costumes, na década de 1930, com o cinema e a difusão da música americana, particularmente o jazz (HOBBSAWM, 1996, p.183). A crescente influência de uma nação de origem colonial defensora, pelo menos em tese, da autodeterminação dos povos e da consolidação do Estado soviético, e de sua economia planificada trouxeram dúvidas para o mundo sobre a viabilidade da manutenção dos impérios coloniais, em geral. Paul Kennedy analisou a fragilidade do pacto europeu na Liga das Nações, a partir dessas mudanças geopolíticas no período entre guerras:

Em 1919, enquanto as potências europeias estavam criando os seus mandatos da Liga das Nações – escondendo seus interesses imperiais, atrás de folhas de parreira cada vez mais elaboradas – o Congresso Pan-Africano reunia-se em Paris para expressar sua opinião, o Partido Wafd era fundado no Egito, o Movimento Quatro de Maio atuava na China, Kemal Ataturk surgia como o fundador da Turquia moderna, o Partido Destour reformulava suas táticas na Tunísia, o Sarehat Islam alcançava os dois milhões e meio de membros na Indonésia e Gandhi catalisava os muitos diferentes ramos de oposição ao domínio britânico na Índia (KENNEDY, 1989, p. 278).

Apesar dessa época assinalar a máxima extensão alcançada pelos impérios coloniais europeus, ela também será o momento histórico da emergência de uma forma mais organizada e sistemática de ideias nacionalistas e movimentos independentistas nos territórios colonizados.



Atende ao Objetivo 1

1. Resuma a nova divisão geopolítica do mundo, após o término da I Guerra Mundial, sob intervenção da Liga das Nações, mostrando o diferente papel exercido pelos principais países hegemônicos: os EUA e o Reino Unido.

Resposta Comentada

O fim da Primeira Guerra marca a derrota da Alemanha e a diminuição de seu poderio político, enfraquecido pelo Tratado de Versalhes. A Grã-Bretanha e os EUA, através de seu presidente Wilson, foram os principais articuladores da Liga das Nações, uma organização de países, criada com o objetivo de administrar diplomaticamente os novos possíveis conflitos. A precoce saída norte-americana da Liga a enfraqueceu politicamente, já que os EUA haviam se tornado a potência econômica do planeta. A divisão dos territórios, perdidos pela Alemanha e pela Turquia na guerra, entre França e Inglaterra, criou no período entre guerras uma situação que se mostrou anacrônica. A permanência da velha política imperialista anglo-francesa não tinha forças para permanecer por muito tempo, seja devido à emergência dos EUA, como novo poder hegemônico mundial, seja devido às demandas de independência das populações sob ocupação colonial.

A África para os africanos

Como nos alertou Kennedy, especialista em história militar, enquanto os mandatos anglo-franceses eram efetivados sob anuência da Liga das Nações, ocorreram quatro congressos pan-africanos entre os anos de 1919 (o primeiro organizado por William Du Bois, em Paris) e 1927, que receberam a participação de dezenas de delegados africanos. Apesar de o pan-africanismo não ter tido uma correspondência direta com várias lutas de resistência dos povos africanos à ocupação durante o período entre guerras, nesses congressos difundiu-se a ideia da igualdade racial entre brancos e negros. Naquela conjuntura, o direito político dos povos negros para sua autodeterminação apresentava-se como um pleito juridicamente defensável com base no princípio nacional, um dos 14 pontos previamente apresentados pelo presidente Wilson para a formação da Liga das Nações. Na prática, não funcionou assim. Quem alimentara esperanças na Liga das Nações sofreu tremendo desapontamento, pois seus Estados-membros não consideraram as populações africanas aptas a disporem da condução de seu próprio governo. O desejo de proteger o orgulho ferido explica o fortalecimento das ideias pan-africanistas e do surgimento de ideologias como a da negritude nessa época (OLORUNTIMEHIN, 2010, p. 673).

Para o professor nigeriano Benjamin Oloruntimehin, a força do pan-africanismo como elemento inicialmente aglutinador das futuras resistências nacionais africanas deve-se ao fato de que “em um contexto colonial, a consciência racial é a base do desenvolvimento do nacionalismo, enquanto busca da soberania e da independência” (OLORUNTIMEHIN, 2010, p. 658). Esse fermento para o desenvolvimento de uma resistência nacionalista em cada região colonizada, baseada na compreensão nativa da existência de uma hierarquia racial que a excluía do processo político regional, já havia sido alertado aos colonizadores pelo governador-geral da África Ocidental Francesa, Jost van Vollenhoven, desde o ano de 1917:

Há em toda esta elite mal paga e bastante infeliz, tão afastada da sociedade indígena, da qual foi expulsa, como da sociedade europeia, onde ela não é admitida, uma desilusão, um descontentamento, uma amargura que seria perigoso ignorar (Archives du Senegal, Fonds Afrique Occidentale Francaise, 17G61/2, 1917, p. 10).

Pesquisando as greves dos produtores de cacau e o descontentamento com a administração colonial na África Ocidental francesa no período entre guerras, contudo, Oloruntimehin observou que a resistência anticolonialista “não se limitava às elites dos centros urbanos, mas encontrava eco também nas zonas rurais, entre os camponeses e os operários analfabetos” (2010, p. 661). Ao contrário do ambiente urbano, onde as elites africanas entraram em contato com a civilização do Ocidente, assimilando os ideais de autonomia e independência, resultantes das revoluções francesa e americana, no contexto rural a contribuição dos movimentos religiosos foi muito mais marcante. Se os primeiros movimentos de resistência ocorridos, ainda no século XIX, tiveram nos cultos autóctones um fator decisivo, no século seguinte houve outra orientação. O Islã penetrou significativamente em toda a África subsaariana, recriando esses cultos e incorporando muitos de seus elementos. Além desse contato cultural muito antigo, o Islã foi combatido pelos administradores europeus receosos de que sua expansão se tornasse um novo polo de poder, contrário ao Ocidente. Isto levou os movimentos islâmicos a tornarem-se organizados e combativos, constituindo-se em força política real. Por outro lado, a pregação cristã, principalmente a da Igreja Metodista, mas também de outras igrejas evangélicas, com a criação de várias escolas de missionários nas vilas interioranas, favoreceu a difusão de valores morais que questionaram a discriminação racial e a exploração do trabalho. Todo esse conjunto de fatores políticos, religiosos e culturais, permitiu o florescimento de movimentos de independência.

Na concepção pan-africanista, a formação da consciência nacional subordinava-se antes de tudo à ideia de raça, menosprezando, de certa forma, questões étnico-culturais que as precediam: a questão racial aparecia politicamente como o elemento aglutinador da luta anticolonialista. Os líderes políticos africanos, empenhados na construção dos futuros estados nacionais, tiveram de se deparar com esse problema da aquisição de uma nova identidade nacional por um conjunto de grupos étnicos diferentes. Ciente da existência de inúmeros “países” – formações étnicas, linguísticas e culturais diferentes – dentro das unidades administrativas africanas já existentes, o senegalês Sédar Senghor projetou para os futuros estados independentes o papel de aglutinar a nação em torno da ideia de negritude. Assim, quando da época de ocorrência dos processos de independência africanos, após a Segunda Guerra, eles tiveram como base as fronteiras nacionais, herdadas da partilha imperialista e não as demandas e interesses dos diferentes povos que ficaram divididos em cada região. Com o tempo, esses interesses conflitantes mostraram ser a pólvora necessária para sucessivas guerras internas, surgidas durante ou depois dos processos de luta pela independência (como, por exemplo, em Ruanda ou em Serra Leoa). A coleção completa sobre a história da África está disponível para *download* na página da Unesco no Brasil no endereço: http://www.unesco.org/pt/brasil/dynamic-content-single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese/back/9669/cHash/d6c86ae49c/



V Congresso Pan-africano de 1945

Somente em 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, houve ambiente político para que os delegados africanos, reunidos no V Congresso, realizado em Manchester, na Inglaterra, proclamassem a imediata libertação nacional dos povos colonizados da África. Ao fazer a crítica aberta

ao imperialismo e ao capitalismo, tornou-se um dos eventos mais importantes do pós-guerra e ultrapassou as fronteiras do próprio continente. O lema “África para os africanos”, emanado por Kuame Nkrumah e George Padmore, tomaria conta de todo o continente. Nkrumah se tornaria o primeiro presidente de Gana, enquanto Padmore continuaria sua luta africanista, principalmente contra o regime de segregação do apartheid, na África do Sul. Seus textos publicados postumamente lançaram novas luzes sobre o papel desempenhado pelo pan-africanismo nas lutas pela independência (ADI e SHERWOOD, 1995).

O surgimento dos nacionalismos turco e árabe

Como resultado do contato com as políticas ocidentais nos territórios colonizados e também como reação à dominação estrangeira, na primeira metade do século XX, surgiram vários movimentos nacionalistas e modernizadores, tanto na Ásia e no norte da África, como também na América Latina, geralmente liderados por militares carismáticos que promoveram políticas reformistas populistas. Na região do Oriente Médio, Mustafá Kemal tornou-se herói nacional turco ao liderar e vencer as forças aliadas na Batalha de Galípoli, entrada marítima para o estreito de Bósforo e para o mar Negro, durante a Primeira Guerra. Essa fora a primeira vitória militar otomana contra um exército ocidental, desde as cruzadas, fato que lhe trouxe adoração interna e respeito internacional. Contudo, com a derrota otomana ao término da guerra, Constantinopla foi ocupada pelas forças aliadas e a Turquia submetida a acordos de partilha, o que levou à criação do Movimento Nacional Turco de resistência e à guerra pela independência, liderada por Kemal. As forças turcas conseguiram sucessivas vitórias, especialmente contra os gregos

e, em 1923, a Turquia voltaria a ser um estado independente. Ao final desse ano, o califado foi abolido definitivamente e a Turquia tornou-se uma República. Kemal, intitulado Atatürk – o pai dos turcos – seria seu primeiro presidente. O califado, que reunia poder militar e religioso na mesma pessoa, era o conceito político central do islamismo e sua abolição significou a guinada turca em direção a um modelo de governo ocidental, separando os assuntos de Estado dos da Igreja. Em 1928, sob pretexto de promover a alfabetização da população, o antigo alfabeto árabe, que era usado desde o início do Império Otomano, foi substituído pelo alfabeto turco, muito próximo do latino. Mais do que uma simples mudança de política educacional, sinalizava o desejo da nova Turquia de se aproximar da Europa (fato que perdura até o presente com o pleito para ingresso na União Europeia), dando as costas ao seu passado árabe. E, ao impor oficialmente o nome turco “Istambul” para sua antiga capital, como o único a ser internacionalmente aceito, reafirmava seu desejo de independência, não somente territorial, mas também cultural e econômico. Essa posição turca de abandono do passado imperial obrigaria o mundo árabe a ter de encontrar suas próprias soluções, para libertar-se do domínio imperialista do Ocidente.

Como mostra o mapa político da região, logo após o Tratado de Versalhes, os povos árabes no norte da África e no Oriente Médio passaram de formas de governo sob domínio otomano, no século XIX, para administrações europeias, no século XX. Após o término da Primeira Guerra, praticamente todo o mundo árabe fora dividido entre a administração inglesa e francesa, à exceção do controle italiano sobre a região da Líbia e da Arábia Saudita, e do Iêmen, duas regiões que se mantiveram formalmente independentes, apesar de cercadas por protetorados e pequenos Estados, sob influência britânica nas áreas marítimas do mar da Arábia e do Golfo Pérsico (Aden, Omã, Mascate, Bahrein, Qatar, Kwait).

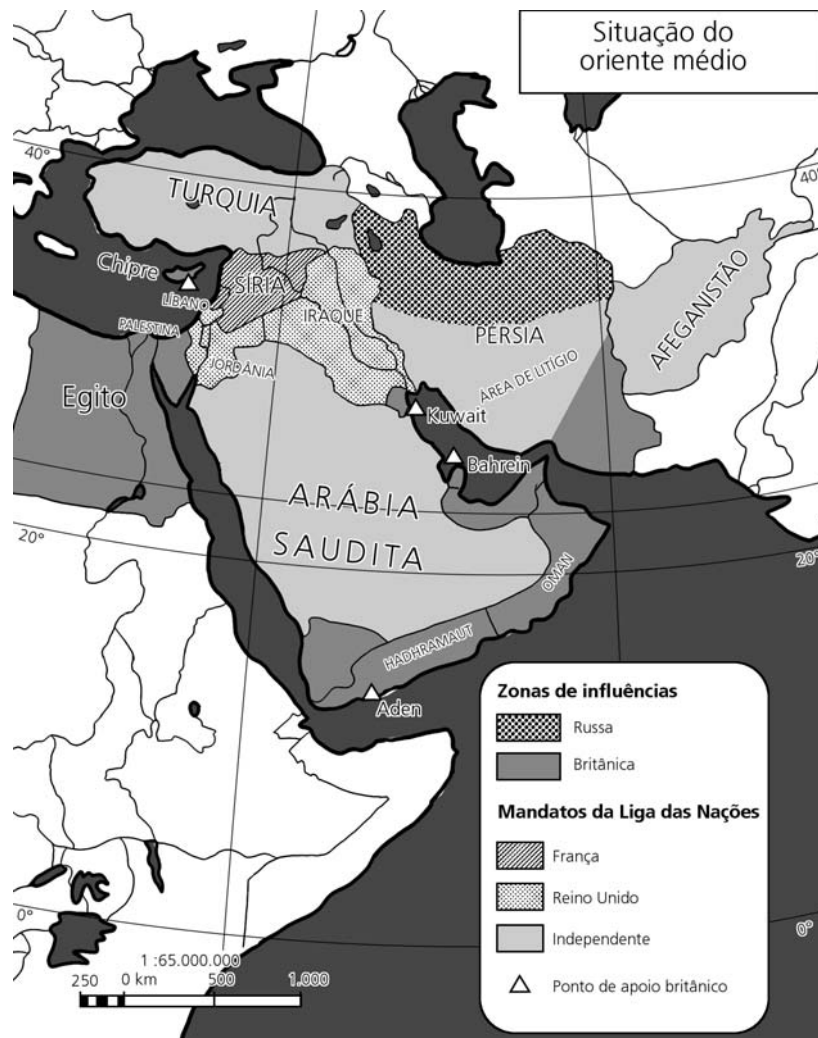


Figura 1.1: Mapa político do Oriente Médio, entre 1919 e 1925 (autor: Lord Mota).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oriente_medio_1919-1925.jpg

Mesmo o Egito, que, desde o fim do século XIX, mantinha uma posição de autonomia privilegiada em relação às demais colônias britânicas, em 1919, foi impedido de pleitear sua independência na Liga das Nações. A recusa foi seguida de intensa revolta popular no Cairo e levou ao surgimento do Wafd, o partido nacionalista egípcio que iria influenciar significativamente a atitude política dos demais povos árabes. Assim, na esteira do Wafd, na década de 1930, tivemos a recriação do Partido Destour por Habib Burguiba,

o herdeiro político da primeira geração reformista dos “jovens tunisianos”. Mais tarde, após a Segunda Guerra, o surgimento de partidos nacionalistas se repetiria com o Ba’th na Síria e em seguida no Iraque, no Líbano e na Jordânia. Também no Magreb, em particular na Argélia, o movimento nacionalista encabeçaria a luta pela independência. Essa aproximação entre os diversos povos árabes levaria ao surgimento do pan-arabismo, no segundo pós-guerra, ou seja, da aglutinação dos interesses nacionais árabes, dentro de uma política externa comum. Contudo, na década de 1920, o Wafd egípcio ainda não era exatamente o que poderíamos chamar de um partido popular, mas principalmente ele “tinha apoio da elite de profissionais liberais e de outros setores da burguesia”, os únicos que naquele momento do mundo árabe podiam formular uma pretensão de independência política, baseada na organização de um estado nacional (HOURANI, 2007, p. 433). Os movimentos islâmicos de reforma já existiam nessa época, o maior deles, o dos “Irmãos Muçulmanos”, fora fundado em 1928, no Egito, mas mesmo entre os grupos religiosos sempre houve distanciamento entre a elite e a base da população. Esses movimentos difundiam a ideia de que “as doutrinas e as leis do Islã podiam proporcionar as bases da sociedade do mundo moderno” (HOURANI, 2007, p. 458). Situada entre duas forças político-religiosas distintas, a população do campo, esmagadora maioria no mundo árabe, continuava submetida ao domínio dos proprietários de terra e fortemente ligada à *Sharia*, o código de leis do Islã, que prevalecia sobre o modelo de Direito laico ocidental. Somente ao término da Segunda Guerra, em parte devido aos processos migratórios urbanos e ao contato com outros modos de organização social, a massa da população viria a assumir a causa nacionalista no Egito e a defesa da luta pela independência na Argélia e em outras regiões do Oriente Médio, sob mandato anglo-francês, entre elas a Palestina.

A migração europeia para as regiões colonizadas seguiu padrões clássicos em todas as regiões do norte da África: cargos para o funcionalismo público, empregados nas grandes empresas estatais

Pogroms

É o nome russo genérico para definir os ataques de violência física e material (depredação e expropriação de bens) dirigidos, principalmente, contra as comunidades de judeus em regiões da Rússia czarista, praticados pelas populações locais com incitamento das autoridades imperiais.

Sionismo

Vem da palavra "Sião", uma das antigas denominações hebraicas para a cidade de Jerusalém. Movimento político fundado oficialmente, em 1897, para defender a autodeterminação do povo judeu e seu direito a ter um estado independente na região do antigo reino de Israel.

Kibutz

Nome dado à comuna rural hebraica, surgida no século XIX e inspirada no socialismo onde a propriedade da terra e dos instrumentos de produção era coletiva.

ou colonos estabelecidos, como proprietários de terras. Os europeus alcançavam de 10 a 12% de uma população de 17 milhões em todo Magreb, mas constituíam-se na maioria em cidades, como Argel, Túnis e Tripoli (HOURANI, 2007, p. 424). Também em Alexandria, no Egito, e em Beirute, no Líbano, a chamada Paris do Oriente, havia uma forte presença de ingleses, franceses e italianos. Esse contato promoveu uma circulação positiva de ideias, estimulando um pensamento crítico entre os jovens estudantes árabes, muitos deles em universidades europeias onde passaram a manter ligações com os movimentos de esquerda. Essa elite cultural progressista tornou-se visível num primeiro momento na participação junto à luta da resistência francesa nas colônias do Magreb e, num segundo momento, no caráter ideológico, voltado ao socialismo que assumiriam os partidos nacionalistas após o término da Segunda Guerra.

Na Palestina, contudo, a migração europeia foi protagonizada por judeus, estimulada amplamente pela política britânica, através da Declaração Balfour, de facilitar a construção de um lar nacional judeu. Ao final do século XIX, ideólogos, como Theodor Herzl, vinham levantando a bandeira da criação de um estado nacional hebreu e a terra de Jerusalém apresentava-se como a solução histórica dessa política. Nessa mesma época, os judeus da Europa oriental viviam em clima de constante perseguição com os **pogroms**, provocando um movimento migratório, na maior parte dirigido para as Américas (ARENDT, 2006). Porém, a política do **sionismo** também incentivava o movimento de colonização para a Palestina, através de uma política de assentamento de colonos judeus em **kibutz**, fenômeno que se acentuou durante o mandato britânico no território e que se incrementará ainda mais por causa do Holocausto.

Num artigo, publicado no ano de 1923, Ze'ev Jabotinsky, o pai do sionismo revisionista, ou seja, da direita liberal contrária à influência socialista, renunciava o futuro litígio na região, ao afirmar que os nacionalistas árabes se oporiam à criação de um estado judeu na Palestina e incentivava com seu "muro de ferro" a organização militar dos colonos. Para essa vertente política, o

projeto sionista de construção do Estado de Israel somente poderia ocorrer com o uso da força. Em 1922, os judeus compunham apenas 11% da população total da Palestina de 700 mil habitantes, mas ao fim da Segunda Guerra já eram quase 30%, de um total de dois milhões, em sua maioria, de muçulmanos. Além de crescer proporcionalmente, a população hebraica vivia predominantemente nas grandes cidades de Jerusalém, Tel-Aviv e Haifa e dominava as melhores terras agriculturáveis. Nessas circunstâncias, com o fim do mandato britânico e a retirada de suas tropas da Palestina em 1948, a malograda proposta de divisão da região entre árabes e judeus levou à eclosão de um conflito contínuo, sem prazo para término.



Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Resumidamente, apresente algumas das características específicas dos movimentos nacionalistas:

a) africanos;

b) árabes.

a) _____

b) _____

Resposta Comentada

a) Africanos: como explicou Oloruntimehin, os movimentos nacionalistas que surgiram, em diferentes regiões da África, no período entre guerras e, principalmente, após 1945, foram marcados pela questão racial, pelo componente da negritude, em confronto à colonização branca europeia, fato que levou ao desenvolvimento do pan-africanismo como elemento aglutinador das lutas de independência africanas.

b) Árabes: o nacionalismo dos povos árabes começa a se desenvolver de modo sistemático e organizado, após o término da Primeira Guerra, quando o fim da ocupação otomana é seguido da europeia, impedindo a independência das nações árabes. O Partido Wafd iniciou politicamente, na década de 1920, a luta pela libertação nacional do Egito, luta que será seguida pelos povos das demais regiões árabes.

A diversidade do subcontinente indiano e seus movimentos nacionalistas

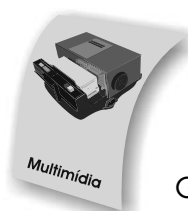
O subcontinente indiano corresponde àquela região, colonizada pela Companhia das Índias Orientais, habitada por populações de religiões hinduístas, muçulmanas e budistas, e que se estendia desde os atuais Paquistão, a oeste, até a Birmânia (hoje Myanmar) a leste, tendo ao centro a Índia e Bangladesh, ao sul, o Ceilão (hoje Sri Lanka) e ao norte, o Nepal. A maior e mais populosa área era a Índia, dividida em dezenas de províncias formadas por uma maioria hinduísta, com minorias de muçulmanos a leste e oeste. A ocupação histórica inglesa no final do século XVIII não se deu diretamente sobre os domínios dos marajás indianos, pois boa parte da Índia já havia sido conquistada desde o século XV por povos seguidores do Islã que se tornaram suseranos com a dinastia mongol dos mughals, sediada ao norte, em Deli (HOURANI, 2007, p.124). Parte da crescente islamização da Índia deveu-se ao fato de que a religião de Alá não prescrevia nenhum tipo de

discriminação aos parias da sociedade indiana. Esse grupo social, que ocupava e ainda ocupa a posição mais desprezada do sistema de castas hinduísta, converteu-se maciçamente ao islamismo, durante a dominação mongol. O Império Mughal foi extinto em 1857, durante os motins indianos, o que permitiu a efetiva unificação do poder pela administração britânica. A Coroa criou uma política de favorecimentos, voltada para a elite econômica da maioria hindu, enquanto dotava o país de uma infraestrutura necessária aos seus negócios de comércio internacional. Assim, surgiu uma elite indiana amiga que não era radicalmente contrária à presença inglesa, pelo menos até a década de 1930, quando a conjuntura interna e a internacional trouxe o real desejo de independência para a região.

A luta pela independência da Índia, organizada de forma político-partidária, remonta a 1885 com o Congresso Nacional Indiano, inicialmente restrito a uma elite letrada. Em 1905, o movimento Swaraj pela autonomia leva à formação do Partido do Congresso, que na década de 1920 se tornaria um partido de massa sob a liderança de Mohandas Gandhi – o Mahatma, a grande alma, em sânscrito. O grande mérito de Gandhi foi o de ter reunido a concepção política ocidental de nação (estudou em Londres e formou-se em Direito) ao pensamento e forma de ação hinduísta, gerando um tipo de resistência pacífica e continuada. As campanhas de massa de **desobediência civil** levaram o governo britânico a desencadear uma forte repressão política e o líder pacifista se tornaria uma personalidade histórica mundial. Uma luta que levaria ao Government of India Act, de 1935, pelo qual era oficializada a participação de indianos no governo, renunciando a futura retirada britânica da Índia.

Desobediência civil

Prática de resistência não violenta a leis, regras e outros atos, impostos pelo Estado contra a população. Seus idealizadores foram Leon Tolstói e Henri Thoreau, no século XIX.



A Marcha do Sal ou marcha Dandi

Entre 12 de março e seis de abril de 1930, Gandhi caminhou por quase 400 km para pegar sal nas areias da praia de Dandi. Era um protesto contra a proibição britânica de extração e fabricação de sal pelos indianos. A caminhada pacífica foi sendo seguida por uma multidão que a engrossava a cada cidade por onde Gandhi passava. Foi um dos símbolos da *Satyagraha* – ação persistente fundada na verdade – e iniciou a segunda campanha de desobediência civil contra as leis autoritárias da Coroa. O governo britânico tentou ignorar o ato, mas não conseguiu conter a onda de protestos que se seguiu. Assista a um pequeno trecho da marcha em: <http://www.indiavideo.org/travel/gandhi-dandi-march-3164.php> . Este e outros vídeos sobre Gandhi podem ser encontrados em: <http://www.indiavideo.org/text/gandhi/>



Figura 1.2: Gandhi na Marcha do Sal.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Marche_sel.jpg

Outra corrente do Partido do Congresso, a ala socialista, desempenhava um papel mais combativo, defendendo a luta armada contra o invasor e foi a responsável pela maior parte dos ataques a postos militares britânicos. Com a campanha *purna swaraj*, autonomia total, o futuro primeiro-ministro Jawaharlal Nehru iria liderar os jovens nacionalistas indianos na guerra de independência que se radicalizaria no decorrer da Segunda Guerra. De sua parte, os muçulmanos, cientes de que o partido nacionalista indiano excluiria, ou minimizaria sua participação no governo do futuro país independente, organizaram-se através da Liga Muçulmana. A população, seguidora do Islã, era maioria no noroeste da Índia, Punjab, e em Bengala, no extremo leste. Em 1940, antecipando-se à futura independência e à separação, a Liga Muçulmana exigiu a formação de um governo autônomo no Paquistão Ocidental. A fragmentação da Índia se tornaria inevitável, fato que para Gandhi era um absurdo: “por que não, depois uma nação sikh, uma nação parse, somos todos da mesma raça” (FERRO, 1996, p. 307-15).

Mas foi o que efetivamente aconteceu em 1947, durante a definição final da independência, além da Índia, criou-se um Estado muçulmano, dividido entre Paquistão Ocidental e Oriental (parte que em 1971 se tornou independente com o nome de Bangladesh). A divisão da Índia não ocorreu de forma pacífica, provocou uma movimentação inédita de pessoas no mundo, inaugurando as diásporas contemporâneas. Dezenas de milhões de pessoas foram obrigadas a sair de suas regiões de habitação para outras, na condição de refugiadas das lutas que se seguiram entre hindus e muçulmanos, após a independência. Também houve perseguição aos sikhs no noroeste indiano e aos tamis no Ceilão. A herança do espólio britânico sobrevive hoje em dia na tensão entre o Paquistão e a Índia pela posse da região do Caxemira, no Himalaia indiano, e nas sangrentas disputas religiosas que periodicamente ocorrem entre indianos, sikhs e paquistaneses no norte, e tamis e cingaleses no sul.

A expansão japonesa no Extremo Oriente e o desarranjo dos impérios coloniais

Em plena depressão econômica, resultante da crise de 1929, uma nova redistribuição de forças surgia no mundo. No lado oriental, o Império japonês ao invadir e ocupar o norte da China, em 1931, apresentava-se como uma nova potência não somente econômica, mas também militar. O ataque que serviu para barrar o crescimento do Kuomintang, o Partido Nacionalista do Povo, foi visto de modo diferente pelas principais democracias ocidentais. Os EUA condenaram abertamente o ataque, receosos de que o avanço japonês conflitasse com seus interesses no Pacífico; a Grã-Bretanha permaneceu numa posição dúbia, já que a luta interna chinesa a incomodava; enquanto que a atitude francesa foi condescendente.

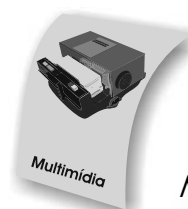
Aqui precisamos recapitular um pouco a história chinesa até o ano de 1912, quando foi proclamada a República, com sede em Pequim, embora sem força para manter um governo central em um país comandado nas províncias por diversos generais, os senhores locais. Nesse contexto de divisão interna, afirma-se o poder do Kuomintang, empenhado na reunificação territorial. Em 1923, os nacionalistas chineses aliaram-se ao pequeno Partido Comunista Chinês, apoiado pelo Komintern, a Internacional Comunista. A partir de 1926, já sob a liderança de Chiang Kai-shek, o Kuomintang obteve uma série de vitórias até tomar as cidades de Nankim e Xangai, em 1927. Em seguida, as diferenças programáticas entre os dois partidos impediram a manutenção da unidade política. Os comunistas, em minoria, foram expurgados do processo político e organizaram sua guerrilha nas montanhas, enquanto que os nacionalistas tomavam Pequim. Na década de 1930, emergiu Mao-Tsé-tung ou Mao Zedong, o grande timoneiro do comunismo chinês, ao liderar a “Longa Marcha” e estabelecer diversos sovietes rurais. O comunismo maoísta diferenciou-se do russo, por ter como elemento central da luta revolucionária, o proletário do campo.

Nessa conjuntura de guerra interna pelo poder central entre facções senhoriais, comunistas e liberais é que se deu a invasão japonesa no nordeste da China. No plano internacional, apesar de a China ser um de seus Estados fundadores, como diz Paul Kennedy, a “Liga, por mais admiráveis que fossem os seus princípios, não tinha meios efetivos de impedir a agressão japonesa na Manchúria, a não ser pelas forças armadas de seus principais membros”, países que não convergiram para uma posição comum (KENNEDY, 1989, p. 320). A ocupação japonesa desafiava o frágil poder diplomático da Liga das Nações, apontando para o precário equilíbrio internacional entre as nações.

No decorrer da década de 1930, o Japão continuou com as anexações dentro da China. Em 1938, já dominava Pequim e as áreas mais ricas do leste, apesar de sofrer forte resistência das guerrilhas lideradas por Mao, no interior do país. Quando do início da Segunda Guerra, em função da aliança estratégica com a Alemanha, o Japão ocupou a Indochina francesa, em 1941, atacou o enclave inglês de Hong Kong e as Filipinas (arquipélago sob influência norte-americana) e ocupou as ilhas da Indonésia (colônias holandesas), a Tailândia, e a Birmânia e a Malásia (colônias britânicas), entre 1942 e 43. A efetiva entrada dos EUA na guerra somente ocorreu com o ataque aéreo japonês à base naval de Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941. A reação norte-americana no Pacífico começou com a vitoriosa batalha naval de Midway (no Havaí) e foi levada adiante, a partir de agosto de 1942, com a contraofensiva da campanha de Guadalcanal, desde as ilhas Salomão, no Pacífico Sul. Daí em diante, os EUA foram reconquistando ilha por ilha do Pacífico, levando o Japão a se concentrar nas ocupações continentais e insulares do sudeste asiático. A marinha imperial japonesa mostrou-se frágil diante da norte-americana, uma nação que aparecia ao mundo como a nova potência hegemônica do planeta.

Ao enfrentarem duramente os impérios ocidentais no sudeste asiático, os japoneses difundiram nos movimentos nacionalistas,

na Indochina (Vietnã, Laos e Cambodja) e na Indonésia, a real possibilidade de conquista da independência, após séculos de dominação inglesa, francesa e holandesa. No Vietnã, por exemplo, repetia-se na década de 1930 a divisão política entre um partido nacionalista à semelhança do Kuomintang e um Partido Comunista Indochinês, organizado no exílio por Nguyễn Sinh Cung, ambos energeticamente combatidos pelo governo francês. A vitória japonesa, na década seguinte, estimulou a luta de Nguyễn, não somente contra a ocupação histórica francesa, mas também contra os novos opressores “fascistas”: os soldados japoneses. Conhecido por Ho-Chi-Minh, o que ilumina, em vietnamita, retornou em 1941, para organizar uma frente ampla de forças, o Vietminh, alinhada com as democracias ocidentais e com a URSS, para obter a independência do Vietnã (FERRO, 2006, p. 302-6). Se a estratégia surtiu efeito durante os últimos anos de ocupação japonesa, ela se mostrou equivocada ao final da Segunda Guerra, quando as disputas entre as facções nacionalistas (liberais, apoiados pelos EUA) e comunistas (apoiados, pela URSS), na luta pela independência, levaria à guerra civil.



A ocupação francesa e japonesa do sudeste asiático vista pelo cinema

Merry Christmas, Mr. Lawrence (em inglês) e *Senjo no Merii Kurimasu* (em japonês), de 1983, uma das obras-primas do cineasta japonês Nagisa Oshima, foi traduzido como *Furyo, em nome da honra*. Baseado em um livro autobiográfico, o filme enfoca o choque cultural entre orientais e ocidentais, na questão da disciplina, do orgulho e da honra, protagonizados pelo capitão japonês Yonoi e pelo oficial britânico prisioneiro Jack Celliers, num campo de concentração na ilha de Java, no ano de 1942.



Fonte: http://www.2001video.com.br/images/fotos_produtos/dvd_12815.jpg

Indochina (1992): o filme do francês Régis Wargnier trata da saga de uma família de colonos franceses, produtora de borracha na região de fronteira entre o Vietnã e o Camboja, que viveu a dominação colonial dos anos 1930 e a guerra pela independência nos anos 40.



Atende aos Objetivos 2 e 3

3. Tendo como referência os movimentos políticos existentes na China, a partir da década de 1920, explique por que a guerra de independência na Indochina resultou numa guerra civil.

Resposta Comentada

Na China, a partir da década de 1920, a luta pela unificação nacional e contra o invasor japonês foi encabeçada pelo Kuomintang, o partido nacionalista, e pelo Partido Comunista Chinês, que entraram em conflito, após o término da Segunda Guerra. Na Indochina, o processo é semelhante. Sob ocupação francesa tanto os nacionalistas como os comunistas são proscritos de atuar politicamente. Com a invasão japonesa, a ordem anterior existente desequilibra-se, permitindo o surgimento de uma frente de independência nacional, formada por comunistas e democratas liberais, o Vietminh, que ao fim da guerra se desfaz, opondo as diferentes facções políticas e levando ao conflito interno da guerra civil.



CONCLUSÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial não trouxe paz, principalmente na Ásia, local onde se concentrarão as grandes disputas “quentes”, ou seja, as guerras reais, como a da Coreia e a do Vietnã, dentro do que se chamará Guerra Fria. A derrota dos impérios coloniais da Inglaterra e da França para os japoneses selou o ciclo hegemônico britânico, levando ao fim o período de dominação colonial. No Oriente Médio, as derradeiras lutas contra a dominação anglo-francesa fomentariam o surgimento do pan-arabismo, movimento que veria o nascer do Estado de Israel na Palestina, impedindo a formação da unidade árabe e abrindo o mais longo campo de conflito do pós-guerra. Na Índia, conflitos religiosos entre muçulmanos e hindus provocariam mais de 200 mil mortes até 1947 e obrigariam a divisão das antigas Índias orientais em três países. Sentimentos nacionalistas e comunistas foram estimulados pela presença japonesa na China, na Indochina e na Birmânia, locais que se tornarão palco de sangrentas guerras civis pelo controle político nacional em seguida às lutas de independência, após 1945. Nasceria um mundo bipolar, dividido entre a hegemonia capitalista, liderada pelos EUA, e um outro mundo, comunista, em contínua expansão sob a liderança da URSS.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 2 e 3

Quais conflitos a perda do poderio do Império Britânico na Ásia provocou?

Resposta Comentada

A decadência do Império Britânico levou à reorganização político-administrativa da região da Palestina que causou as guerras árabes-israelenses. Na Índia, a retirada britânica provocou conflitos entre hindus e muçulmanos pelo poder político territorial, levando à criação de quatro estados independentes. No sudeste asiático, a fragilidade defensiva dos ingleses permitiu o avanço japonês sobre o sul da China e sobre as colônias francesas e holandesas, levando às guerras civis, durante as lutas de independência.

RESUMO

Nesta aula, estudamos diversas civilizações existentes no mundo, no momento da história em que houve a máxima expansão da civilização europeia. Tentamos mostrar um mundo para além da construção hegemônica, tanto econômica quanto cultural, do mundo europeu, sem esquecer, contudo, as trocas e interações produzidas no contato entre diferentes povos e culturas nessa primeira metade do século XX, quando, podemos dizer, iniciou-se de modo mais intenso o fenômeno chamado globalização. Finalizamos, mostrando que a vitória japonesa no leste asiático sobre os domínios coloniais franceses e ingleses marcou o fim do ciclo hegemônico britânico e o nascimento do mundo bipolar.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, estudaremos o período de fortíssima tensão entre as duas superpotências, EUA e URSS, entre os anos de 1947 e 1989 e que foi denominado “Guerra Fria”.

Aula 2

A "Guerra Fria"

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar a “Guerra Fria” como pedra angular das dinâmicas geopolíticas mundiais da segunda metade do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as dinâmicas que levaram, no pós-Segunda Guerra Mundial, a um mundo dividido em dois blocos contrapostos e suas características;
2. avaliar as circunstâncias que favoreceram o fato de esta “Guerra Fria” nunca ter degenerado em um confronto armado direto;
3. analisar a diferente postura de cada uma das superpotências, no âmbito de sua área de competência.

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial marcou o fim do nazifascismo, o triunfo das democracias e redesenhou o mapa territorial do “Velho Continente”, abrindo caminho, depois de alguns anos, a uma ampla reconfiguração do mapa mundial que saiu do processo de descolonização dos países asiáticos e africanos.

Sobretudo, o pós-45 sancionou a presença de dois novos líderes mundiais, antagônicos: os EUA e a URSS, países destinados a protagonizar o mundo, durante quase meio século, mediante uma contraposição ideológica, estratégica e militar que, todavia, nunca chegou a “esquentar” num choque armado direto e, por isto, denominado “Guerra Fria”.

Pela primeira vez na história, o eixo do poder deslocou-se totalmente para fora da Europa. Pela primeira vez, o mundo inteiro encontrou-se dividido em duas áreas de influência, ambas reconduzíveis a uma destas duas nações-continente, depositárias de arsenais atômicos sempre mais poderosos. Por tal razão, pela primeira vez, a própria sobrevivência da espécie humana foi colocada em risco.

Esta última afirmação introduz-nos a mais um aspecto decisivo deste período: o início da chamada “era atômica”, evento sem o qual é impossível compreender os aspetos peculiares de um duelo de décadas e, todavia, nunca realmente efetivado.

Com efeito, gerações inteiras criaram-se à sombra de guerras nucleares que podiam estourar a qualquer momento, aniquilando o planeta. Entretanto, a própria capacidade de destruição recíproca foi o maior freio à utilização das armas atômicas. A palavra “deterência” entrou no dicionário diplomático mundial para designar o efeito paradoxal de uma constante corrida armamentista realizada, mais do que para ultrapassar o inimigo, para garantir aquele equilíbrio das relações de força funcional à manutenção da paz, embora num clímax de tensão perene.

Durante a “Guerra Fria”, o perigo de alguém entre russos e americanos apertar o botão nuclear quase nunca foi iminente; entretanto a ameaça de que isto podia acontecer foi sempre constante, arregimentando o sistema internacional em dois blocos que dependiam das duas superpotências, não apenas no tocante ao aspecto bélico.

Para todos os países de ambos os blocos, de fato, os próprios termos de relação entre política interna e política exterior mudaram radicalmente, a partir do momento em que a hegemonia dos EUA e da URSS traduzia-se também em modelos políticos e econômicos aos quais tinham de adaptar-se, tendo em vista que a aliança diplomática ou a proteção de um dos dois campos significava também aderir a uma ideia específica de sociedade.

A “Guerra Fria”, então, longe de se limitar ao confronto entre Estados Unidos e União Soviética, acabou caracterizando-se como um período histórico que incidiu de forma duradoura e abrangente na política, na economia, nos pensamentos, nos estilos de vida do mundo inteiro, até quando, com a derrocada do regime soviético, um dos dois atores saiu de cena.

Para dizê-lo com as palavras de um ótimo conhecedor do assunto, o historiador americano John Gaddis:

A Guerra Fria foi travada em diferentes níveis, de formas distintas, em múltiplos lugares por um tempo muito longo. Qualquer tentativa de reduzir-lhe a história ao papel de grandes forças, grandes potências ou grandes líderes não lhe faria justiça (GADDIS, 2006, IX).

Por que, quando ainda o mundo não havia acabado de celebrar o fim do perigo fascista, a humanidade mergulhou novamente numa fase de luta ideológica? Quais foram as características deste período tão peculiar, meio-termo entre guerra e paz? Quais as suas repercussões para a geopolítica mundial?

Da Segunda Guerra Mundial à “Guerra Fria”

Como observado pelo historiador alemão Dan Diner, os EUA e a URSS faziam-se portadoras de duas concepções do mundo diametralmente opostas, já a partir da eclosão da Revolução Russa de 1917. Todavia, ambas colocavam-se no âmbito das ideias iluministas de liberdade (EUA) e igualdade (URSS), de modo que, durante a Segunda Guerra Mundial, conseguiram provisoriamente se aliar contra quem – o nazifascismo – recusava o direito à dignidade e à existência por motivos de raça, colocando-se fora dos fundamentos que tiveram sua consagração na Revolução Francesa.

Contudo, uma vez terminada a ameaça nazista comum, EUA e URSS voltaram a se propor como sistemas políticos alternativos e hegemônicos.

Com efeito, no pós-45, com a Europa cada vez mais em declínio e a Ásia ainda muito longe do nível de crescimento dos dias de hoje, apenas dois atores globais resultaram capazes de jogar um papel de primeiro plano no contexto mundial: os Estados Unidos, possuidores de uma indiscutível superioridade econômica e militar, e a União Soviética, com grandes potencialidades de crescimento e recursos territoriais e naturais imensos.

Ambas as superpotências nasceram em revoluções. Ambas abraçaram ideologias com aspirações globais, na convicção da validade de seu modelo para o mundo afora. Aliás, os EUA e a URSS eram entidades territoriais continentais e multiétnicas, ambas dotadas de grandes recursos naturais. Finalmente, ambas representavam instâncias sociais, culturais, políticas e econômicas diametralmente opostas: a “visão” americana pautava-se na expansão dos valores da democracia liberal, no pluralismo político, na confiança no sistema econômico capitalista, com ênfase no individualismo; a ideia de sociedade soviética, ao contrário, tinha sua base no coletivismo, acreditava no planejamento centralizado, na liderança única do Partido Comunista e era focada numa ética anti-individualista, pautada na disciplina e no sacrifício.

A “Grande Aliança” entre capitalismo e comunismo para derrotar as forças do “Eixo”, portanto, foi, ao mesmo tempo, um instrumento pelo qual cada um dos aliados procurava ter – num futuro vitorioso – o máximo de influência no mundo pós-guerra.

A futura ordem “bipolar” do mundo teve seu começo quando os canhões da Segunda Guerra Mundial ainda não haviam cessado de ressoar, isto é, nas Conferências de Ialta e Potsdam, respectivamente ocorridas em fevereiro e agosto de 1945.

Com efeito, estas duas reuniões entre os Chefes de Estado de Inglaterra, União Soviética e EUA marcaram a passagem entre guerra e pós-guerra, prefigurando a divisão do mundo entre uma esfera de influência soviética comunista na parte oriental do globo e um bloco de cunho capitalista, liderado pelos norte-americanos na parte ocidental.

Se na primeira reunião entre Churchill, Stalin e Roosevelt foram postas as bases da futura repartição entre o Oeste e o Leste é, todavia, no sucessivo encontro de Potsdam que o sonho de uma divisão pacífica e incontestada das zonas de influência chocou-se com a realidade dos fatos.

Mesmo em 1945, a chegada à presidência americana de Harry Truman (1945-1953), em lugar do falecido Franklin Roosevelt, dotou a cena mundial de um novo protagonista, bem menos disposto do que seu predecessor em fazer concessões aos soviéticos.

O recurso estadunidense à bomba atômica contra o Japão foi anunciado pelo novo presidente americano, mesmo à margem da Conferência de Potsdam, para muitos historiadores na intenção de mostrar, com esta nova arma, a supremacia militar norte-americana ao novo inimigo soviético, mais do que para encerrar o segundo conflito mundial.

De sua parte, o avanço do Exército Vermelho, no Leste da Europa, e a progressiva “sovietização” dos países libertados dos nazistas, mediante a instauração de regimes subservientes a Moscou, criaram nos estadunidenses a convicção de ser ameaçados por um competidor global agressivo e despótico.

O primeiro político a expressar de forma clara uma situação de hostilidade que, nos fatos, era sempre mais evidente foi, em 1946, Winston Churchill, o qual, discursando na Universidade Americana de Fulton, lançou seu famoso programa antissoviético, denunciando a “cortina de ferro” que havia descido na metade oriental da Europa, criando naquela área uma nova situação de opressão.

Os sucessivos motivos de atrito ocorreram naquele mesmo ano, fora do continente europeu e precisamente no Irã e na Turquia, numa área destinada à esfera de influência inglesa que, em tese, devia desenvolver o papel de força de equilíbrio na Europa e no Oriente Médio, mas que, na verdade, havia deixado esta tarefa aos Estados Unidos.

Em ambos os casos, os americanos atuaram decididamente, enviando uma frota naval no mar Egeu para que Stalin desistisse dos seus propósitos de domínio, inaugurando pela primeira vez a chamada “teoria do *containment*” (contenção), assim chamada porque teorizava a necessidade de “conter” com a força as ambições expansionistas soviéticas.

O *containment* tornou-se a pedra angular da mais ampla “Doutrina Truman” (isto é, das diretrizes do governo norte-americano para a política exterior), lançada pessoalmente pelo presidente americano em 1947, através de um discurso oficial no Congresso, no qual defendia o auxílio dos EUA aos “povos livres” ameaçados pela agressão, tanto de inimigos externos como por parte de minorias armadas.

Como primeiras medidas, Truman propôs e obteve do Congresso americano a concessão de créditos para a Grécia e a Turquia, com vistas a sustentar governos pró-ocidentais naqueles países, ameaçados pelo avanço do socialismo.

Em seguida (no mês de junho do mesmo ano), o governo dos EUA dispôs um plano de colaboração financeira para a recuperação econômica dos países europeus, que levou o nome do secretário de Estado George Marshall.

Com efeito, o chamado “Plano Marshall” foi um programa de empréstimos a juros baixos de porte colossal: cerca de 13 bilhões de dólares (hoje equivalentes a cerca de US\$ 140 bilhões) foi destinado durante um período de quatro anos para fornecer mercadorias e conceder créditos aos países europeus, com o fim de revitalizar a economia, reconstruir as infraestruturas, favorecer a importação de produtos americanos, ajudar o crescimento da ocupação e dos consumos.

O Plano Marshall, teoricamente aberto a todas as nações europeias, foi – obviamente – recusado pela URSS e pelos governos do Leste Europeu que se encontravam sob seu controle, por representar uma invasão econômica à qual (como veremos mais à frente) subjazia o abandono parcial de soberania por parte dos países beneficiados.

Da Conferência de Paris, organizada para todos os países europeus aceitarem os recursos estadunidenses, não participaram os países do Leste, controlados pelos soviéticos, formalizando o começo da “Guerra Fria”, como o jornalista americano Walter Lippman definiu esta luta não guerreada, entretanto caracterizada pela hostilidade irreduzível entre os dois blocos.

O Plano Marshall, em definitivo, marcou a formação do “bloco ocidental”, ao qual o “bloco oriental” respondeu (setembro de 1947) com o Cominform (*Communist Information Bureau*), uma organização de origem soviética criada para congregar os partidos comunistas europeus, na esteira da Terceira Internacional, dissolvida em 1943 em homenagem à mais ampla aliança antifascista.

A criação do Cominform, que representava a resposta política de Stalin ao Plano Marshall, ia para duas direções. Por um lado, nascia com a intenção de criar obstáculos políticos e sociais à realização do projeto de exportação do *american way of life*, já que foram convidados a entrar no Cominform não apenas os partidos comunistas do Leste Europeu, como também os da França e da Itália (países do “bloco” adversário, em que a tradição e a presença comunista eram muito fortes). Por outro lado, este órgão

estreitava os vínculos de dependência entre a URSS e os países sob sua influência, sancionando a hegemonia soviética e desincentivando as nações-satélites a buscar sua própria autonomia.

Já neste período, o diálogo entre russos e americanos estava irremediavelmente comprometido.

As consequências não demoraram muito a se manifestar: na Grécia, a ajuda dos americanos foi determinante na derrota dos comunistas, que desde 1946 empurravam o governo de direita do país a uma dilacerante guerra civil. Na França e na Itália, os partidos comunistas foram excluídos dos governos de coalizão que haviam se formado, após a guerra. Nos países do Leste Europeu, qualquer tentativa de independência não apenas formal de Moscou foi sufocada.

Neste período, entretanto, o choque mais violento entre EUA e URSS ocorreu lá onde era mais lógico que os atritos se transformassem em hostilidade: naquela Alemanha, terra de fronteira entre os dois blocos, debelada do nazismo e agora dividida em quatro “áreas de ocupação”, cada uma administrada por um país vencedor da guerra (EUA, URSS, Inglaterra e, muito generosamente, França), com Berlim, a capital, por sua vez, dividida em quatro partes.

O fato de as três nações do bloco ocidental unificarem suas áreas de ocupação, instaurando naquela parte da Alemanha a liberalização da economia e a adoção das ajudas do Plano Marshall, levou a URSS a interromper o acesso ferroviário e rodoviário à cidade de Berlim Ocidental, como ato de retaliação, na esperança de induzir os ocidentais a deixar a zona oeste da cidade por eles ocupada.

O conhecido “Bloqueio de Berlim”, iniciado em junho de 1948, representou um dos momentos mais críticos da “Guerra Fria”, que, todavia, se arrefeceu ao ficar evidente que a URSS não teria desencadeado uma batalha para obstaculizar a ponte aérea de suprimentos, organizada pelos americanos para pular o bloqueio.

Quando, um ano mais tarde, em 1949, os soviéticos resolveram acabar com o bloqueio, os países capitalistas procederam à unificação

das três áreas ocupadas de Berlim, incentivando também – na parte ocidental da Alemanha – a formação da República Federal da Alemanha, à qual a União Soviética respondeu com a criação de uma República Democrática Alemã, na parte oriental.

A este ponto, a divisão geográfica da Europa em dois blocos estava ultimada.



Espionagem

A “Guerra Fria” inaugura a grande estação da espionagem, a atividade de colheita de informações do inimigo ou de sabotagem de seus planos por parte dos agentes dos serviços secretos adversários. Uma figura imortalizada por romances, como *O nosso agente em Havana*, de Graham Greene, e *O espião que saiu do frio*, de John Le Carré, e tornada famosa pelo personagem de James Bond, o mítico Agente 007 a serviço de Sua Majestade britânica, criado pelo escritor Ian Fleming.



Figura 2.1: Sean Connery, o mais famoso intérprete do Agente 007.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/File:Bond_james_bond.jpg

Em breve, a divisão tornou-se também militar, surgindo – entre 1949 e 1955 – duas organizações militares transnacionais de defesa mútua, cada uma (a Otan, por parte ocidental, em 1949; o Pacto de Varsóvia, por parte oriental, em 1955), criada para se defender de forma conjunta de um ataque proveniente do outro campo.

O evento que, todavia, no mesmo ano de 1949, conferiu alcance mundial à divisão do mundo entre bloco capitalista e bloco socialista ocorreu no Extremo Oriente, com a conquista do poder na China por parte dos comunistas.

A “Longa Marcha” dos homens de Mao Tsé-Tung, que se concluiu com o ingresso triunfal em Pequim, foi um acontecimento crucial para o processo de descolonização, ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial, marcando a definitiva volta da China como Estado independente e grande potência.

Entretanto, este episódio incidiu de forma marcante também nas dinâmicas da Guerra Fria, haja vista a afirmação, num país habitado por ¼ da população mundial, de um modelo de sociedade comunista que, embora distinto da URSS, era destinado a ter um natural aliado estratégico nos soviéticos.

Com efeito, a República Popular Chinesa – proclamada em 1º de outubro de 1949 – logo aprontou uma série de medidas de política interna, focadas na “socialização” do país (nacionalização dos bancos, das indústrias, do comércio com o exterior e distribuição da terra aos camponeses).

Sobretudo, no tocante à política exterior, a China estipulou, em 1950, um “Tratado de amizade e de mútua assistência” com a URSS, que acarretou a ampliação do “campo socialista” ao vasto e populoso Estado chinês, no período em que Moscou testava suas primeiras bombas nucleares.

A consequência para os equilíbrios geopolíticos mundiais foi a radicalização do confronto entre os dois campos, já que os EUA acentuaram seu anticomunismo, que neste período assumiu as feições

de verdadeira e própria obsessão, com desdobramentos não apenas na política exterior, mas também no interior dos próprios Estados Unidos, onde se alastrou o fenômeno do macarthismo.



Macarthismo

O macarthismo é o termo que descreve um período de fobia anticomunista nos EUA, iniciado no fim dos anos 1940 e continuado até meados da década de 1950, cujo nome deriva do senador republicano Joseph McCarthy, baluarte da “caça aos comunistas”, dentro das instituições americanas. Um ato legislativo de 1950 (o Internal Security Act) autorizava o internamento de pessoas suspeitas de simpatizar com o comunismo. Em 1954, o Partido Comunista norte-americano foi declarado ilegal. Em geral, perseguição política, desrespeito aos direitos civis, espionagem interna foram os métodos utilizados por esta corrente do poder político, liderada por McCarthy, que difundiu no país um clima amedrontador que limitou a liberdade de opinião nos EUA, contribuindo à eleição – após vinte anos de domínio do Partido Democrático – de um presidente Republicano, o general Dwight Eisenhower.



Figura 2.2: Joseph McCarthy.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fa/Joseph_McCarthy.jpg

A prova dramática das novas dimensões mundiais do confronto entre os dois blocos ocorreu logo após URSS e China terem selado seu pacto de amizade e colaboração, tendo seu epicentro na Coreia.

Com base em acordos internacionais, aquele país encontrava-se dividido em dois, de forma análoga ao que havia ocorrido com a Alemanha. À altura do paralelo 38°, portanto, havia uma linha de demarcação do país que refletia a divisão bipolar do mundo, com uma Coreia do Norte, governada por um regime comunista, e uma Coreia do Sul, guiada por um governo nacionalista pró-americano.

Quando, em junho de 1950, os comunistas do norte invadiram os coreanos do sul para unificar o país num único Estado, guiado por eles, os EUA enxergaram no episódio mais uma prova do desejo de expansão do comunismo, agindo em primeira pessoa (embora sob autorização da ONU) para responder ao ataque.



ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) nascia em 1945 com o objetivo de “salvar as gerações futuras do flagelo da guerra” e de “empregar mecanismos internacionais para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (Carta da ONU).

Seguindo na esteira da fracassada Liga das Nações (1919-1946), a ONU se constituiu, portanto, como nova organização mundial criada para manter a paz internacional e promover a cooperação internacional na solução dos problemas econômicos, sociais e humanitários.

Estreitada entre a exigência de criar um diretório das grandes potências para gerir as relações diplomáticas mundiais de forma mais eficaz, por um lado, e, por outro, nos princípios da igualdade (cada nação, um voto) e da universalidade (possibilidade de participação aberta a todas as nações do mundo reconhecidas), a ONU, todavia, se comportou durante a “Guerra Fria”, como um órgão nem decisório nem democrático.

Isto porque a Assembleia Geral de todos os países-membros tinha o poder de emitir, no máximo, resoluções sem força vinculante, enquanto que as verdadeiras e próprias diretivas eram sancionadas por um órgão – o Conselho de Segurança – no qual cada um dos seus membros permanente (as nações vencedoras da Segunda Guerra Mundial) havia poder de veto, utilizando-o conforme o esquema de contraposição da ordem bipolar.

Leia o preâmbulo da Carta da ONU: <http://www.rivero.pro.br/documentos/1-cartadasnacaesunidas-1945-86379.pdf>



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas

O fato de americanos e coreanos do sul, todavia, começarem a conquistar territórios para além do paralelo 38° (por sua vez, invadindo a parte comunista da Coreia) provocou a reação da China, que enviou um contingente maciço de soldados, obrigando as forças anticomunistas a recuarem de novo até a linha demarcatória de largada.

Começaram, então, negociações de paz que se prolongaram por dois anos, resultando num acordo de cessar-fogo que, em 1953, sancionou o retorno às posições iniciais: o paralelo 38° voltava a representar a fronteira entre Norte e Sul da Coreia, e a refletir a divisão geopolítica do globo, a custo de mais de 3 milhões de mortos e de tensões internacionais enormes, que novamente levaram o planeta à beira de um conflito mundial.

Os acordos de trégua coreanos nunca se transformaram em um tratado de paz definitivo, simbolizando a mais geral situação de um mundo sob a perene ameaça de um conflito armado: não apenas a Coreia, mas também o bloco ocidental e o bloco oriental viviam num estado de suspensão entre convivência pacífica e abismo nuclear.



Figura 2.3: Forças Armadas americanas passando o paralelo 38°.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6c/Crossing_the_38th_parallel.jpg

Acompanhando esta tendência oscilante, à extrema tensão da Guerra da Coreia seguiu um período de maior tranquilidade, que estimulou alguns historiadores a considerarem 1953 (e não 1991) como o ano final da “Guerra Fria”.

Como veremos em breve, outros acontecimentos, ocorridos no pós-53, induzem-nos a ser mais cautelosos com a ideia de que esta rivalidade acirrada tinha terminado, já a partir desta época.

Entretanto, apesar de o novo governo americano de Eisenhower (1953-1961) teorizar uma mudança na estratégia da “Guerra Fria” – passando do simples *containment* da expansão comunista para uma atitude mais agressiva, voltada a fazer recuar (*roll-back*) o bloco oriental – nos fatos concretos, por dez anos após a Guerra da Coreia, o mundo conheceu um período de “coexistência pacífica” entre os dois blocos.

Do lado soviético, a morte de Joseph Stalin, em 1953, e a emergência como novo líder do Kremlin de um personagem mais conciliador, Nikita Krushev (1953-1964), abriam cenários menos agitados para a “Guerra Fria” que derivavam da aceitação recíproca por parte dos EUA e da URSS, de serem países hegemônicos numa parte do mundo.

Sobretudo (como veremos mais à frente), a ideia de uma “coexistência pacífica” foi favorecida pelo fato de cada uma das superpotências ter um arsenal capaz de destruir a outra, o que gerou um “equilíbrio do terror”, tanto paradoxal como eficaz.

Esta nova fase da “Guerra Fria” foi posta à prova em 1956. Nesse ano, o bloco ocidental decidiu não intervir no Leste Europeu, diante da dura repressão soviética das instâncias de independência do povo da Hungria (no episódio conhecido como Revolução Húngara), avaliando aquele evento como algo de competência exclusiva do “hemisfério” comunista.

De forma concomitante, no Oriente Médio, a URSS e os EUA encontraram-se em sintonia em condenar firmemente a atitude “neocolonial” de França e Inglaterra, culpadas por ter ocupado o canal de Suez, considerado a porta de acesso ao comércio do Ocidente com o Oriente Médio.

Deixamos para a Aula 5 a narração em detalhe de uma guerra que faz parte do mais abrangente e complexo conflito entre Israel e países árabes.

Entretanto, o dado que importa destacar com relação a este conflito, assim como ao episódio da Hungria, é o dos dois gigantes mundiais terem tomado ciência de como o impasse geopolítico daqueles anos, longe de constituir um fenômeno extemporâneo, se revelasse uma forma de governar o mundo.

A contida retirada de franceses e ingleses dos seus propósitos no Oriente Médio foi a demonstração de que nada pudesse ser decidido ou feito sem a autorização de uma das duas superpotências.

Quando, em 1961, o democrata John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), de 44 anos de idade – o mais jovem presidente da história dos EUA –, sucedeu ao republicano Eisenhower, as relações diplomáticas entre os dois blocos pareciam ter encontrado um elemento a mais capaz de levar em direção a uma progressiva normalização.

Enclave

Descreve um território totalmente cercado por outro território estrangeiro, o que pode ocorrer por razões políticas, históricas ou também geológicas. No caso de Berlim Ocidental, o termo “enclave” descrevia o fato de essa área da cidade – pelo lado político, pertencente à parte ocidental da Alemanha (a República Federal da Alemanha) – ficar geograficamente cercada pelo território da República Democrática Alemã.

Com efeito, as palavras kennedianas centradas no sonho do alcance de uma “nova fronteira”, não mais ligada a aspectos materiais (como era a fronteira do Oeste para os pioneiros do século XIX), mas espirituais, culturais e científicos, forneciam – pelo menos em linha teórica – bons auspícios também com relação a possíveis mudanças em âmbito internacional.

Entretanto, apenas alguns meses após sua eleição, Kennedy teve de encarar seu primeiro insucesso diplomático no encontro marcado com Krushev, para definir a sorte da parte ocidental de Berlim, que os soviéticos queriam incorporar ao resto da cidade sob o seu controle e os ocidentais faziam questão de preservar como **enclave** capitalista. O impasse acerca da solução do problema resolveu-se na construção, por parte soviética, de uma divisão que cortava em dois a cidade de Berlim. O “muro de Berlim” (1961) representou, talvez, a imagem mais simbólica da divisão

em dois do mundo, uma barreira de concreto que assinalava a incomunicabilidade entre duas realidades fisicamente próximas, mas ideologicamente distantes.

Nesta época, todavia, o maior agente de renovada tensão entre EUA e URSS não ocorreu na Europa, mas na América Latina – em 1962 –, tendo seus pressupostos já três anos antes, quando uma luta revolucionária bem-sucedida na ilha de Cuba havia originado a implantação de um regime de cunho socialista no país caribenho.

Com a vitória dos revolucionários cubanos, guiados por Fidel Castro, de fato, pela primeira vez, o comunismo penetrava no hemisfério ocidental, às portas do território estadunidense, criando para os EUA uma ameaça imediata, junto a outra mais indireta, mas igualmente preocupante.

A ameaça indireta era representada pelo exemplo de resgate da sujeição norte-americana que a Revolução Cubana fornecia aos povos da América Latina, área considerada o “quintal de casa dos EUA” e, por isto, tratada em total desrespeito ao direito internacional e ao princípio de soberania nacional.

A fonte de preocupações mais imediata, todavia, era representada pelo vínculo estreito que andou formando-se entre URSS e Cuba, consagrado, em 1962, pela instalação de bases de mísseis nucleares soviéticos em solo cubano, a alcance de tiro do território americano, em resposta à mesma atitude tida pelos EUA na Turquia, onde bases de mísseis nucleares ameaçavam de perto o território soviético.

Após dez anos de substancial tranquilidade, o episódio que ficou conhecido como “crise dos mísseis”, representou – provavelmente – o ponto de maior tensão da “Guerra Fria”, em que o conflito nuclear parecia tanto iminente quanto inevitável.

Navios da marinha americana bloquearam o acesso de embarcações soviéticas, contendo material militar, à ilha de Cuba. Durante 13 dias intermináveis, todo o mundo ficou sob tensão, perguntando-se se a URSS teria forçado o bloqueio, provocando o episódio desencadeador de uma Terceira Guerra Mundial.

A crise resolveu-se com o compromisso dos soviéticos desmantelarem as bases de mísseis em Cuba, à condição que igual atitude tivessem os americanos na Turquia.

O acordo sobre a questão dos mísseis cubanos representou um marco histórico nas relações entre as duas superpotências, abrindo caminho ao período da *détente* (“distensão”), estimulando alguns historiadores a considerarem 1963 como o ano final da “Guerra Fria”.

Efetivamente, em 1963, russos e americanos ativaram uma linha de comunicações direta entre Kremlin e Casa Branca (o chamado “telefone vermelho”) para aplacar diretamente possíveis divergências ou esclarecer desentendimentos que podiam desaguar numa guerra.

Sobretudo, a partir daquela data, os EUA e a URSS assinaram uma série de acordos para reduzir a corrida armamentista, o primeiro (Tratado de Moscou, 1963) banindo as experiências nucleares na atmosfera, no espaço e sob a água, o SALT I (Acordo de Limitação de Armamentos Estratégicos, 1972) e o SALT II (Prorrogação das negociações do SALT I, 1979), sancionando o congelamento dos arsenais nucleares das duas superpotências.



Figura 2.4: O presidente americano Carter e o russo Brejnev, assinando o acordo SALT II, em 1979.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/Carter_Brezhnev_sign_SALT_II.jpg

No entanto, outros acontecimentos ocorridos no pós-63 induzem-nos a ser mais cautelosos com a ideia de que esta rivalidade acirrada tinha terminado, já a partir desta época.

O mais famoso e duradouro acontecimento neste sentido foi, sem dúvida, a Guerra do Vietnã (1964-1975), penosa tentativa de perpetuar uma política ocidental colonialista no Extremo Oriente e, ao mesmo tempo, momento de grande choque entre Estados Unidos (envolvidos diretamente no conflito) e mundo comunista (ora com grandes divergências entre URSS e China, mas unido em fornecer armas e ajudas econômicas às “forças anti-imperialistas”).

O conflito, opondo Vietnã do Norte e guerrilheiros pró-comunistas, presentes no sul do país (os chamados “vietcongs”), ao governo pró-capitalista do Vietnã do Sul e os Estados Unidos, concluiu-se em 1975 com a derrota das forças capitalistas.

Os EUA, pela primeira vez em sua história, perderam uma guerra. Aliás, saíram derrotados não apenas no confronto militar,

como também no aspecto moral, o que desencadeou – além do júbilo do bloco soviético – a indignação e o protesto das correntes progressistas do próprio bloco ocidental, que (como veremos na próxima aula, dedicada aos chamados “Trinta Anos Dourados”) tiveram seu símbolo no movimento contracultural, nascido ao redor do fatídico ano de 1968. Esse ano foi um ano difícil também para os protagonistas da “Guerra Fria” no lado soviético.

No mês de agosto, a imagem dos tanques russos, sufocando no sangue o movimento do povo tchecoslovaco, conhecido como “Primavera de Praga” (que reivindicava um “socialismo com rosto humano”, isto é, pluralista e não autoritário), mostrava todos os limites de um esquema geopolítico desgastado que – no Oriente como no Ocidente – se pautava na subjugação econômica, política ou militar de poucos em dano de muitos.

Se os anos 1970 foram mais pacatos com relação ao confronto entre as duas superpotências, em boa parte isto é devido ao fato de estas terem perdido muito de sua força propulsiva, contentando-se em manter o *status quo* de divisão bipolar do mundo, com vistas a perpetuar seu poder hegemônico e especular. Um poder ora ameaçado por um processo de descolonização que havia aberto caminho à formação de Estados-nações emergentes, destinados em breve a exercer um papel de protagonista mundial (entre todos, Índia e China).

Com efeito, nos anos 1970, seja o sistema comunista soviético, seja o capitalista norte-americano, atravessaram um período de crise profunda que tornou prioritária a resolução dos problemas no interior de cada bloco.

Por um lado, a URSS, ora liderada por Leonid Brejnev (1964-82), era uma nação com uma economia e uma sociedade estanques, filha de uma política baseada no compromisso entre os principais grupos hegemônicos, que dificultava qualquer forma de progresso e liberdade.

Por outro lado, o sistema capitalista, após quase três décadas de grande desenvolvimento econômico, conheceu a fase mais grave de recessão desde o *crack* de 1929, caracterizada pela concomitância de estagnação e inflação.

Mesmo neste período de dificuldade, todavia, o sistema capitalista soube criar as condições para novos e imponentes processos de transformação que abrangeram a economia, a sociedade e a política. Processos como “revolução tecnológica”, neoliberalismo, globalização do mercado e terceirização começam justamente nesta época de reprocessamento do capitalismo, acarretando – evidentemente – uma guinada histórica na contemporaneidade e a vitória do mundo ocidental no confronto com o bloco soviético.

O primeiro golpe ao equilíbrio estratégico mundial não ocorreu no âmbito econômico, mas diplomático, haja vista que os EUA conseguiram romper a frente comunista, selando, no começo dos anos 1970, uma aliança com a República Popular da China, há muito tempo em contraste evidente com a política hegemônica soviética no campo socialista, o que comprometeu fortemente a velha correlação internacional de forças.

Entretanto, o que levou ao colapso do sistema soviético foi a retomada armamentista americana, iniciada no começo da década de oitenta, como resposta à invasão russa do Afeganistão (1979), que enterrou o período da “distensão”, originando – entre 1979 e 1985 – a que muitos analistas chamam de “Segunda Guerra Fria” (termo cunhado pelo historiador Franz Halliday), isto é, uma fase de renovada e acirrada conflitualidade entre os dois blocos que teve seu protagonista no novo presidente americano conservador Ronald Reagan (1981-1989).

Expressão de uma nova direita agressiva e pouco propensa ao diálogo com os russos, o governo Reagan inaugurou uma política de confrontação, reintensificando a produção de armas.

Novos mísseis foram instalados na Europa, capazes de alcançar Moscou. Um grandioso projeto de construção de armas estratégicas sofisticadas (chamado “Guerra nas Estrelas”) militarizava o espaço, criando uma evidente superioridade estratégica americana sobre a URSS que enfraquecia o “equilíbrio pautado no terror” e, ao mesmo tempo, desafiava os soviéticos a seguir os americanos numa nova corrida armamentista.

Diante de uma economia soviética em crise (o setor industrial produzia a metade do americano, o setor agrícola apenas 10%, enquanto o produto *per capita* era 1/3 do estadunidense), a escolha da elite russa de aceitar o desafio da produção de novas e caríssimas armas estratégicas revelou-se suicida.

Tal situação estava bem presente na mente do russo Mikhail Gorbachev (1985-1991), quando, em 1985, se tornou o novo líder da URSS.

Entretanto, se, no âmbito internacional, isto o levou a abrir com os Estados Unidos uma nova fase de abertura e diálogo, no âmbito interno, sua tentativa de guiar a URSS rumo a uma transição gradual faliram, gerando o fim do bloco oriental, emblematicamente simbolizado pela queda do Muro de Berlim, ocorrida em 1989. Uma derrocada que, partindo da “periferia do Império”, num efeito dominó, chegou até o Kremlin, em 1991, provocando – de reflexo – o fim da “Guerra Fria”.



Figura 2.5: Alemães em pé sobre o muro, antes da destruição.

Fonte <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Thefalloftheberlinwall1989.JPG>.



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique as principais características da “Guerra Fria”, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, enfatizando os momentos de crise mais aguda e distensão.

Resposta Comentada

A “Grande Aliança”, selada entre capitalismo e comunismo para derrotar as forças do “Eixo” nazifascista, desfez-se logo após a Segunda Guerra Mundial. Em seu lugar, abriu-se um período de mais de quatro décadas, caracterizado pela divisão do mundo em dois polos antitéticos que eram expressão destes dois modelos políticos, liderados pelos EUA (bloco capitalista) e pela URSS (bloco socialista), em um confronto sempre à beira de desaguar num novo conflito mundial e, por isto, chamado de “Guerra Fria”. Embora o verdadeiro período de choque duradouro foi o compreendido entre 1947 e 1953, os episódios da morte de Stalin, bem como do fim do mandato presidencial de Truman e da Guerra da Coreia, não normalizaram a situação. Com efeito, aos períodos de “coexistência pacífica” (1953-62) e de *détente* (1964-1979), alternaram-se momentos tópicos (“crise dos mísseis” em Cuba, Guerra do Vietnã e invasão soviética do Afeganistão) que nos dizem respeito a um confronto que só terminou realmente com a derrocada do sistema soviético, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989.

A era atômica e o “equilíbrio do terror”

A aparição das bombas nucleares – com seu potencial de aniquilamento não apenas (no curto prazo) da espécie humana, mas também (no longo período) do planeta Terra em seu conjunto – abriu uma nova época no âmbito da história das relações internacionais.

Hoje que a “Guerra Fria” terminou, sabemos que Hiroshima e Nagasaki representam os únicos episódios, embora dilacerantes, nos quais armas nucleares foram utilizadas para o uso militar no século XX.

Apesar disto, os cogumelos nucleares japoneses que inauguraram a “era atômica” foram apenas os primeiros de uma longa série de explosões, ocorridas ao longo de décadas e décadas.

Entre 1945 e 1985, cerca de 500 explosões nucleares sacudiram o planeta com vistas a testar a eficácia destes novos “prodígios” da técnica e aprimorar sua força destrutiva, como produto de uma frenética corrida armamentista entre os dois blocos que, ao longo do tempo, produziu uma quantidade de armas atômicas capaz de aniquilar o planeta várias vezes.

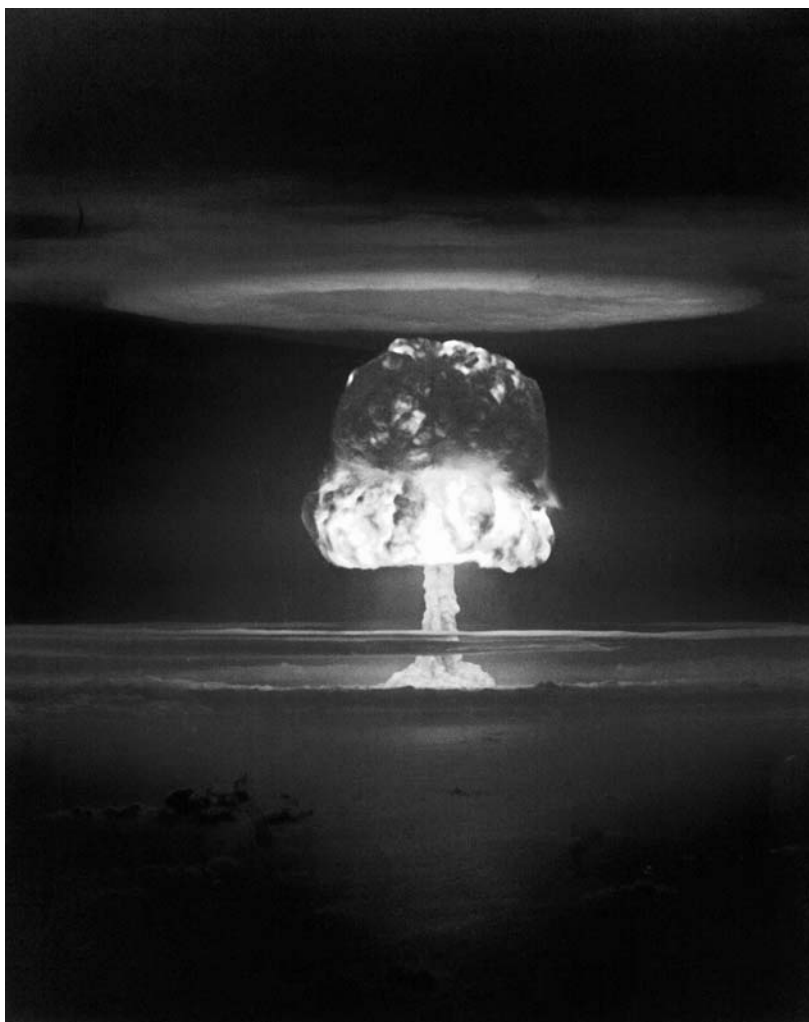


Figura 2.6: Teste nuclear americano no atol de Bikini, 1954.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bomba_nuclear

Já em 1946, isto é, quando ainda a tecnologia atômica encontrava-se no estágio primário, as bombas nucleares eram vários milhões de vezes mais poderosas, quilo a quilo, do que os mais potentes explosivos até então conhecidos.

Daqui em diante, uma nova guerra planetária não teria registrado vencedores nem derrotados, mas sim o desaparecimento do gênero humano, lembrando as palavras de um dos criadores arrependidos da “idade do átomo”, Albert Einstein, quando frisava que, no caso de uma Terceira Guerra Mundial, um hipotético quarto conflito mundial seria combatido com pedras e paus.

Em breve, os arsenais atômicos de URSS e EUA encheram-se de milhares destas armas que, a partir de 1952, contavam com um produto de nova geração, a bomba de hidrogênio (ou bomba termonuclear), dotada de uma carga destrutiva infinitamente superior a das bombas de Hiroshima e Nagasaki. Isto, num pano de fundo que via, desde 1945, as indústrias bélicas dos EUA e da URSS juntas cobrirem o 70% da produção mundial de armas.

Conforme a observação do historiador americano John McNeill, também na fase avançada da “Guerra Fria”, a assinatura dos tratados de limitação de armas atômicas e estratégicas não deteve a corrida armamentista, mas, simplesmente, deslocou-a para outros tipos de armas, não mencionadas nos tratados, que não eram vedadas pela simples razão que não existiam ainda.

A capacidade destrutiva destes novos meios de guerra teve implicações revolucionárias também com relação à cadeia de comando, haja vista que o uso das armas no curso das guerras, desde então, não mais teria sido uma prerrogativa dos militares, mas dos políticos.

A afirmação da supremacia civil (da política) sobre o *establishment* (isto é, a classe dirigente) militar também com relação a assuntos estratégicos de guerra, encontrava justificativa no fato de a bomba atômica ser um objeto demasiado importante para que um tenente-coronel qualquer decidisse sua utilização: uma vez que apenas o chefe político dos EUA ou da Rússia, podia ponderar as implicações positivas e negativas de um gesto de tal porte.



Mala atômica

Durante a “Guerra Fria”, tanto o presidente americano quanto o secretário-geral do Partido Comunista Soviético eram acompanhados constantemente por um oficial, levando consigo uma maleta que continha os códigos secretos de ativação final das armas nucleares, a ser digitados única e exclusivamente pelos dois chefes, em caso de necessidade. A chamada “bola nuclear”, um objeto de poucos centímetros de tamanho, contendo uma senha para a destruição do planeta inteiro, representa um dos símbolos desta nova era de espantosa concentração de poder nas mãos dos homens.

Nunca a ciência e a técnica, então, tinham chegado ao ponto de pôr em dúvida a própria sobrevivência do globo. Nunca a história havia colocado tamanho poder de destruição nas mãos de poucos homens.

Entretanto, as lideranças russas e americanas sempre se demonstraram conscientes de que as bombas atômicas diferiam de todas as outras armas, levando ao que John Gaddis chama de “predisposição contra seu uso”.

Com efeito, mesmo a perspectiva de um “jogo de soma zero” (isto é, a destruição do outro ao preço da minha destruição) proporcionou entre as duas superpotências uma lógica que o historiador Franz Schurmann chamou de “equilíbrio do terror”, apesar de momentos tópicos em que – como vimos – o choque direto parecia inelutável (Berlim, Coreia, Cuba).

Quando, em 1949, a URSS explodiu sua primeira bomba atômica, acabando com o monopólio nuclear americano, parecia evidente que uma nova guerra mundial não teria sido uma guerra convencional, mas um conflito nuclear.

Esta novidade arrasadora não deixou de influir também nas maneiras de pensar do homem contemporâneo. Expressões como “era atômica”, “risco nuclear”, entraram no vocabulário das palavras de uso cotidiano, proporcionando uma situação de tensão permanente, perdurada por décadas, haja vista também a presença constante de conflitos em áreas “periféricas” do globo (Coreia, Vietnã, Afeganistão), lá onde a “Guerra Fria” entre americanos e russos foi combatida “por procuração”.

Por incrível que pareça, porem, à medida que os meios de fazer grandes guerras tornavam-se exponencialmente devastadores, a probabilidade de ocorrência de uma guerra mundial diminuiu sensivelmente.

A coexistência entre os dois blocos político-militares pautou-se, então, mais do que na confiança recíproca, num “equilíbrio do terror”, alicerçado na “deterrença”, na convicção por ambos que nenhum dos dois teria conseguido prevalecer contra o outro, se não colocando em risco a sua sobrevivência e a do gênero humano em seu conjunto.

Para explicar esta palavra incomum – “deterrença” –, recorremos à interpretação que o historiador John Gaddis deu do livro *Life of Pi*, do escritor Yann Martel, cujos personagens principais eram um tigre e um menino, ambos vítimas de um naufrágio, perdidos a bordo de um pequeno barco à deriva, no oceano. Naufragos que, embora desprovidos de uma linguagem em comum para se comunicarem, tinham uma convergência de interesses: o tigre em ter o menino para que ele pescasse, recebendo comida; o menino em não ser comido pelo próprio tigre, de tal modo que ambos sobreviveram.

O que as armas nucleares conseguiram (conjecturou Gaddis) foi fazer com que os Estados vissem – mesmo sem terem em comum linguagem, ideologia ou conjunto de interesses – que compartilhavam o interesse um na sobrevivência do outro, diante do tigre que eles mesmos tinham criado, mas com o qual agora tinham de aprender a viver (GADDIS, 2006, p. 79).



Atende ao Objetivo 2

2. Descreva a ordem internacional, caracterizada pelo chamado “Equilíbrio do Terror”, garantida pela “era atômica” na época da “Guerra Fria”.

Resposta Comentada

Mais do que a recíproca confiança entre as duas superpotências, foi o chamado “equilíbrio do terror”, o elemento estratégico crucial, na preservação do mundo de uma guerra avassaladora do gênero humano.

Por um lado, a própria existência de armas, capazes de alterar irremediavelmente os equilíbrios naturais, de prejudicar a saúde das futuras gerações e de aniquilar qualquer forma de vida do

planeta, introduziu na história contemporânea um fator de angústia permanente que é típico das nossas sociedades modernas.

Por outro lado, a afirmação das duas superpotências nucleares, ambas com o potencial bélico para destruir o adversário, proporcionou um contexto de estabilidade da ordem internacional, rendendo muito mais improvável a ideia de outro conflito mundial.

A vida no interior dos blocos

Analisando o período da “Guerra Fria”, o sociólogo e historiador Giovanni Arrighi frisou que a centralização do poderio militar global nos dois grandes polos de Washington e Moscou determinou a “evaporação parcial da essência do princípio westfaliano da igualdade soberana dos membros da comunidade internacional”.

Com efeito, se o sistema que, em 1648, saiu da Paz de Westfália inaugurou o moderno esquema das relações internacionais, acatando o princípio de soberania estatal, a “Guerra Fria” diluiu sensivelmente este princípio ao decretar a forte ingerência das duas superpotências nas decisões não apenas de política exterior, mas também (em vários casos) de política interna, dos países aliados.

Como sobressaído, a pouca distância de tempo entre uma e outra, formaram-se duas organizações militares de defesa mútua entre elas especulares, nascidas para se defenderem de forma conjunta de um ataque proveniente do outro campo, a Otan e o Pacto de Varsóvia.

Entretanto, a arregimentação do sistema internacional não se limitou ao aspecto bélico, a partir do momento em que a hegemonia das duas superpotências traduzia-se também em modelos políticos

e econômicos aos quais adaptar-se, tendo em vista que a aliança diplomática ou a proteção de um dos dois campos significava também aderir a uma específica ideia de sociedade.

Apesar de este elemento ter sido comum a ambos os blocos, a abordagem das duas superpotências com os países que faziam parte de sua área de influência foi diferente.

Começando com a URSS, a vitória na guerra não produziu um enfraquecimento daquele despotismo interno que a caracterizava, desde a chegada ao poder de Stalin, criando um evidente descompasso com os ideais igualitários dos quais a superpotência eslava professava-se detentora.

O objetivo primário da política soviética era o de garantir a segurança de suas fronteiras para evitar a repetição dos episódios nefastos, ocorridos desde a Revolução de Outubro: intervenção militar durante a Guerra Civil de 1918-21 por parte das potências capitalistas europeias; sucessivo bloqueio econômico-diplomático internacional por parte daquelas mesmas nações; invasão da Alemanha nazista.

A implantação de “garantias de segurança” para que não se verificassem novas agressões, todavia, acarretou a formação de uma área de influência soviética moldada em volta do consenso granítico ao modelo apontado pela *nomenklatura* do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Por tal fim, a URSS optou por um tipo de liderança que poderíamos definir “militarista”, que levou a superpotência à “sovietização” das outras nações do bloco, subordinadas aos interesses do Kremlin, conferindo ao “Exército Vermelho” o papel de agente de dissuasão ou de repressão (como vimos no caso da Hungria, em 1956, e da Tchecoslováquia, em 1968) de qualquer tipo de contestação em seu interior.

Da mesma forma com a qual Moscou, em 1922, havia “russificado” os outros territórios da União Soviética, colocando na URSS o marco indelével da hegemonia da Rússia, no pós-45,

todos os países do Leste Europeu passaram por um processo de “aceitação” da supremacia do Kremlin, transformando-se em outras tantas “democracias populares”, uma definição por trás da qual se escondia a falta de autonomia decisória.



Figura 2.7: 1968, tanques reprimindo os protestos populares da “Primavera de Praga”.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Primavera_di_Praga

A criação, em 1949, do Comecon (Conselho de Ajuda Econômica Mútua) como entidade para coordenar a atividade econômica dos Estados sob o controle de Moscou, favoreceu a implantação do modelo coletivista soviético na Europa do Leste, levando estes países a uma reconfiguração da sua estrutura econômico-social que possibilitou um forte processo de modernização, na área (até então) mais atrasada do continente.

Reforma agrária, coletivização da agricultura, nacionalização dos setores produtivos estratégicos, dos bancos e do comércio, proporcionaram um crescimento acima de 10% por ano naquela região da Europa.

A subordinação ao “Estado-guia” soviético, entretanto, condicionou muitos destes resultados, a partir do momento em

que parte considerável destes proveitos era destinada não ao melhoramento da qualidade de vida dos habitantes dos países-satélite (na verdade, nem sequer dos habitantes da própria URSS), mas ao aprimoramento do setor soviético dos armamentos.

Comecon no setor econômico, Cominform no campo político e Pacto de Varsóvia no âmbito militar, portanto, formaram os instrumentos, utilizados pela União Soviética, para estreitar o controle e a fidelidade dos membros de seu bloco.

De forma diferente, os norte-americanos optaram por uma estratégia de “imperialismo informal”, alicerçada numa política de penetração, antes de mais nada econômica, cujo primeiro e fundamental momento de atuação foi o Plano Marshall, que vinculou ainda mais a Europa ocidental aos EUA, favorecendo a difusão no bloco capitalista do *american way of life*.

Com efeito, diferente dos outros países empenhados na Segunda Guerra Mundial, os EUA no pós-guerra não deviam encarar problemas de reconstrução, mas sim de reconversão da sua poderosa indústria bélica para os tempos de paz, para evitar uma crise de superprodução igual a que havia originado o colapso de 1929.

A política de ajudas para a reconstrução das desastreadas economias europeias, portanto, favorecia ainda mais a conquista estadunidense de um imenso mercado de consumidores, atrelando – ao mesmo tempo – estas nações a uma aliança que era também diplomática e estratégico-militar.

À medida que as maiores nações do Velho Continente se erguiam da situação de prostração econômica consequente à guerra, começou a surgir em parte da classe dirigente da Europa ocidental a ideia de um projeto de integração dos Estados europeus, voltado a uma política de cooperação capaz de acabar de vez com as rivalidades dilacerantes do passado, gerando um novo poderoso sujeito supranacional.

Os primeiros passos movidos em tal sentido proporcionaram, em 1957, o surgimento da CEE (Comunidade Econômica Europeia), um órgão de cooperação econômica representativo de seis nações do “Velho Continente” (França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo), que criava entre elas um “mercado comum”.

A criação da CEE é considerada o primeiro ato de fundação da futura União Europeia (nascida em 1992), originando, pela primeira vez na Europa, uma instituição supranacional à qual os Estados-membros cediam parte de sua soberania sobre determinadas competências.

Entretanto, apesar dos esforços dos chamados “europeístas”, durante a “Guerra Fria” este esboço de aliança alternativa à lógica bipolar foi bem longe de se realizar, as relações diretas de cada Estado europeu com o aliado estadunidense continuando predominantes.

Se a cooperação econômica europeia não se traduziu em um projeto de aliança também política e militar, capaz de falar de igual para igual com as duas superpotências, também não deu êxito a tentativa francesa de perseguir uma trajetória de independência do aliado americano.

Grandeur (grandeza) foi o nome dado a esta política da França, voltada – na década de sessenta – à emancipação da influência estadunidense.

Seu intérprete principal, o presidente Charles De Gaulle (1959-1969), levou adiante um programa nuclear autônomo e independente dos EUA (chamado *force de frappe*), opôs-se ao ingresso na CEE da Inglaterra (desde sempre considerada o maior aliado dos EUA), decidindo também, em 1966, a retirada francesa do comando militar da Otan.

Todas estas tentativas, entretanto, eram destinadas à falência, frente à exportação de um modelo de sociedade norte-americano que exercia uma atração evidente, definido pelo sociólogo James

O’Connor de “Estado de guerra/Bem-Estar”, aliando gastos militares sem precedentes em época de paz ao compromisso de manter o emprego máximo e a maior demanda global possível.

Segundo a fórmula, cunhada por outro analista, Geir Lundestad, o **conúbio** americanização/modernização fazia dos EUA um “Império a convite”, que exercia seu controle, mediante um poder de persuasão econômica e cultural (o chamado *soft power*), vislumbrando para os outros países a estrada rumo a um futuro de crescimento econômico nacional e a melhor qualidade de vida de seus habitantes.

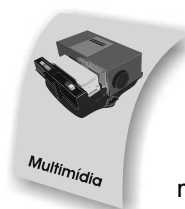
Contudo, tal suposta política de “paz e prosperidade” deixava lugar à intervenção militar – direta ou indireta – todas as vezes em que o projeto de subjugação econômica não se revelava profícuo, conforme ocorrido inúmeras vezes, sobretudo em outra área de influência dos EUA: o continente latino-americano, basicamente interdito à duradoura existência de governos socialistas.

Na divisão geopolítica do “xadrez mundial” entre capitalistas e comunistas, com efeito, a América Latina constituía um campo peculiar, haja vista a persistência de estruturas econômicas atrasadas e a assimetria das suas relações econômicas com a superpotência norte-americana. Elementos que favoreciam – na esteira do exemplo cubano de 1959 – a emergência em vários países da região de uma vasta mobilização social e de propostas políticas, contendo maior ou menor viés nacionalista e socialista, questionando o atraso e a dependência, e oferecendo caminhos alternativos à subjugação *yankee*.

Dáí, a preocupação principal de Washington em contrastar a crescente efervescência social na região – enquadrada em uma gama heterogênea de correntes reformistas ou revolucionárias – mediante todos os meios possíveis, incluindo a intervenção militar direta, indireta, o treinamento físico e ideológico das forças militares latino-americanas, o apoio de regimes ditatoriais.

Conúbio

Palavra de origem latina que indica, no específico, o casamento, mas que na linguagem comum é utilizada para definir união, sodalício, aliança.



A “Guerra Fria” no cinema

A “Guerra Fria” é um tema que oferece muito material para os amantes do cinema. Sendo a filmografia a respeito muito extensa, limitamo-nos aqui a assinalar um longa-metragem por cada assunto, compreendido neste período multifacetado.

Equilíbrio do terror: *Dr. Fantástico*, de Stanley Kubrick.

Guerra nuclear: *O dia seguinte*, de Nicholas Meyer.

Era atômica: *Síndrome da China*, de James Bridges.

Macarthismo: *Boa-noite e boa sorte*, de George Clooney.

Espiões: *O espião que saiu do frio*, de Martin Ritt.

Crise dos mísseis: *Treze dias que abalaram o mundo*, de Roger Donaldson.

Guerra do Vietnã: *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola.

A Europa prostrada do pós-45: *Ladrões de bicicletas*, de Vittorio De Sica.

Vida no bloco oriental: *A vida dos outros*, de Florian Henckel von Donnersmarck.



Figura 2.8: Cena do filme *Dr. Fantástico*.

Fonte http://upload.wikimedia.org/wikipedia/it/f/f1/Dr_Strangelove.jpg



Atende ao Objetivo 3

3. Descreva as dinâmicas político-econômicas que ocorreram no interior dos dois blocos e a diferente abordagem das duas superpotências para com o problema da liderança.

Resposta Comentada

Com a “Guerra Fria”, o vínculo de fidelidade da política exterior e (nas questões mais importantes) interna dos Estados de ambos os blocos às duas superpotências adquiriu conotações “estruturais”, proporcionando a paulatina limitação do princípio de soberania. No campo soviético, a abordagem mais “militarista” de adesão ao modelo socialista acarretou a imposição de um consenso granítico às políticas do Kremlin, em detrimento não apenas da autonomia dos governos dos países que faziam parte do bloco, mas também da liberdade e dos direitos políticos e civis de seus habitantes. No campo capitalista, o domínio econômico e a proposição de um modelo pautado no bem-estar e no consumo representaram o maior cimento da aliança, liderada pelos americanos. O que, todavia, não deixou de proporcionar o paradoxo da existência de uma

nação (os EUA) que se dizia depositária dos valores da democracia e de autodeterminação dos povos, mas que – em nome da defesa do “mundo livre” da ameaça comunista – intervinha também com a força para garantir a tutela de seus interesses.

CONCLUSÃO

A “Guerra Fria” representou um período peculiar na história das relações internacionais, indexando o mundo durante quase meio século numa lógica bipolar de confronto entre blocos antagônicos.

Contrariamente ao que ocorreu com a disputa entre nazifascismo e democracias, todavia, aquela entre capitalismo e comunismo revelou-se uma confrontação pautada na coexistência, embora forçosa e tensa. Um confronto sempre à beira de se transformar em uma guerra aberta que, por causa dos aprimoramentos tecnológicos no setor armamentista, teria sido fatal para a sobrevivência da espécie humana, mas que – mesmo por esta razão – acabou não acontecendo.

Por tal motivo, a “Guerra Fria” englobou aspectos contraditórios, revelando-se um período histórico de relevante estabilidade internacional, vivido num clima de tensão perene, que arregimentou a política exterior de cada país, alastrando-se também a muitos aspectos da vida cotidiana de seus habitantes.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Releia a aula e aponte as características mais peculiares da “Guerra Fria”, desde sua própria designação como “Fria”, enfatizando os aspectos militares do confronto.

Resposta Comentada

A “Guerra Fria” é a designação utilizada para definir o período histórico de confrontação entre EUA e URSS, compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrocada do bloco socialista, em 1991. A adjetivação de “Fria” encontra explicações no fato de este confronto acirrado entre as duas chamadas “superpotências” nunca ter “aquecido” num confronto direto. Com efeito, a confrontação limitou-se a uma guerra diplomática, política e econômica que, todavia, não deixou de se transformar em choque militar “por procuração” (isto é, indireto) em áreas que se encontravam fora dos dois blocos geopolíticos, encabeçados por Washington e Moscou. A frenética corrida armamentista que caracterizou a rivalidade entre EUA e URSS foi a causa de um período de quase meio século em que à tensão constante juntava-se o pessimismo acerca da inevitabilidade da guerra. Ao mesmo tempo, todavia, a própria disponibilidade daquelas armas, com potencial destrutivo incalculável, representou o segredo da substancial estabilidade do quadro internacional, na convicção de que uma Terceira Guerra Mundial teria sido a última da história da humanidade.

RESUMO

Nesta aula, expusemos as dinâmicas da “Guerra Fria”, enfatizando este período histórico que seguiu à Segunda Guerra Mundial, como caracterizado pela divisão geopolítica do mundo, nos dois campos opostos de socialismo e capitalismo.

Mostramos o processo com o qual tal divisão ocorreu, as razões de tal contraposição e o porquê da denominação de “Fria” por esta guerra, encontrando na corrida armamentista nuclear sua tônica principal.

Finalmente, chamamos atenção para os desdobramentos que tal momento histórico proporcionou no interior de cada um dos dois blocos e para os equilíbrios mundiais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, falaremos dos chamados “Trinta anos dourados”, isto é, do período de ouro vivido pelas economias ocidentais, após a Segunda Guerra Mundial.

Aula 3

A “Idade de Ouro” do capitalismo

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar o período de grande e constante desenvolvimento econômico dos países ocidentais nas três décadas sucessivas à Segunda Guerra Mundial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as razões e as características do “Período de Ouro”, atravessado pela economia de mercado no pós-45;
2. avaliar as repercussões que este período de crescimento teve sobre os estilos de vida das pessoas e sobre a sociedade em seu conjunto;
3. analisar a “Idade de Ouro” por outro ângulo: o dos excluídos e das vítimas deste processo.

INTRODUÇÃO

Com a definição de “Trinta anos dourados” (ou *Golden Age*, na versão inglesa), entende-se o enorme crescimento produtivo que caracterizou os países ocidentais e o Japão no período que vai do fim do segundo conflito mundial até o início dos anos 1970, garantindo-lhes uma estação histórica ininterrupta de prosperidade e de substantiva estabilidade econômica.

Aos trinta anos (1914-1945) que, como vimos, marcaram uma “era das catástrofes”, iniciada com a Primeira Guerra Mundial e terminada com o segundo conflito mundial (passando por revoluções, pela afirmação dos fascismos e por uma crise econômica avassaladora), seguiu, portanto, mais um período de três décadas, mas, desta vez, de signo diametralmente oposto.

Com efeito, arrastado pela locomotiva americana, a partir da segunda metade dos anos 1940, o trem dos países capitalistas correu a todo vapor rumo um avanço tecnológico e um crescimento econômico sem precedentes por intensidade, duração e amplitude geográfica da área interessada.

Ao final deste período, os países capitalistas desenvolvidos representavam cerca de três quartos da produção mundial e mais de 80% de suas exportações manufaturadas.

A “Era de Ouro” foi um fenômeno próprio dos EUA, da Europa ocidental e do Japão num contexto de desenvolvimento que, entretanto, foi mundial.

Um evidente crescimento econômico, de fato, registrou-se nesta época também na área dos países socialistas, como também naquela região fragmentada de países que estavam fora dos dois blocos, chamada de “Terceiro Mundo”.

Todavia, tanto no bloco soviético como nos países em via de desenvolvimento, tal fenômeno de aumento da produção e de modernização não foi acompanhado do melhoramento das

condições econômicas da maioria da população: no primeiro caso, devido, sobretudo, à escolha de sacrificar a qualidade de vida dos habitantes no altar da hiperdispendiosa corrida armamentista; no tocante aos países do Terceiro Mundo, ao invés, em virtude da disparidade econômica sempre existente (mas ora ainda mais gritante) entre uma classe de poucos ricos e o resto da população.

Como é fácil adivinhar, este surto econômico acarretou desdobramentos também no âmbito social, o que causou reverberações profundas no estilo de vida das populações ocidentais, mas não somente delas. Bens e serviços, antes restritos a minorias, eram agora produzidos e utilizados para uma grande massa de pessoas.

Segundo a descrição sintética do economista Robert Reich, após a guerra,

as multidões de soldados que voltavam da guerra e constituíam famílias compravam casas com empréstimos subsidiados pelo governo (...). Essas famílias passaram a equipar seus novos lares com lavadoras de pratos, secadoras de roupas, panelas elétricas, aparelhos de ar condicionado, máquina de lavar, carrinhos de bebê, geladeiras e televisores. Culminando tudo isso (com), pelo menos, um carro em cada garagem (REICH, 1994, p. 41).



Figura 3.1: Uma família feliz e seu carro novo: um dos símbolos da Idade de Ouro.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Miracolo_economico_italiano

Não apenas os seres humanos, mas também a natureza saiu deste período radicalmente transformada, ou melhor: reduzida.

Um dos efeitos desta incrível explosão de produção e consumo foi o extraordinário impacto que elas tiveram sobre a natureza. Poluição, deterioração das águas, dos solos e dos céus, desmatamento, contaminação foram alguns dos resultados causados em médio prazo por este surto das atividades humanas que, no Ocidente capitalista como no Oriente socialista, interpretavam o crescente domínio da natureza pelo homem como sinônimo de avanço da humanidade.

Nestes trinta anos, em definitivo, o mundo (ocidental, em particular) tornava-se economicamente mais rico, mais moderno, mas também mais injusto e mais predador.

Quais as razões e as características deste surto econômico? Quais as repercussões que a idade de ouro acarretou no tocante ao estilo de vida das sociedades modernas? Foi realmente um período todo de ouro ou aquele brilho econômico impedia a vista de outros lados mais sombrios?

1945-1973: razões e peculiaridades do “boom econômico” do capitalismo

A espantosa recuperação do mundo capitalista, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi o produto de vários fatores.

Entre eles, sem dúvida, está a explosão demográfica que seguiu o fim da guerra, haja vista que o crescimento da população mundial significou o aumento da demanda de bens de consumo, de habitações, de estruturas sociais (escolas, hospitais etc.) e, mais em longo prazo, a colocação no mercado de trabalho de novas forças.

Os aparatos produtivos dos países industriais conseguiram satisfazer as exigências de um mercado em contínua expansão, porque puderam gozar de algumas condições favoráveis, tais quais: o custo relativamente baixo das matérias-primas, como o petróleo (que havia tomado o lugar do carvão como fonte energética principal) e a disponibilidade de uma série de inovações tecnológicas, e descobertas científicas feitas já durante a guerra, mas que agora encontravam sua propagação e sua utilização para fins não militares.

Ao lado destes fatores conjunturais (aumento da população, descobertas científicas, inovações tecnológicas etc.) que, no pós-45, caracterizaram o mundo como um todo, há outros que se referem exclusivamente ao Ocidente e que fizeram com que apenas em tal área econômica do mundo brilhasse a cor luzente do ouro, durante quase trinta anos.

Um primeiro fator específico foi representado pelo papel revitalizador, jogado pelos EUA no campo econômico ocidental.

Como estudamos na aula precedente, em 1945, o eixo hegemônico deslocava-se para fora da Europa, rumo aos EUA e a URSS, numa dinâmica caracterizada pela presença de dois campos contrapostos – respectivamente de cunho capitalista e socialista – liderados por estes dois países, portadores de valores antitéticos, que

se confrontaram numa luta ideológica e estratégica que durou por quase meio século e que, todavia, nunca “esquentou” num choque armado direto e por isto definida como “Guerra Fria”.

Conforme o cientista político Zbigniew Brzezinski, a Guerra Fria forneceu aos EUA estímulos ideológicos necessários para se lançarem na empreitada da propagação de seu modelo de civilização para o mundo afora.

Com efeito, a ameaça de uma propagação do comunismo, advertida como concreta e global, unida – evidentemente – à concentração esmagadora e sem precedentes das capacidades financeiras e militares com a qual os EUA apresentavam-se ao término do segundo conflito mundial, forçaram a classe dirigente americana a sair da atitude isolacionista que, como vimos, até aquele momento havia caracterizado a nação norte-americana nos tempos de paz.

No pós-45, portanto, os Estados Unidos decidiram exercer a função de Estado-guia do campo dos países capitalistas, exportando para fora das fronteiras norte-americanas seu modelo político-econômico, pautado na forte intervenção estatal nas dinâmicas da economia de mercado.

Com efeito, a experiência do *New Deal* havia ensinado a importância de um governo atuante, engendrando o surgimento de uma “economia capitalista regulamentada” que permitiu aos EUA sair da Grande Crise dos anos 1930, através da incomum combinação de crescimento econômico pautado no consumo de massa com força-trabalho, plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida.

Welfare State (cuja tradução mais apropriada é “Estado de bem-estar social”) é o nome que foi cunhado para descrever a ação enérgica do Estado para possibilitar a instauração de um “capitalismo com rosto humano”, que encontrou nos países da Europa escandinava (Dinamarca, Suécia e Noruega) sua mais plena atuação.

O Estado do bem-estar social, portanto, atuou na criação de um serviço público eficiente e capilar nos setores da saúde, da previdência e da educação, bem como na articulação de uma vasta rede de órgãos, voltada à segurança social (seguro-desemprego, mecanismos de reintrodução no mundo do trabalho para os trabalhadores desempregados etc.), o que enfraqueceu os grandes grupos monopolistas, predispondo o clímax de consenso social propício ao crescimento econômico.

Crescimento econômico, maior equidade e pleno emprego formavam, portanto, a tríade teórica do Estado de bem-estar social da América rooseveltiana a qual, entretanto, conseguiu seus melhores resultados econômicos durante a guerra, com o surto da produção bélica.

No contexto hostil da Guerra Fria, portanto, os encarregados da política externa norte-americana, seguindo o exemplo das políticas públicas adotadas internamente, responsabilizaram-se cada vez mais pelo bem-estar do mundo capitalista como um todo, lançando-se na exportação de um modelo chamado pelo historiador James O'Connor de "Estado de guerra/Bem-Estar", ou seja, numa política que aliava gastos militares exorbitantes ao compromisso de manter o máximo nível de emprego e a maior demanda global possíveis.

Se a produção de armas, própria da frenética corrida armamentista entre EUA e URSS, representou um dos motores da economia estadunidense, não foi, todavia, o uso das armas o alicerce para a propagação deste modelo triunfante.

Inaugurou-se assim no Ocidente uma estratégia norte-americana de "imperialismo informal", baseada numa política de penetração antes de tudo (mas, como veremos, não somente) econômica, o que favoreceu ainda mais a penetração no campo capitalista do *american way of life*, isto é, do sonho americano, pautado no binômio "produção em série/consumo em massa" e na "promessa hegemônica de sua possível realização para todos os povos do mundo" (ARRIGHI, 2001).

O alvo principal deste alastramento do sistema econômico, social e cultural americano foi, sem dúvida, a Europa ocidental, beneficiada, nos anos da reconstrução pós-bélica, por um colossal plano de ajudas econômicas, que já encontramos na aula sobre a Guerra Fria: o chamado Plano Marshall.

Este plano, que atrelava a recomposição da economia europeia à reconstrução de um campo capitalista global, liderado pela economia americana, apresentou mais a conotação de verbas que de empréstimos.

Entretanto, não era este um dinheiro oferecido de graça.

A contrapartida ao estímulo americano da economia europeia, através de uma forte injeção de capitais nos cofres exangues dos Estados, saídos da guerra, era representada pela possibilidade de dispor de um espaço político-econômico suficientemente grande para permitir, segundo o sociólogo Giovanni Arrighi (2001, p. 148-149), às corporações *made in USA* de “remoçar numa segunda juventude do outro lado do Atlântico”, evitando uma nova crise de superprodução.

Por outro lado, este afluxo de capitais acarretou um processo cíclico em grau de se autoalimentar, possibilitando a reconstrução pós-bélica europeia e seu alto ritmo de crescimento, em grande parte devido à imensa disponibilidade de mão de obra industrial a baixo custo, fruto da explosão demográfica e da mecanização da agricultura.

Na verdade, mais do que os Estados Unidos (que cresciam já desde a metade da década de 1930 e que, aliás, a partir de 1946 começaram a fazê-lo com menor vigor), foram mesmo a Europa e o Japão os que registraram nestas décadas um surto econômico.



Figura 3.2: O grande fluxo de capital propiciou a reconstrução de muitos países no pós-guerra.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fa/One_million_dollars_Wikibaby.jpg

Bem no começo da década de 1950, nestes lugares a reconstrução pós-bélica podia-se dizer concluída.

A partir daquele momento, começou uma fase de rápido – porém, duradouro – desenvolvimento, atrelado principalmente às indústrias siderúrgica, mecânica, química e eletrônica e, a partir dos anos 1960, vinculado ao setor “terciário”, isto é, dos serviços.

Conforme a teoria do economista russo Alexander Gerschenkron, segundo o qual o crescimento de uma economia **incipiente** é tanto maior quanto maior é seu atraso para as economias mais avançadas, entre 1950 e 1973, a renda per capita europeia cresceu a cada ano a um ritmo quase duas vezes maior do que nos EUA (4,1% contra o 2,5%), enquanto no Japão chegou à incrível marca de 8,1%.

Incipiente

Palavra que vem do latim incipit e que assinala algo que está no começo.

Entre 1950 e 1973, o comércio mundial quintuplicou, assinalando a liberalização do mercado internacional, após um longo período de protecionismo triunfante, antes para combater a crise econômica da década de 1930 e depois por causa da guerra.

Dos 16 países do núcleo capitalista mundial – a partir de 1961, reunidos sob a sigla OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) – o crescimento médio por ano foi de 4,9%, isto é, quase três vezes superior ao referente aos anos 1913-50 (2%), representando “três quartos da produção do mundo e mais de 80% de suas exportações manufaturadas” (HOBSBAWM, 2009, p. 255).

Em suma: a combinação virtuosa de alto crescimento, inflação contida, média de desemprego abaixo de 2% e baixa dívida pública, assegurou aos países capitalistas um crescimento econômico espantoso durante mais de um quarto de século, sem interrupções, que em alguns países (Alemanha, Itália, Japão) adquiriu as feições de verdadeiro e próprio “milagre econômico”.

Alguns elementos eram comuns ao incrível crescimento destas três nações.

Estes eram os países saídos derrotados do segundo conflito mundial, que ao fim da guerra encontravam-se com seus aparatos industriais e suas infraestruturas (estradas, ferrovias, portos, cidades) quase completamente destruídos. Os três haviam sofrido um período de ocupação militar por parte da coalizão vencedora, liderada pelos EUA, mas, em poucos anos, haviam passado do status de inimigos para o de aliados fiéis dos norte-americanos, obtendo destes conspícuas ajudas econômicas. Alemanha, Itália e Japão, finalmente, após o triste parêntese histórico do fascismo, gozaram de certa estabilidade política, que encontrou sua expressão em governos de cunho liberal.

Na Itália, apesar da sucessão de dezesseis governos em onze anos (1949-63), certa continuidade veio a ser garantida pela liderança do partido da Democracia Cristã (DC), que norteou a política italiana, durante meio século, num esquema de divisão dos campos entre executivo liberal (Democracia Cristã) e oposição comunista (Partido

Comunista Italiano – PCI, o maior partido comunista do Ocidente) que imitava, em escala menor, as dinâmicas mundiais de contraposição próprias da Guerra Fria.

Arrocho salarial

Indica a contenção de aumentos de salários, geralmente utilizado para conter despesas ou impedir subida de preços e inflação.

O **arrocho salarial** foi o elemento estratégico que possibilitou este extraordinário desenvolvimento econômico, tornando a Itália de país pobre e agrícola a sexta nação mais industrializada do mundo, nos anos 1980.

Se a Itália privilegiou os âmbitos produtivos com baixo conteúdo tecnológico e alto emprego de força-trabalho, como o setor alimentício e o têxtil, algumas importantes exceções nos setores dos meios de transporte, da eletrônica, da química e petroquímica (Fiat, Candy, Olivetti, Pirelli, Eni etc.), proporcionaram o surto das vendas de produtos industriais italianos para o exterior, onde o “made in Italy” tornou-se sinônimo de qualidade, criatividade e bom gosto.

Quem, entretanto, exerceu o papel de país-guia da retomada econômica europeia foi a República Federal da Alemanha (ou seja, a Alemanha Ocidental).

De fato, se “Alemanha, ano zero” foi o título que o diretor italiano Roberto Rossellini havia apropriadamente escolhido para sua obra-prima, focada nas condições de destruição pós-bélicas deste país, dez anos depois daquele marco inicial, a Alemanha já estava novamente entre as grandes potências econômicas mundiais.

Seu chanceler, desde o ato de fundação (1949) até 1963, foi Konrad Adenauer, político de centro-direita que atrelou o crescimento da Alemanha ao Plano Marshall e à chamada “Westpolitik”, isto é, a uma política de estreitamento das relações com os Estados Unidos e com os inimigos de sempre: a França.

Os Estados Unidos, por sua parte, favoreceram esta relação privilegiada, em função da colocação geoestratégica da Alemanha (país de fronteira com o leste comunista), na intenção de “fazer da Alemanha não apenas um bastião avançado do bloco atlântico, mas também uma vitrine do bem-estar capitalista contraposta ao modelo ‘espartano’ dos países do bloco soviético” (SABBATUCCI-VIDOTTO, 2010, p. 469).

Com a reforma monetária de 1948, surgiu o Deutsche Mark (marco alemão), que foi o símbolo de um crescimento econômico, desta vez, não afetado pela inflação e a instabilidade da moeda.

Bem melhor do que os italianos, os alemães – guiados pelo lendário ministro da Economia, o liberal Ludwig Erhard – souberam harmonizar o incrível crescimento das exportações com o mercado interno, pautando seu modelo de desenvolvimento nas inovações tecnológicas mais do que na compressão dos salários, que, ao invés, aumentaram junto com o crescimento da economia.

Entre 1948 e 1952, a produção alemã cresceu 110%.

Se a Itália tinha se desenvolvido de forma muito desigual, deixando o Sul (o chamado “Mezzogiorno”) em condições de subdesenvolvimento econômico gritante, a Alemanha cresceu de forma muito mais uniforme, aliás, incorporando sem repercussões negativas os cerca de 9 milhões de refugiados das províncias orientais e os outros 3 milhões que, de 1949 a 1961 (ano da criação do muro de Berlim) conseguiram fugir da República Democrática Alemã. O que a tornou, também, meta da emigração maciça de pessoas provenientes da mais carente Europa meridional (italianos do sul, gregos, turcos, espanhóis).

Sem ter de gastar dinheiro em despesas militares (no pós-guerra, o rearmamento alemão foi proibido até 1955) e na manutenção dos vestígios de Impérios coloniais, a Alemanha cresceu – e continuou crescendo – muito mais do que a Inglaterra e a França, tornando-se, portanto, a terceira economia mundial (atrás dos EUA e do Japão) e o coração pulsante da economia europeia.

Como antecipamos, o período 1945-73 foi também “dourado” para um país da área asiática que, portanto, pouco tinha a ver com o ocidente de um ponto de vista geográfico: o Japão.

Se esta nação encontrava-se geograficamente distante do capitalismo ocidental, todavia, estava bem próxima de seus valores no tocante aos aspectos econômicos, sociais e culturais, devido a um vigoroso processo de ocidentalização, sofrido no século XIX (na

época da chamada Restauração Meiji), ao qual seguiu – depois da derrota na Segunda Guerra Mundial – um período em que o país nipônico ficou sob a tutela de um governo aliado, liderado pelo general americano MacArthur.

Transformado pela lógica da Guerra Fria em uma “nação semissoberana” (Meredith Woo-Cumings), o Japão comportou-se como a mais ocidental das nações.

A uma forte estabilidade política de cunho anticomunista, juntou-se, de 1950 a 1973, um crescimento do PIB numa média acima de 9%, disparadamente a mais alta do mundo.

Além dos aspectos típicos do capitalismo ocidental, contribuíram a este boom fatores peculiares que possibilitaram um “modelo japonês” de capitalismo, baseado nos valores comunitários de apego à nação e à empresa, em que a colaboração e o espírito de sacrifício de todo indivíduo para o bem coletivo nacional eram priorizados em lugar do individualismo, elemento típico do liberalismo clássico.

Derivaram disto, novos conceitos em matéria de produção e organização do trabalho, destinados a difundirem-se mais tarde também no Ocidente, como solução para a crise do capital, ocorrida nos anos 1970, suplantando o fordismo como técnica de produção.

Com efeito, no Japão, já a partir dos anos 1950, surgiu uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital e trabalho, utilizada pela primeira vez pela montadora Toyota e por isto chamado de “toyotismo”.

Em que consistia este diferente sistema de produção?

Antes de tudo, numa maneira de trabalhar que, superando a rígida automação fordista, favorecia a plena interação entre recursos humanos e tecnológicos.

Com efeito, o cerne do toyotismo era o “just in time”, isto é, uma mecanização flexível, visada na produção exclusivamente do necessário, contrariando o fordismo, que produzia o máximo possível e estocava o excedente.

Reduzindo os estoques (método do “estoque zero”), os japoneses davam independência a cada fase produtiva, de modo que os problemas de uma fase não atingissem as etapas subsequentes.

Tal flexibilidade era garantida também pela diferente organização dos trabalhadores, a qual não ocorria através das clássicas fileiras da cadeia de montagem, mas por “células de produção”, isto é, por grupos de produção nos quais cada trabalhador sabia e podia proceder a qualquer uma das fases produtivas (o chamado “trabalho polivalente” ou *team work*).

Esse sistema mais essencial e rápido tinha como objetivo fundamental a melhoria contínua do processo produtivo, o que proporcionava uma melhor “qualidade total” do produto acabado, que se manifestava também em sua exclusividade, haja vista que os japoneses substituíram a produção impessoal e padronizada típica do fordismo com um tipo de fabricação mais personalizada, isto é, atenta às exigências de cada cliente e direcionada à sua plena satisfação.

Tal organização do trabalho não apenas garantia uma melhor qualidade do produto final, mas também acelerava a sua produção, uma vez que o Japão foi o primeiro país a utilizar a externalização das tarefas não essenciais (em inglês: *outsourcing*), viabilizando a produção das peças mais fáceis de produzir fora da fábrica (e, na maioria dos casos, fora do país), lá onde a mão de obra era mais barata.

Para os estudiosos japoneses Kiyoshi Kojima e Terutomo Ozawa, tal situação consentiu ao Japão aumentar sensivelmente a exportação de seus produtos e de acelerar a integração econômica regional na Ásia, levando as empresas japonesas a deslocarem para o Sudeste asiático a fabricação de produtos de baixo custo, o que criou, rapidamente um processo em “bola de neve” de rodadas de investimentos concatenados na região circundante que, pouco a pouco, substituiu os EUA pelo Japão como força dominante no leste da Ásia.

Até agora, ressaltamos o papel central que a explosão demográfica e o **intervencionismo** dos EUA tiveram na ativação de um círculo virtuoso entre os países capitalistas.

Intervencionismo

Entende-se como uma doutrina de política econômica que implica a intervenção estatal em atividades da iniciativa privada. “Intervencionismo” pode também assinalar a política externa de um país tendente à ingerência econômica, política ou militar nos negócios internos de outra, como foi no caso dos EUA no âmbito econômico, na área dos países capitalistas por eles liderado.

Entretanto, não foram só estes os fatores capazes de explicar os “trinta anos dourados”.

De fato, esta abordagem keynesiana (do nome do teorizador da economia capitalista regulada, o inglês John Maynard Keynes, que encontramos quando analisamos o capitalismo no período entreguerras) tinha de encontrar uma correspondência nas instituições econômicas internacionais.

Deste ponto de vista, os acordos econômicos de Bretton Woods (1944) representaram a adaptação da filosofia do Estado do bem-estar ao campo das questões mundiais, criando as premissas daquela colaboração entre Estados, indispensável ao bom andamento da economia e que tinha escasseado clamorosamente no período sucessivo à Primeira Guerra Mundial.

É na localidade americana de Bretton Woods, com efeito, que se estabeleceram as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo, que – finalmente – abandonaram aquela atitude de rivalidade acirrada que os havia caracterizado, desde o fim do século XIX.

O que depois veio a ser chamado de “sistema de Bretton Woods”, sancionou a estabilidade monetária, garantida por meio do *gold dollar standard*, que determinava a convertibilidade do dólar em ouro, oficializando de fato o papel-guia dos EUA como superpotência econômica do Ocidente.

Da mesma forma, foram criados o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituições que se interessavam – respectivamente – em favorecer o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do globo, mediante o empréstimo de financiamentos (BM); assegurar a estabilidade entre os câmbios e alargar o comércio internacional (FMI).

Embora surgido três anos mais tarde (em 1947), deste sistema de colaboração capitalista planetária fazia parte também o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), o acordo geral sobre

tarifas e comércio precursor da atual OMC, surgido justamente para criar um acordo geral sobre o comércio e as tarifas aduaneiras.

Neste pano de fundo de:

1. aumento da demanda global, devido ao incremento demográfico;
2. inovações tecnológicas, utilizadas para a indústria civil;
3. estabilização política pelo alto (intervenção do Estado na economia de mercado);
4. arregimentação das fileiras ideológicas (Guerra Fria);
5. elevado grau de cooperação internacional (Bretton Woods), é – portanto – que nasceram as sementes propícias a este crescimento sem igual.

Ao crescimento econômico se acompanharam, inevitavelmente, enormes transformações sociais.

Tentaremos abordá-las a seguir.



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique quais fatores possibilitaram os trinta anos de crescimento ininterruptos dos países capitalistas.

Resposta Comentada

A época de ouro do capitalismo mundial deve-se a uma combinação de fatores. A explosão demográfica que seguiu o fim da guerra ampliou de forma considerável o mercado interno e, mais em geral, a demanda de bens de consumo, de habitações, de estruturas sociais, o que impediu novas crises de superprodução, como as que engendraram ao *Crack* de 1929. Também a abordagem intervencionista dos EUA, na rígida divisão da Guerra Fria, exerceu um influxo fundamental, haja vista que, ao mesmo tempo em que proporcionava a recomposição da economia europeia e do campo capitalista em seu conjunto, dava a oportunidade aos norte-americanos de aproveitar de um imenso mercado para a venda de seus produtos.

Para além da injeção de dinheiro, os EUA revelaram-se importantes também para a exportação no campo capitalista de um modelo econômico híbrido, que juntava capitalismo com *Welfare State*, temperando as regras da economia de mercado com a intervenção estatal em ajuda das classes mais necessitadas. O elevado grau de cooperação internacional, sancionado em Bretton Woods, finalmente, fez com que as nações capitalistas abandonassem a atitude de "todas contra todas", que as havia caracterizado desde o fim do século XIX, acarretando duas guerras mundiais.

As repercussões sociais do milagre econômico

A consequência mais visível da expansão pós-bélica nos países industrializados foi a geral e rápida melhoria da qualidade de vida da população, particularmente das classes trabalhadoras.

A expectativa de vida nos países desenvolvidos, ente 1950 e 1970, subiu de 65 para mais de 70 anos.

As razões estavam na maior disponibilidade de alimentos e na sua melhor qualidade, nos progressos da medicina e da cirurgia, na descoberta de novos fármacos e na vacinação em massa, no melhoramento das condições higiênicas.

Enquanto isso, o aumento da renda *per capita* (que na Europa ocidental, entre os anos 1950 e os anos 1970, triplicou) traduziu-se numa fortíssima expansão do consumo.

Nascia nestas latitudes a “sociedade do bem-estar”.

Salientam a tal respeito os historiadores Giovanni Sabbatucci e Vittorio Vidotto:

O traço distintivo desta época encontrava-se não apenas no crescimento global dos consumos, mas também em seu conteúdo. Entre 1950 e 1970, o consumo essencial por excelência, o dos produtos alimentícios, despencou da metade para menos de um terço dos gastos totais de um trabalhador assalariado europeu. Cresceu, em compensação, a cota destinada ao vestuário, à casa e, sobretudo, aos bens e aos serviços considerados comumente não essenciais e, por sua grande parte, reservados, até então, unicamente às classe abastadas: os eletrodomésticos e os automóveis, as televisões e os aparelhos para a reprodução do som, os espetáculos e as viagens (SABBATUCCI-VIDOTTO, 2009, p. 533).

Para os países do bloco capitalista em seu conjunto, abriu-se, então, uma fase caracterizada pela combinação de modernização com americanização, o que transformou países em prevalência rurais e agrícolas em nações industrializadas e com forte concentração urbana, modificando, junto com a configuração geográfica, a social.

Com efeito, este *boom* dos consumos supérfluos veio ser viabilizado, para além do aumento das rendas *per capita* e da diminuição dos preços dos produtos (sempre mais produzidos em série) pela multiplicação da propaganda, amplificada pelos meios de comunicação de massa, o que resultou num modelo de consumo sempre mais estandardizado.



Figura 3.3: A obra de Andy Warhol foi a melhor representação desse período, ao elevar ícones do consumo ao *status* de arte – como uma lata de sopa Campbell's.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/9/95/Warhol-Campbell_Soup-1-screenprint-1968.jpg

As diferenças entre os vários países atenuaram-se em prol de uma homologação dos hábitos e dos costumes que perpassava também as classes sociais, justamente chamada de “americanização”.

Conforme o historiador norte-americano Charles Maier, enquanto isto ocorria, as camadas operárias transformavam-se em pessoas cuja identidade prevalente deixava de ser a de membros de uma classe para se tornar a de consumidores, haja vista que o aumento dos salários próprio do *Welfare State* tornava neles a posse de bens materiais como sendo prioritária.

Com efeito, a penetração econômica americana pautada na adoção do *american way of life* abriu caminho – nas sociedades ocidentais – para o que a historiadora Aga Rossi chamou de “visão social fordista”, isto é, a um modelo de exportação símbolo de prosperidade e de bem-estar, pautado na homogeneização dos estilos de vida, na *middle-class* como pedra angular e na “religião do consumo”.

É evidente que a “sociedade de consumo” era, sob muitos aspectos, o produto e o estágio mais avançados das modernas sociedades de massa, em formação já a partir do começo do século XX.

Todavia, tal sociedade apresentava-se com características bem peculiares do novo *status* de opulência: a rápida obsolescência tecnológica dos produtos industriais, a substituição dos bens a uma velocidade muito superior à sua real necessidade material, a tendência ao desperdício, o condicionamento maciço e invasor, exercitado pela propaganda na compra dos produtos.

Este último fator introduz-nos para outro aspecto típico da *Golden Age*: o triunfo dos *mass media*, em primeiro lugar, da televisão.

Nesta época, também os dois outros grandes meios de comunicação já existentes conheciam um indubitável salto qualitativo: o cinema, através da divulgação do sonoro, depois da época dos filmes mudos; o rádio à pilha, que graças à sua nova variante com transistor (de bem menores dimensões e funcionando sem precisar de fontes de alimentação elétrica), tornou-se o meio de comunicação mais difundido no mundo.

A televisão, todavia, foi sem dúvida alguma a protagonista desta época.

Já depois da guerra, nos EUA, este instrumento midiático tornou-se de massa (em 1960, já estava presente uma televisão a cada quatro habitantes).

Na década de 1950, a TV impôs-se também na Europa ocidental e, depois, no mundo inteiro.

No começo da década de 1960, a utilização dos satélites possibilitava a transmissão de programas de um lado ao outro do mundo, enquanto os aparelhos televisivos viravam a cores.

O advento da televisão proporcionou efeitos revolucionários em muitos âmbitos, começando pela informação, onde a televisão tinha a possibilidade de mostrar ao vivo os acontecimentos mundiais.

Conforme o escritor Guy Debord, a “sociedade do espetáculo” que este novo aparelho doméstico contribuiu a fomentar, trouxe nas casas novos hábitos, novas formas de entretenimento coletivo e um uso novo do tempo livre.

Criou também uma nova cultura de massa, na qual a imagem tende a prevalecer sobre a palavra, oferecendo novos valores de referência e novas linguagens.

Segundo o cientista político Giovanni Sartori, a televisão acarretou uma revolução antropológica no ser humano ao determinar a passagem do *Homo sapiens* – cujo cerne era o *logos*, isto é, a palavra e a atitude ativa, pautada na imaginação, que este elemento abstrato por **antonomásia** engendrava na mente –, para o *Homo videns*, desacostumado a pensar por conceitos, movido a refletir por imagens, diante das quais se mostra irremediavelmente passivo.

A difusão do transporte particular de massa foi mais um produto das grandes inovações tecnológicas desta era. Nos EUA, como na Europa e no Japão, o automóvel tornou-se um meio de transporte generalizado. (Na Europa, onde a relação entre automóveis e habitantes era de 1 para 50 logo antes da guerra, em 1970, passou para 1 a cada 5.)

Ainda mais significativo, neste aspecto, foi o surto que registrou a aviação civil, sobretudo depois da invenção do motor à reação, que substituiu o motor à hélice e que tornou, em 1970, qualquer ponto do planeta distante não mais de um dia de voo.

Antonomásia

Do latim *antonomasia* (= mudar de nome), figura retórica que consiste em designar uma pessoa ou uma coisa particular mediante um nome comum, em vez de com seu próprio nome, para destacar sua excelência (ex.: “o Livro”, para falar do Evangelho) ou sua particularidade (ex.: “o guerrilheiro heroico” para falar de Che Guevara).

Diretamente atrelado aos progressos na aeronáutica, estava, a partir dos anos 1950, a chamada “conquista do espaço”, isto é, o aprimoramento das tecnologias aeroespaciais, que além de mexer com o imaginário coletivo (combinando o espírito de aventura com as tecnologias mais sofisticadas da modernidade), tornou-se um campo de disputa acirrada entre os blocos capitalista e comunista, tanto por motivos estratégicos como por razões de propaganda.

Se a União Soviética foi a que obteve os primeiros extraordinários sucessos neste campo, mandando para além da órbita terrestre o primeiro míssil (o *Sputnik*, em 1957) e o primeiro homem (o cosmonauta Yuri Gagarin, em 1961), os Estados Unidos conseguiram alcançar o objetivo mais ambicioso e sugestivo: o pouso do homem na Lua, em 1969, por obra da nave espacial Apollo 11 e dos cosmonautas Armstrong e Aldrin.

O transporte – de carro, como de avião – era possibilitado pela utilização do petróleo, a fonte de energia não renovável (isto é, não reutilizável pela ação humana ou pela natureza) que havia substituído o carvão como recurso energético principal do homem moderno. Além de ser utilizado para a produção do combustível (a gasolina) e da borracha (pneus) necessários ao transporte, o petróleo favorecia a produção de toda uma série de novos materiais. Em particular, pela sua qualidade de hidrocarboneto, o petróleo teve um papel central na produção de um novo material, destinado a revolucionar a vida do planeta: o plástico, utilizado pelas mais variadas exigências em lugar de materiais mais custosos (vidro, madeira, metais).

Análises entusiastas, como a de Walt Rostow, chegaram a conjecturar a adoção universal deste modelo de desenvolvimento como panaceia (isto é, solução) de todos os subdesenvolvimentos, preconizando o discurso que mais tarde o cientista político Francis Fukuyama fará sobre o modelo das democracias capitalistas ocidentais, capazes, ao ver dele, de proporcionar o sonho kantiano da “paz perpétua”.

Entretanto, mesmo no seio deste sistema estavam brotando as sementes para uma crítica feroz de um modelo de desenvolvimento egoísta e depredador, prontas a florescer junto com o deflagrar das primeiras grandes contradições que o próprio sistema capitalista criou.



Atende ao Objetivo 2

2. Contextualize, dentro deste “Período de Ouro” das economias capitalistas, os aspectos ligados à emergência da “sociedade de bem-estar”.

Resposta Comentada

O incrível crescimento econômico dos trinta anos dourados havia irremediavelmente mudado, em face da sociedade ocidental. A poucos anos de distância do horror e da destruição da Segunda Guerra Mundial, portanto, o homem ocidental voltava a reerguer a cabeça. Vivia mais, alimentava-se melhor, viajava em descoberta de novos mundos, deslocava-se rápida e autonomamente a bordo de seu carro particular ou de um avião, assistia aos acontecimentos do mundo, mediante a televisão.

Nascia, em suma, a sociedade do bem-estar, caracterizada pela propagação, para uma grande maioria dos habitantes, de melhores condições de vida, tanto no âmbito particular como no vinculado ao trabalho, o que proporcionou transformações incríveis na própria natureza humana, que deixavam então, de influir apenas nos aspectos materiais para envolver também os atrelados à filosofia de vida, à linguagem, aos processos mentais.

“Nem tudo que reluz é ouro”: as críticas aos trinta anos dourados

Os desdobramentos da sociedade determinaram o alvorecer de novas dinâmicas nas sociedades ocidentais as quais, por sua vez, favoreceram a afirmação das ciências humanas como a Sociologia, a Ciência Política, a Psicanálise, isto é, disciplinas capazes de compreender melhor esta nova realidade, com vistas à sua aceitação por parte de multidões que se encontravam desorientadas por esta onda de transformações.

Por outro lado, a partir dos anos 1960, naquele mesmo meio intelectual, começou a brotar certa recusa ideológica com uma sociedade acusada de substituir a exploração econômica nas formas mais descaradas com elementos mais disfarçados e sofisticados de domínio (obtido principalmente através do uso dos *mass media*), de subjugar os indivíduos a uma nova tirania tecnológica, de domesticar os conflitos sociais com o alastramento de um bem-estar ilusório porque apenas material e, aliás, obtido à custa das populações e dos países mais carentes do globo.

Tal reação a esta que foi definida criticamente como “civilização do consumo” resolveu-se numa retomada das ideologias revolucionárias de cunho marxista, que, inclusive, na época da Guerra Fria havia conservado enorme influência no meio intelectual ocidental.

Na esteira deste pensamento, não faltaram tentativas de associar o marxismo com as novas ciências (Psicanálise, Sociologia antipositivista, Filosofia existencialista etc.), como no caso da Escola de Frankfurt, nascida na Alemanha de Weimar e transplantada aos EUA com a chegada do nazismo.

Entre os principais expoentes desta teoria interdisciplinar neomarxista (o sociólogo Max Horkheimer, o filósofo Theodor Adorno, o psicólogo Eric Fromm), um sucesso particular obteve a obra de Herbert Marcuse.

Filósofo alemão, naturalizado norte-americano, Marcuse unia a crítica da sociedade opulenta, do consumismo e da ética burguesa pautada no sucesso, a um juízo pessimista sobre as capacidades revolucionárias de uma classe trabalhadora “integrada ao sistema”, confiando as esperanças de transformações radicais nos marginalizados das metrópoles modernas e nas populações do Terceiro Mundo, ainda não corrompidas pelo vendaval da industrialização e do consumismo.

A crítica da sociedade consumista atrelava-se, dessa forma, ao chamado “terceiro-mundismo”, o qual, por meio de autores tais quais Frantz Fanon (*Os condenados da Terra*), Andre Gunder Frank (*Acumulação dependente e subdesenvolvimento*) e Samir Amin (*O desenvolvimento desigual*), fornecia as ferramentas teóricas a uma difusa rebeldia – sobretudo juvenil – que perpassou os países ocidentais, a partir dos anos 1960, tendo seu divisor de águas em 1968.

Protagonistas do célebre movimento de 1968 eram os próprios filhos da prosperidade econômica ocidental, isto é, a geração do pós-guerra, definida pela socióloga Hannah Arendt como “*baby boom generation*” pelo fato de ter crescido à sombra da bomba atômica e durante o *boom* econômico, os quais deram voz, a partir do próprio interior do sistema, a um mal-estar existencial dentro do bem-estar material.



Figura 3.4: Barricadas em Paris, em maio de 1968.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/Paris68aCars.jpg>

A oposição à sociedade consumista por parte desta geração de jovens expressou-se, inicialmente, através de formas de rejeição da sociedade industrializada, que tiveram sua manifestação mais conhecida nas comunidades dos *hippies*, que começaram a proliferar nos Estados Unidos, na metade da década de 1960.

Entretanto, nos anos sucessivos, tal rebelião juvenil desaguou na criação de um movimento social mais politizado, que se fez portador de uma verdadeira e própria cultura alternativa (também chamada de “contracultura”), caracterizada por instâncias revolucionárias, conotadas de uma forte tensão ética, na qual confluíam cultura não violenta, crítica ao imperialismo norte-americano, filosofias orientais, anticonformismo e recusa dos valores burgueses, pautados no princípio de autoridade, na competição e no sucesso.

O movimento de 1968 encontrou seu centro propulsor nas universidades, começando já antes daquele ano fatídico de 1968, isto é, em 1964, no berço da sociedade consumista (na Universidade de Berkeley, na Califórnia), onde as instâncias do movimento estudantil atrelaram-se às reivindicações dos movimentos contra a segregação racial dos negros e aos protestos contra a Guerra do Vietnã.

Nos anos sucessivos, este movimento de reivindicação atravessou em breve o Atlântico para se consagrar nos protestos do ano de 1968, tomando formas mais ideologizadas e radicais, que se inspiravam quer no marxismo clássico, quer no terceiro-mundismo, quer – finalmente – no modelo da “revolução cultural” chinesa.

Tal movimento era veiculado pela ascensão de mais um meio de cultura de massa: a música popular, que através de discos, gravadores, fitas, propagava uma nova linguagem comum aos jovens de boa parte do planeta, impondo valores e estilos de vida (pacifismo, maior autonomia, liberdade sexual etc.) alternativos às convenções burguesas.

Conforme o historiador Tommaso Detti (2002, p. 336), cerca de 80% dos produtos da indústria discográfica era vendido aos jovens entre 14 e 25 anos, orientados em prevalência na escuta de cantores e grupos (Bob Dylan, Beatles, Rolling Stones) que se tornaram ícones desta nova geração que vestia calças jeans e sonhava um mundo no qual chegasse “a fantasia no poder” (recordando um dos *slogans* mais famosos de maio de 1968).



Figura 3.5: Os Beatles, o grupo de rock mais famoso da história.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/The_Beatles

Para além dos (na verdade, modestos) resultados políticos obtidos, as revoltas de 1968 deixaram uma marca profunda na sociedade e na cultura ocidental, renovando o mito da transformação revolucionária da sociedade, influenciando os comportamentos individuais e coletivos, criando novas formas de mobilização.



Feminismo

Uma parte da onda de contestações que sacudiu a sociedade ocidental no final dos anos 1960 estava atrelada à retomada das questões vinculadas à condição da mulher.

As mulheres foram cruciais nesta revolução cultural, que – como vimos – girava também em torno de temas, como: contestação do autoritarismo, liberdade sexual, reconfiguração do conceito de família e – no interior dessa – reequilíbrio dos papéis, exercidos pelos seus membros.

O problema da paridade entre os sexos, que entrou na pauta da agenda histórica já a partir do final do século XIX, refloresceu de forma vigorosa neste período também em consideração ao papel exercido pelas mulheres, durante o período das guerras mundiais.

Com efeito, o fato de as duas guerras mundiais terem estimulado o processo de emancipação das mulheres (reservando-lhes um papel central nas dinâmicas familiares e coletivas, que, entretanto, não se traduzia em iguais direitos civis e políticos, por um preconceito antes de tudo cultural), junto à carga revolucionária de 1968, tornaram a onda feminista desta época mais contundente em suas reivindicações.

Partindo, portanto, de exigências ligadas ao igual tratamento no mundo do trabalho, o feminismo dos anos 1960 e 1970 – na esteira de escritos de militantes do movimento, tais quais: quais Betty Friedan e Kate Millet –, chegaram a colocar em xeque o próprio papel da mulher na sociedade, buscando alterar as perspectivas predominantes em diversas áreas da sociedade ocidental, da cultura ao direito, da política à economia, todas permeadas por um evidente machismo.

Deslocando o nosso olhar para fora do eixo das nações industrializadas do Ocidente, para os países do chamado “Terceiro Mundo”, o período 1945-73 não se revelou dourado, ou pior: se foi dourado para os primeiros, o foi mesmo graças à exploração dos segundos.

Com efeito (como veremos na Aula 5, dedicada ao tema), o descompasso vivenciado por estes países entre emancipação político-militar e dependência econômica abriu caminho para teorias em forte contraste com um modelo socioeconômico, destinado a privilegiar poucos, o qual, conforme o estudioso Giovanni Semeraro, “esterilizava a periferia no lugar de oferecer condições reais para seu desenvolvimento, independência e soberania” (SEMERARO, 2009, p. 77), o que – a estas latitudes – produzia, em vez de bens duráveis, seres descartáveis, isto é, um vasto setor da humanidade, subordinado a um modelo de sociedade, feito para beneficiar uma minoria.

Tal reflexão não nos impede de afirmar que a Idade de Ouro tenha levado a um processo de modernização também nestes lugares mais necessitados.

Como aponta o historiador Eric Hobsbawm (2009, p. 356), falando dos habitantes das áreas menos desenvolvidas, “esse mundo chegava-lhe em forma de ônibus ou caminhões em

poeirentas estradas marginais, bomba de gasolina, radinho de pilha transistorizado, que trazia o mundo até eles.”

A modernização, todavia, chegava nestas áreas sem que a ela se acompanhasse um bem-estar difuso, beneficiando primeiro os países industrializados e, em seguida, as camadas sociais mais altas dos países subdesenvolvidos, o que, de fato, ampliava ainda mais não apenas a distância com os países desenvolvidos, mas também a diferença entre as elites e o povo no interior de cada um destes Estados de recente formação política, mas de antiga dependência econômica.

Para além das questões ligadas ao ser humano, mais um aspecto que torna questionável o apelativo de Época de Ouro para este período apoia-se nas consequências nefastas que o ritmo frenético de produção daquele tempo teve para o meio ambiente.

Com efeito, junto com o aumento da riqueza e do bem-estar, a sociedade contemporânea começara a conhecer a outra face da moeda, sob forma da poluição e contaminação do meio ambiente; do aquecimento global; da deterioração da qualidade da água e do ar; da redução das espécies vegetais e animais; da ameaça à própria sobrevivência do planeta.

É, portanto, neste período que se tornam visíveis, pela primeira vez, o que o pesquisador Piero Bevilacqua chama de “riscos do aprendiz de feiticeiro”, isto é, os problemas ligados a uma fase no processo de modernização em que não se consegue mais entender se os seres humanos controlam as máquinas por eles construídas ou se acontece o contrário.

Trata-se de um tema, evidentemente, muito atual. Mas que, todavia – visto com olhar retrospectivo –, remonta em boa parte àquela época de ouro, ao considerarmos que, então, não se conseguia enxergar nada mais que os aspectos virtuosos de atitudes que neste período encontraram sua consagração.

Fenômenos como a difusão generalizada do transporte particular, ligado aos automóveis, ou a utilização das centrais nucleares, de fato, eram olhados apenas em termos – respectivamente – de extraordinária capacidade de mobilidade e de produção de recursos energéticos, o que, como resulta evidente hoje, representa apenas o lado positivo de atitudes que englobam também muitos aspectos lamentáveis, cujas consequências parecem inexoravelmente escapar ao controle do homem.

De uma análise conjunta da época de ouro do capitalismo mundial, em suma, emerge um mosaico complexo de situações, não todas isentas de contradições, as quais se manifestaram de forma vigorosa em meados dos anos 1970 quando – conforme Giovanni Arrighi – “a grande expansão do comércio e da produção mundiais dos vinte anos anteriores começou a minguar, em meio a sinais múltiplos de uma crise hegemônica”, isto é, quando a liberalização do mercado internacional, a expansão do consumo em massa e a homogeneização dos estilos de vida começaram a proporcionar tendências de sinal oposto.

Deixando para mais adiante o assunto ligado aos tempos mais atuais, concluímos esta aula com as palavras do historiador Eric Hobsbawm (2009, p. 281) que traça um quadro sintético dos “trinta anos dourados”, partindo mesmo de seu crepúsculo:

“A Era de Ouro perdeu seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade, realizara a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro.”



Atende ao Objetivo 3

3. Descreva as críticas ao modelo de desenvolvimento da *Golden Age*, provenientes do interior daquela mesma sociedade opulenta.

Resposta Comentada

As primeiras críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista da Idade de Ouro vieram mesmo do interior da sociedade do bem-estar, por parte de uma porção de sociedade inconformada com um bem-estar julgado efêmero porque pautado unicamente em bens materiais.

Ao ceticismo de alguns intelectuais sobre uma sociedade centrada exclusivamente no bem-estar econômico, acrescentou-se, no final da década de 1960, um bem mais amplo movimento social e político, alicerçado na participação da chamada *baby boom generation*, isto é, das pessoas nascidas no pós-guerra e crescidas à sombra do terror nuclear e da riqueza. Críticos com a sociedade consumista e burguesa criada pelos seus pais – porque era hipócrita na proposição de valores e cínica em suas atitudes de exploração dos mais fracos – o movimento de 1968 fez-se portador de uma cultura alternativa, pautada no pacifismo, no antiautoritarismo, na recusa dos valores da competição e do sucesso.

CONCLUSÃO

No período pós Segunda Guerra, as nações ocidentais envolveram-se em dois processos paralelos: sua crescente integração produtiva e comercial, e a evolução internacional da Guerra Fria. Dois fatores que enfatizaram ainda mais no campo capitalista o papel de protagonista dos EUA, que espalharam no bloco geopolítico por eles liderado a filosofia econômica e política baseada no capitalismo regulado, na produção em massa, na standardização e na “sociedade do consumo”.

Durante o período 1945-73, a definitiva “americanização” das nações capitalistas, levou esta parte do mundo a uma fase de crescimento econômico espantoso por qualidade, quantidade e duração, por isto definida “Idade de Ouro”.

Tal surto econômico não foi sem consequências também no âmbito social, acarretando transformações incriveis na sociedade, em termos de atitudes pessoais e coletivas, estilos de vida, maneiras de pensar etc.

A definição de época de ouro para este período, todavia, não nos impede de mostrar – como o movimento de 1968 soube expressar muito bem – que por trás do brilho do ouro existiam também zonas mais sombrias, tais quais: um modelo de crescimento moldado em volta do bem-estar apenas de poucos países, mediante a exploração das áreas do mundo mais necessitadas; a proposição de falsos valores (autoritarismo, sucesso, dinheiro, competição); uma forma de domínio mais disfarçada, mas não menos violenta; os estragos irreversíveis causados ao meio ambiente.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Relendo a aula, aponte o porquê da importância da chamada Golden Age.

Resposta Comentada

Os anos que vão de 1945 até o começo da década de 1970 representaram uma verdadeira e própria revolução econômica, social e cultural, de tal porte a envolver não apenas os países diretamente interessados, mas o mundo inteiro do jeito que hoje o conhecemos.

O fato de vivermos mais tempo e com uma qualidade material de vida superior, a centralidade dos *mass media* na nossa vida cotidiana, a utilização do carro como meio de transporte particular por antonomásia, o hábito de pegar o avião para viajar para qualquer lugar do planeta, são apenas alguns dos fatores que remontam àquela época de incrível crescimento econômico.

Mesmo nos elementos de crítica contundente que o triunfo deste modelo de civilização acarretou, enxergamos hoje consequências para a nossa vida atual, em termos de maior cuidado com a questão ambiental, sensibilidade com todas as formas de discriminação, maior liberdade nos hábitos e nos comportamentos.

RESUMO

Nesta aula, expusemos o período de quase três décadas durante o qual os países do bloco capitalista cresceram a um nível sem precedentes. Com base na contextualização histórica do momento no qual este surto econômico ocorreu (a Guerra Fria), analisamos os motivos deste tamanho desenvolvimento, bem como suas repercussões sobre as dinâmicas sociais e culturais.

Sociedade “de bem-estar e “do espetáculo”, conquista do espaço, consumismo, contracultura, opulência, terceiro-mundismo, *mass media* etc. são apenas alguns dos temas que emergem de uma breve síntese dos tópicos desta época, com repercussões evidentes na nossa maneira de pensar e de agir.

Finalmente, alertamos que o fato de a palavra “ouro” ser comumente utilizada para se referir a este período da história do ocidente não significa, por isto só, que tal momento histórico tenha sido repleto apenas de aspectos positivos, postas as evidentes contradições que engendrou fora, mas também dentro do próprio eixo hegemônico.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, nós nos debruçaremos sobre o outro campo geopolítico que protagonizou a divisão bipolar do mundo, durante a Guerra Fria: o campo do “socialismo real”, abordando os motivos de sua ascensão e sucessiva queda.

Aula 4

Ascensão e queda do “socialismo realmente existente”

Massimo Sciarretta

Metas da aula

Descrever e avaliar o apogeu, a crise e o ocaso dos sistemas comunistas na última parte do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as dinâmicas que levaram à afirmação, à expansão e à crise do sistema socialista no bloco soviético;
2. avaliar a derrocada do socialismo na URSS e o crepúsculo da proposta comunista no contexto mundial;
3. reconhecer o debate historiográfico sobre as causas que proporcionaram o fim do "socialismo realmente existente".

INTRODUÇÃO

Após ter analisado a “Guerra Fria”, em seus aspectos gerais e ter abordado o “período dourado”, atravessado pelo mundo ocidental nas três décadas do pós-45, chegou a hora de aprofundar o estudo do chamado “Segundo Mundo”, isto é, do universo socialista soviético que tinha na URSS seu sol e nos países da Europa centro-oriental seus planetas satélites.

Intitulamos este capítulo “Ascensão e queda do socialismo realmente existente” porque assim veio a ser chamado, na terminologia da ideologia soviética, o regime político adotado pelos países que formavam o bloco comunista, utilizando – conforme sobressai o historiador britânico Eric Hobsbawm – “um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas que na prática esse era o único que funcionava de fato” (HOBBSAWM, 2009, p. 364).



Figura 4.1: Mapa dos Estados-membros do Pacto de Varsóvia, indicativa da extensão territorial gigantesca do bloco socialista.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_de_Vars%C3%B3via

Esta constatação irá nortear as páginas a seguir, uma vez que tentaremos relatar os acontecimentos e as razões que levaram ao apogeu, à crise e à definitiva queda deste projeto de sociedade alternativo ao modelo capitalista, mas também as implicações históricas e ideais que tal derrocada proporcionou para o mundo como um todo.

Com efeito, embora se concentrando principalmente nos fatos soviéticos, este capítulo pretende analisar a crise de um modelo que, na segunda parte do século XX, tornou-se de escala planetária, acabando por atingir também aqueles países socialistas que, sobretudo na Ásia (China, Coreia, Vietnã, Birmânia, etc.), mas não apenas naquela região (Cuba e vários países africanos), tinham brotado de revoluções nacionalistas radicais e que tinha nos camponeses sua força social predominante.

Na época frenética do mundo globalizado e da economia unida sob o império do livre comércio e do capitalismo, a existência de um gigantesco subuniverso isolado do resto do mundo e quase autossuficiente econômica e politicamente, parece remontar a anos-luz de distância.

Ao contrário, trata-se de um modelo de sociedade existente até poucos anos atrás, ao qual, aliás, alguns Estados ainda se referem formalmente para justificar regimes que, na verdade, atuam um “capitalismo de Estado”, acoplando o uso desenfreado da lógica capitalista ao controle autoritário dos processos produtivos e sociais.



Capitalismo de Estado

Esta última reflexão merece um aprofundamento.

Com efeito, já encontramos a expressão “capitalismo de Estado” quando deparamos com a atitude de forte intervenção por parte dos Estados na época sucessiva à Primeira Guerra Mundial (New Deal norte-americano, mas também Estado corporativo fascista etc.) No caso em questão, ao contrário, estamos nos referindo aos países designados socialistas, que se caracterizam por manter os trabalhadores em condição de exploração, e que substituem o capitalismo privado por um sistema em que o Estado transforma-se no principal proprietário. É o caso da República

Popular da China, onde os ideários socialistas e populares aplicados a uma economia que, ao invés, é bem inserida no mercado capitalista são utilizados pelos chefes do Partido Comunista para camuflar fortes limitações dos direitos civis e políticos, como: censura, repressão do dissentimento, falta de eleições democráticas e uma legislação trabalhista quase inexistente.

Quais, então, são as dinâmicas internas ao bloco soviético? Por que este saiu perdedor da luta travada com o capitalismo ocidental? Por que, mais em geral, a última parte do século XX registrou o ocaso deste modelo alternativo de sociedade? Qual o debate historiográfico em torno de um mundo que, derrocando, sepultou junto consigo também boa parte das tradições, culturas e ideias que sonhavam com a igualdade social e a emancipação do gênero humano da escravidão do mercado?

Da vitória contra os nazistas à invasão do Afeganistão: apogeu e crise do regime soviético

1945-1953: a URSS entre sucessos e “Terror”

A vitória na Segunda Guerra Mundial havia fortalecido o poder e o prestígio da Rússia de Stalin, mas o preço para obtê-la tinha sido muito caro: cerca de 20 milhões de mortos, 25 milhões de desabrigados e vastas regiões devastadas.

No pano de fundo avassalador do pós-guerra, o “chefe” da União Soviética agiu com o pragmatismo que lhe era próprio, pautando a reconstrução do território soviético na centralidade do aparato industrial e na submissão às estratégias do Kremlin dos países ocupados no oeste pelo Exército Vermelho.

Portanto, enquanto entre 1947 e 1948 se assistia à sovietação dos países da Europa centro-oriental (Albânia, Bulgária, Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Romênia), realizada mediante a instauração de regimes mono-partidários, integrados e subordinados política, econômica e militarmente à URSS, o quarto plano quinquenal (1946-50) preocupava-se de levar a União Soviética a um nível de produção em 50% superior ao do período pré-bélico.

Na esteira da tradição stalinista, lançou-se mão deste objetivo, privilegiando a grande indústria ligada às obras públicas, à produção de aço, carvão, petróleo, eletricidade, cimento e, sobretudo, armamentos.

Igualmente em linha de continuidade com o período precedente, Stalin centralizou ainda mais as decisões políticas, expurgando os quadros dirigentes que podiam questionar sua *leadership* e governando – conforme Daniel Aarão Reis – mediante o “relançamento dos métodos habituais”, ou seja:

De um lado, campanhas positivas, para aumentar a produção e a produtividade, emulação entre unidades de produção, industriais e agrícolas, cidades, regiões, distribuições de prêmios, incentivos morais e materiais, processos de promoção social. De outro lado, o emprego do Terror, com suas duas faces, coagindo e inibindo, mas também mobilizando em campanhas de identificação, delação e derrubada dos chamados *inimigos do povo* (REIS FILHO, 2008, p. 16).

O crescimento econômico que no Ocidente se pautava de forma prevalente na iniciativa privada (favorecida pela expansão dos consumos), na URSS foi alcançado por meio da obsessiva propaganda centrada na luta pela sobrevivência do socialismo contra o capitalismo e na repressão de qualquer dissenso.

Os *gulags*, que já encontramos quando analisamos a instauração do “comunismo num país só”, caro a Stalin, continuaram sendo utilizados como instrumento de dissuasão e repressão, como

mostra o historiador Moshe Lewin, o qual – considerando o período entre os anos 1920 e o ano de 1953 – estima em mais de quatro milhões de condenados (dos quais cerca de 800 mil à pena capital), o número de pessoas que passou por estes campos de concentração e reeducação (LEWIN, 2007, p. 482).

As mobilizações em torno dos mitos unificadores da defesa da pátria ameaçada, da fortaleza socialista, sitiada pelo mundo capitalista hostil, e do culto à personalidade do chefe, voltaram, assim, a permear a vida no campo soviético, suscitando grande decepção nos habitantes que sonhavam com o fim do clímax de guerra e que, ao invés disso, passavam da guerra contra o nazifascismo para a guerra contra o capitalismo.

Planejamento centralizado, perseguições, internamentos nos campos de concentração, estatização das atividades, mobilização das massas, controle dos mais variados âmbitos sociais e culturais caracterizaram esta nova arregimentação das fileiras, a qual, embora (mais uma vez) afetando de forma mais vigorosa a população rural, mortificava, mais em geral, qualquer demanda dos seus habitantes por melhores condições de vida. Apenas 12% dos investimentos estatais foram reservadas à indústria de bens de consumo, incluindo nesta porcentagem o setor alimentício.

Entretanto, malgrado o detrimento da qualidade de vida de seus habitantes, a URSS pós-guerra voltava a crescer e se modernizar com ritmos assustadores (em 1951, a produção industrial havia superado de 73% a de 1940), tanto mais surpreendentes ao considerarmos que o bloco soviético praticamente não participava do comércio internacional, haja vista que apenas 4% das exportações das economias capitalistas foram para os países socialistas, enquanto dois terços do comércio internacional soviético faziam-se dentro de sua própria área.

Além de se demonstrar uma grande força industrial, a União Soviética sobressaía como um dos maiores produtores de matérias-primas e de energia e como uma grande potência militar e tecnológica.

1953-1964: a “desestalinização” de Krushev

Monolítico

Adjetivo derivado do substantivo “monólito” (uma pedra de enormes dimensões), utilizado para se referir em senso figurativo a algo sem fissuras, coeso, de solidez inabalável.

A URSS que Stalin deixava com seu falecimento, em 1953, era, portanto, um universo isolado e autossuficiente, **monolítico** e poderoso.

A partir daquele momento e até a chegada ao poder de Mikhail Gorbachev, a União Soviética, ora órfã de seu “Grande Guia”, embora persistindo na estrada do socialismo, teria trilhado um percurso menos linear e coerente.

Com efeito, a morte de Stalin abriu caminho para o governo de uma equipe colegiada (entre os quais lembramos Malenkov, Molotov, Krushev, Bulganin), que procedeu a um processo de chamada “desestalinização”, visado descaracterizar a União Soviética dos traços mais arbitrários que lhe havia imprimido o ditador georgiano.

Com efeito:

A fim de tranquilizar a sociedade, desde os primeiros dias os novos dirigentes põem fim ao arbítrio stalinista e propõem-se a restabelecer a “legalidade socialista”. O secretariado particular de Stalin é dissolvido. Dezenas de milhares de funcionários do governo são demitidos ou transferidos por abuso de poder. Uma anistia parcial abre as portas dos campos a todos aqueles cuja pena seja inferior a cinco anos (...). Após a morte de Béria, a polícia política é retirada do Ministério do Interior, passando a constituir um órgão independente, a KGB (...). Em 1957, dentre os 900 mil prisioneiros dos campos, só 2% são “políticos”. Para o povo soviético, é o “fim do medo”. A distensão política vem acompanhada da distensão econômica e social. A ideia é ganhar a adesão das pessoas, melhorando sua condição material. (...) Para elevar o nível de vida da população, os preços dos gêneros alimentícios e dos produtos manufaturados são reduzidos e os salários, aumentados. Procura-se levar em conta as necessidades dos consumidores; a habitação ganha prioridade sobre a realização de obras que trazem prestígio (...). A situação dos camponeses, especialmente prejudicados

por Stalin, melhora. As cotas de entrega obrigatória sofrem redução (...). Os objetivos da política externa continuam os mesmos, mas os sucessores de Stalin abandonam a estratégia da Guerra Fria. (...) a política externa soviética torna-se mais flexível, levando ao fim da Guerra da Coreia e da primeira guerra da Indochina, ao tratado com a Áustria e a abertura para o Terceiro Mundo (BERSTEIN-MILZA, 2007, p. 435-436).

Tal descrição – que se conclui com a aproximação soviética à Iugoslávia (1955), julgada por Stalin uma nação inimiga pelo fato de seu líder Tito ter se recusado a obedecer às regras de sujeição à URSS – aponta para esta tentativa de “institucionalizar” e “legalizar” o regime comunista, que com Joseph Stalin tinha adquirido traços marcadamente personalistas e arbitrários.

Por tal motivo, neste período de “degelo” (do título de um romance de 1954, do escritor Illya Eherenburg) enfatizou-se o aspecto da direção política colegiada e da supremacia do Partido (Comunista) sobre os demais órgãos (secretaria pessoal do ditador, polícia política etc.) que, ao longo do período stalinista, haviam se transformado em verdadeiros e próprios Estados dentro do Estado.

Dentro do próprio grupo dirigente, entretanto, aos poucos andou destacando-se a figura de Nikita Krushev, político de origem humilde, originário da Ucrânia, herói da defesa de Stalingrado de 1942.

Se pudermos colocar uma data de início do crescente protagonismo de Krushev, esta ocorre sem dúvida no mês de fevereiro de 1956, no primeiro congresso do Partido Comunista da União Soviética, após a morte de Stalin.

Com efeito, o XX Congresso do PCUS marcou uma ruptura evidente com as escolhas precedentes, da qual Krushev foi o maior intérprete.

Naquele contexto, Krushev teorizou a possibilidade de uma “coexistência pacífica” com o bloco dos países capitalistas, que desmentia a ideia do “choque inevitável”, cara a Stalin e, por consequência, diminuía o poder dos militares na política soviética.

Foi ele, ainda, o dirigente que mais frisou sobre a necessidade de satisfazer as demandas sociais imediatas, posto que – como sobressai Daniel Aarão Reis – Krushev “gostava de dizer que o *socialismo era bom, mas seria melhor com manteiga*” (AARÃO REIS FILHO, 2008, p. 22). Sobretudo, de Krushev foi a condenação política do stalinismo, criticada pelo “culto à personalidade” e pela “violação da legalidade socialista”.



Figura 4.2: O autor do “degelo”: o secretário do PCUS, Nikita Krushev.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nikita_Khrushchov

A que aos nossos olhos pode aparecer apenas como uma mera crítica política, na URSS de 1950, tomou as feições de uma afirmação sacrílega, que – malgrado ter sido enunciada num documento destinado a ficar restrito aos membros do Partido – saiu das mesas do congresso para acabar nas páginas do *New York Times*, deixando os comunistas de todo planeta incrédulos e traumatizados.

A “desestalinização pelo alto” inaugurada pela equipe colegiada, portanto, encontrou neste político ucraniano seu realizador mais convicto, o que engendrou na população soviética a esperança de que o “socialismo real” pudesse se autorreformular.

Achando “a direção centralizada de 10 mil fábricas e 200 mil oficinas impraticável”, Krushev aviou importantes reformas descentralizadoras, acompanhadas por medidas focadas no melhoramento das condições de trabalho (pagamentos mais elevados, diminuição das horas de trabalho, possibilidade de mudar de empregador e trabalho etc.).

Por outro lado, parte das verbas reservadas antigamente aos armamentos foi destinada à corrida espacial, tornando a URSS o país que primeiro lançou um satélite de comunicações (o *Sputnik*) e um homem (Yuri Gagarin) no espaço.

Enquanto isso, a agricultura virava o novo foco das políticas públicas.

O líder soviético apostou no crescimento extensivo do cultivo, na convicção de que uma ação enérgica de desbravamento dos imensos territórios da Sibéria e do Cazaquistão (a chamada operação “terras virgens”) teria sido a alavanca para a superação dos atávicos problemas de abastecimento. No entanto, Krushev – que desde 1958 reunificou em sua pessoa os cargos de presidente do Conselho (chefe do governo) e secretário do Partido Comunista e liderou o bloco comunista durante seis anos – não alcançou o objetivo titânico a que se propôs.

De fato, no tocante à agricultura, as políticas por ele implementadas deram resultados modestos. Em territórios caracterizados por condições climáticas extremas, a aposta no mero alargamento das superfícies cultivadas em detrimento de ações visadas também ao melhoramento das técnicas de lavoura, não se revelou feliz. Tais erros de avaliação manifestaram-se de forma mais dramática em 1963, quando cerca de 18 milhões de toneladas de trigo tiveram de ser importadas dos países capitalistas para evitar a explosão

de carestias, criando uma situação de contraste paradoxal com os foguetes supertecnológicos que iam para a galáxia com o símbolo da foice e martelo.

A política de descentralização da produção revelou-se decepcionante, porque a produção local agiu em detrimento da harmonia do conjunto nacional, enquanto os administradores chamados a dar execução ao plano, contrários a uma política que os deixava confinados em lugares periféricos, nada fizeram para balancear tais descompassos.

O delator do “culto à personalidade” stalinista, aliás, acabava tomando sempre mais decisões sem consultas, concentrando em sua pessoa a direção política, também considerando o fato de que a ação de redução dos privilégios da chamada *Nomenklatura* (o grupo dirigente) havia lhe criado muitas inimizades.

No plano internacional, os problemas por Krushev começaram já dentro do campo dos países alinhados com os valores marxistas e socialistas.

De fato, a China de Mao – favorável à luta anti-imperialista **estrênuo** – opunha-se à ideia da “coexistência pacífica” com o bloco capitalista, mal tolerando também as tendências reformistas soviéticas, julgadas como revisionistas dos valores clássicos do marxismo.

No sentido oposto ao dos chineses, críticas ao modelo soviético começaram a ser movidas também por vários países integrantes do próprio bloco oriental, uma vez que as aberturas políticas determinaram o afrouxamento do controle repressivo de Moscou, estimulando – por reflexo – uma onda de rebeldias em busca de uma democratização real das instituições e de maior autonomia da autoridade russa.

Aquele bloco que dez anos antes aparecia como um monólito, portanto, apresentava-se com enormes fissuras, a maior das quais foi representada pela revolução popular eclodida em Budapeste, em 1956, com a qual o povo húngaro reivindicava sua independência, sufocada no sangue pelas tropas do Exército Vermelho.

Estrênuo

Adjetivo que indica alguém ou algo que se revela tenaz e persistente em sua ação ou propósito.



Revolução Húngara

Em relação à Revolução Húngara, indicamos a leitura da interpretação muito original dada pelo filósofo Cornelius Castoriadis sobre essa revolta, para quem ela foi uma autoinstituição por parte do povo húngaro do que seria o verdadeiro comunismo, uma vez que durante o breve período que durou foram os Conselhos de fábrica que dirigiram o processo de autogestão da economia e da política (CASTORIADIS, 1983, p. 257-87).

Aliás, a própria política de distensão com os norte-americanos não evitou que, mesmo durante o governo de Krushev, os dois blocos vivessem o momento de maior crise na história da Guerra Fria (a “Crise dos Mísseis” de Cuba, em 1962), levando o mundo à beira do abismo nuclear: um precipício que só foi evitado por meio de uma retirada soviética que por muitos dirigentes do Kremlin foi interpretada como uma humilhação.

1964-1982: a “restauração” de Brejnev

Quando, em outubro de 1964, Nikita Krushev foi obrigado a renunciar pelos colegas do Comitê Central do Partido, o órgão colegiado que o substituiu manifestou desde logo a intenção de proceder a um restabelecimento da antiga ordem.

O novo grupo mudou profundamente o estilo da política krusheviana (menos iniciativas clamorosas, menor ênfase na desestalinização, menos declarações otimistas), acentuando os traços autoritários, embora sem alcançar os níveis de brutalidade do período stalinista.

Entre os expoentes desta nova classe dirigente, sobressaiu a figura do primeiro-secretário Leonid Brejnev, que associou seu nome à restauração do comunismo à “velha maneira”, pondo fim à fase de “degelo”.

Organizações unitárias foram restabelecidas em todos os escalões, enquanto os que tinham sido afastados por Krushev voltaram a ocupar os antigos cargos. As acusações contra Stalin foram revistas, e o ditador georgiano voltou a ser considerado, junto com Lênin, como o maior artífice da construção do socialismo. O controle moral e político da população em geral (e dos intelectuais dissidentes, em particular) foi reforçado, sobretudo, graças à criação de um Ministério da Manutenção da Ordem Pública, enquanto modificações ao Código Penal tornaram-no mais rigoroso.



Dissidência

A partir da década de 1960, o termo “dissidência”, que até aquele momento indicava apenas uma manifestação de não concordância com as ideias do outro, passou a assinalar duas realidades muito diferentes entre elas.

Por um lado, tal palavra apontava para a atitude de grupos de católicos (“católicos dissidentes”) os quais, embora permanecendo dentro da instituição eclesiástica, contestavam sua organização interna e alguns aspectos de sua doutrina. Por outro lado, “dissidência” era também o termo que marcava a atividade dentro do bloco socialista por grupos minoritários de intelectuais (escritores, cientistas) críticos com os regimes comunistas (os chamados “intelectuais dissidentes”).

Estes últimos – como os vencedores do Prêmio Nobel Aleksandr Soljenítsin e Andrei Sakharov – eram às vezes tolerados, outras vezes submetidos a medidas restritivas da liberdade (cárcere, exílio, manicômio). Tolerados ou não, os dissidentes eram controlados constantemente em suas atividades e expressões de pensamento, as quais, aliás, juntavam diferentes vertentes, provenientes de direita como de esquerda: do tradicionalismo religioso ao pensamento liberal-democrata de cunho ocidental, do reformismo socialista ao comunismo de matriz trotskista.



Figura 4.3: Aleksandr Soljenítsin, prisioneiro num *gulag*, em 1950.
Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Aleksandr_Isaevi%C4%8D_Sol%C5%BEnicyn

Ao fechamento político e cultural correspondeu, entretanto, certa elasticidade no âmbito econômico.

Se, sobretudo após a rebelião eclodida em Praga, em 1968, foi dada nova centralidade aos gastos militares, tentou-se paralelamente continuar no estímulo da produção de bens de consumo para incentivar a produtividade dos trabalhadores. Em

1969, os camponeses ativos na propriedade rural coletiva também conhecida pelo nome de *kolkhoz* obtiveram o direito à aposentadoria e à liberdade de se mover para trabalhar em qualquer lugar do território nacional. Abriram-se, finalmente, espaços maiores à colaboração comercial com os países ocidentais, sobretudo no setor alimentício.

A combinação deste conúbio restauração/flexibilidade garantiu certa estabilidade, engendrando num novo pacto social que, em comparação com a época stalinista, reduzia – mas não eliminava – o terror repressivo e garantia aos cidadãos algumas seguranças nos serviços sociais (casa, trabalho, educação, saúde), embora de baixo nível qualitativo.

Tentando, portanto, fazer uma análise de longo período do comunismo na URSS – de sua instauração até o começo dos anos 1970 – não há como desmentir seus inegáveis progressos econômicos e tecnológicos, sua modernização social, seus triunfos territoriais e diplomáticos, sua influência intelectual.

Na década de 1930 e até a Segunda Guerra Mundial, enquanto a economia ocidental estava à beira do **báratro**, o comunismo soviético continuava crescendo em ritmos formidáveis, inabalável às repetidas crises econômicas do mundo do capital.

Sucessivamente ao parêntese arrasador do conflito mundial, por mais de duas décadas (basicamente de forma concomitante com o “período de ouro”, vivido pelas economias ocidentais), o “Segundo Mundo” socialista voltou a registrar ritmos de crescimento econômico intensos.

Também sua sociedade, embora não muito dinâmica em seu interior, tornava-se cada dia mais urbanizada e instruída, enquanto no tocante ao aspecto econômico, sua renda *per capita* inferior em 55-60% à dos habitantes das sociedades capitalistas era em parte compensada pela menor incidência dos custos para os serviços públicos e pela moradia, à frente de um nível de instrução praticamente igual ao da média dos países mais desenvolvidos do planeta (GUARRACINO, 2010, p. 139).

Báratro

Nome de derivação grega utilizado para indicar um precipício, hoje utilizado sobretudo em sentido figurativo.

Se, portanto, o nível de crescimento das nações do bloco socialista, em seu conjunto, registrava taxas não muito inferiores às dos países capitalistas e não havia aquela diferença econômica gritante entre capital e trabalho que caracterizava o mundo ocidental, nos países do bloco oriental pesava, todavia, o fato de o desenvolvimento não ser acompanhado de um sensível melhoramento da qualidade de vida de seus habitantes.

Sobretudo, o fato de que a uma maior justiça social não correspondia uma maior liberdade, pelo contrário.

A quase dois séculos de distância da Revolução Francesa, em suma, os conceitos de “Liberdade” e “Igualdade” ainda trilhavam caminhos diferentes, revelando-se valores inconciliáveis em ambos os projetos sociais dos quais os dois blocos faziam-se portadores.

Este balanço da situação nos países soviéticos que até o fim dos anos 1960 é constituído de luzes e sombras, começa sucessivamente a acentuar seus aspectos negativos, manifestando problemas estruturais e contradições que teriam estourado de forma dramática no final dos anos 1980.

De fato, os protestos na Tchecoslováquia de 1968 determinaram, nos anos sucessivos, uma retomada da política armamentista. Para arcar com tais gastos, a URSS utilizou uma cota crescente de sua renda nacional, em detrimento dos investimentos, o que proporcionou certa paz social, mas em troca da desaceleração da produção e da progressiva obsolescência tecnológica.

Uma classe dirigente velha e corrupta, fechada em si e sem visão de futuro fazia da “estabilidade” sua palavra de ordem, entretanto condenando a economia a um lento declínio que, aos poucos, refletiu-se na ulterior e sensível deterioração da qualidade de vida da população, o que não deixou de produzir efeitos negativos também no campo da equidade social, único terreno capaz de compensar parcialmente a evidente privação das liberdades políticas e dos direitos civis.

Por incrível que pareça, mesmo nos anos em que a política do bloco soviético hipotecava sua futura derrota, registrava-se o período de maior expansão territorial do socialismo, com a URSS ainda no papel de superpotência hegemônica.

De fato, enquanto os protestos de Praga tinham sido reprimidos com sucesso, a Guerra do Vietnã encerrava-se na metade dos anos 1970 com a primeira derrota na história dos EUA e a plena vitória dos nacionalistas comunistas do norte, apoiados pela União Soviética e pela China.

Mesmo destino acompanhava as guerras no Camboja e no Laos, enquanto na África a desagregação dos velhos domínios portugueses que seguia à “Revolução dos Cravos”, eclodida no país ibérico em 1974, favorecia em Angola e Moçambique a chegada ao poder de movimentos de libertação nacional filo-soviéticos.

Finalmente, desde 1959, na área que os norte-americanos consideravam seu “quintal de casa” – a América Latina –, uma revolução de cunho progressista havia proporcionado a instauração de um regime comunista na ilha de Cuba, enquanto, onze anos mais tarde, no Chile, pela primeira vez na história do continente uma coalizão socialista (liderada pelo político marxista Salvador Allende) chegava democraticamente ao poder, ganhando na disputa eleitoral.

Olhando para este pano de fundo, o campo das nações capitalistas parecia recuar inexoravelmente.

Na verdade, porém, era o bloco dos países socialistas quem estava se esfarelando.

Com efeito, se for verdade que na década de 1970 o campo socialista como um todo alcançou o ápice de seu avanço, é também importante assinalar que, neste mesmo campo, o modelo ideológico soviético perdia progressivamente não apenas sua aura de incontestabilidade (como já tinha acontecido na Europa do Leste), mas também seu fascínio intelectual e sua capacidade

de atrair consenso, o que determinou, inevitavelmente, também a liquefação daquela unidade (uma vez granítica) em volta de um projeto compartilhado de sociedade.

Na Europa Ocidental, com base ideológica no Partido Comunista Italiano, liderado por Enrico Berlinguer, afirmava-se o chamado “eurocomunismo”, isto é, uma visão que privilegiava uma via diferente ao comunismo, a ser trilhada pelos países capitalistas avançados, resolvendo-se numa “terceira via” entre o reformismo socialista e o comunismo “realmente existente” soviético; uma via que enxergava no conceito de “hegemonia cultural”, cunhado por Antonio Gramsci, o sustentáculo teórico à conquista pacífica do poder a ser obtida por meio das instituições democráticas, através de uma prevalência das ideias comunistas sobre as outras que teria levado sem violência à sucessiva direção política da sociedade por parte das classes subalternas.

Enquanto isso, no outro grande templo do comunismo – a China – as políticas das “Cem Flores” (1956), do “Grande Salto Adiante” (1958) e da “Revolução Cultural” (1965-1969) conferiam ao “maoísmo” o status de alternativa ideológica válida para a revolução mundial, confiando o sucesso do comunismo no voluntarismo e na centralidade das massas camponesas pobres. Era – esta entre URSS e China – uma distância que, longe de se deter apenas ao campo ideológico, revelou-se cada vez mais como divisão política e estratégica, e que se (por pouco) não desaguou num conflito militar, de fato fragmentou irremediavelmente o campo das nações anticapitalistas.

Neste contexto, as decisões da classe dirigente soviética de invadir o Afeganistão (1979) e de seguir os norte-americanos em sua nova corrida armamentista revelaram-se fatais.



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique a trajetória do bloco soviético no pós-45 através das diferentes políticas adotadas por Stalin, Krushev e Brejnev.

Resposta Comentada

Dando continuidade a uma política que juntava crescimento e "terror", Josef Stalin reergueu a URSS ao nível de ator geopolítico de primeira grandeza. Contando com o sucesso e a consideração obtidos com a vitória sobre o nazismo, o ditador georgiano pôde, então, prosseguir com uma direção política eficiente e cruel, na qual a centralização, a produção industrial, a propaganda e a repressão exerceram papel encompassador. Já Krushev tentou "desestalinizar" a URSS, amenizando de muito o papel repressivo do Estado e abrindo para reformas que, no âmbito econômico, davam mais importância à agricultura e interessavam-se em melhorar a qualidade de vida da população, enquanto, no tocante às relações internacionais, aviou uma política internacional de "degelo" com o bloco capitalista. O período sucessivo de Brejnev foi marcado por uma "restauração" das dinâmicas stalinistas, com enfoque na centralidade da indústria atrelada aos armamentos e na repressão dos dissentimentos, embora sem nunca alcançar o nível de brutalidade do período staliniano.

A queda dos comunismos

Anos oitenta: rumo à derrocada do sistema soviético

Quando após a morte de Brejnev (1982) e as duas breves passagens de Yuri Andropov (1982-4) e Konstantin Chernenko (1984-5), a secretaria geral do PCUS e, portanto, a direção política da URSS foi entregue a Mikhail Gorbachev, ninguém imaginava que em pouco mais de um lustro aquele império teria se dissolvido, arrastando consigo os outros regimes comunistas do leste europeu e proporcionando o fim da Guerra Fria.

Analisando-o com uma ótica de longo período, o “socialismo realmente existente” soviético havia manifestado certa incapacidade em utilizar o potencial humano e intelectual de uma sociedade que tinha se tornado modernizada e aculturada, criminalizando qualquer tipo de iniciativa privada.

Enquanto os EUA situavam-se de forma capilar no centro de uma economia mundial de mercado que compreendia as regiões mais desenvolvidas do globo (América do Norte, Europa Ocidental, Japão) integrando também – embora de forma muito descompensada – a América Latina, o Oriente Médio, a África e a Ásia meridional, o bloco soviético mostrava ser um sistema econômico **atrófico**, isolado do resto do mundo e incapaz de adaptar sua economia aos novos desafios da chamada “Terceira Revolução Industrial”; um sistema, portanto, destinado a sucumbir num mundo contemporâneo em contínua transformação.

Resumindo: a incapacidade da URSS em reconverter seu conjunto militar-industrial, adaptando a economia aos novos desafios tecnológicos; a ausência de práticas democráticas; a escassa mobilidade da classe dirigente e da sociedade em seu conjunto; e a frustração das expectativas de progresso material da população formaram uma mistura explosiva pronta a detonar a qualquer momento.

Atrófico

Palavra proveniente do léxico da Biologia, ser *atrófico* indica, em sentido figurativo, algo em progressiva degeneração e, portanto, em decadência.

Disto era bem consciente Gorbachev e uma parte da classe dirigente soviética, a qual abandonou o objetivo da paridade estratégico-militar com os EUA, baseando sua política exterior nos acordos políticos e no desarmamento. Enquanto isso, nos assuntos de política doméstica, o Kremlin levou adiante uma tímida abertura ao mercado que fazia parte de um mais vasto processo de reformas cujas palavras-chave eram “reconstrução” (*Perestroika*) e “transparência” (*Glasnost*), com o fim de reconciliar socialismo e democracia.

Escreve Daniel Aarão Reis:

M. Gorbachev surpreenderia o mundo com propostas inesperadas, sobretudo em relação à corrida armamentista: moratória unilateral dos testes nucleares, redução de 50% dos armamentos estratégicos, diminuição dos mísseis intermediários, destruição dos arsenais nucleares até o ano 2000, controles estritos sobre as armas convencionais. Por outro lado, advogava a desativação dos conflitos regionais, inclusive levantando, sem constrangimentos, a delicada questão do Afeganistão. No mundo capitalista, houve espanto e incredulidade. Sabia-se que a URSS estava disposta a fazer concessões para se aliviar do chamado fardo militar, que era de seu interesse concentrar recursos no atendimento das demandas de sua população cada vez mais urbanizada e sofisticada. Mas não se esperava tanta ousadia (REIS FILHO, 2008, p. 166-7).

Perante uma situação econômica crítica e das fortes aspirações autonomistas e independentistas no interior de um bloco que, apesar da russificação e da sovietação, apresentava-se cultural, étnica e religiosamente heterogêneo, esta ousadia política engendrou, todavia, no desabamento do regime soviético.

Gorbachev, que gozava de grande consideração no âmbito da comunidade internacional, encontrou não poucos obstáculos no

interior da União Soviética, provenientes tanto dos nostálgicos do velho regime como dos desejosos de mudanças mais radicais do sistema.



Figura 4.4: Gorbachev e Reagan em um dos tantos encontros. Lareira e sorrisos apontam para um clima mudado nas relações EUA-URSS.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Reagan_and_Gorbachev_hold_discussions.jpg

Como observa o historiador Serge Berstein, a Perestroika do secretário do PCUS não passava de uma “estratégia política destinada, fundamentalmente, a fortalecer internamente o Estado soviético, pondo fim à divisão entre Partido e sociedade que o enfraquecia externamente” (BERSTEIN-MILZA, 2007b, p. 333).

Esta perigosa operação de equilibrismo político entre profunda modificação das dinâmicas internas e não alteração da estrutura institucional, entretanto, faliu, proporcionando uma queda sem rede de contenção.

Com efeito, as reformas econômicas revelaram-se incapazes de corresponder às exigências e o compromisso entre planificação e mercado proporcionou caos e incertezas. Ao impasse do crescimento industrial, acompanhou-se o aumento da dívida pública. O desastre

na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, evidenciou todos os limites de uma tecnologia velha e ineficiente. A “transparência” do novo curso gorbacheviano e a maior liberdade de expressão que a seguiu, proporcionaram um processo de críticas impiedosas do sistema, enquanto o enfraquecimento daquele poder central que desde o começo tinha “russificado” a União Soviética favoreceu o ressurgir da chama de nacionalismos que ao longo dos setenta anos de domínio comunista haviam continuado ardendo embaixo das cinzas.

Tampouco conseguiu amenizar a crise a decisão de conceder livres eleições pela instauração de um “Congresso dos Deputados do Povo” a ser escolhido pela sociedade como órgão representante de suas instâncias.

Pelo contrário, as eleições de março de 1989, que chamaram às urnas 180 milhões de pessoas, se por um lado registraram a larga aprovação das reformas propostas por Gorbachev, por outro aspecto evidenciaram as primeiras profundas rachaduras no interior do bloco, reforçando as identidades nacionais, sobretudo nos países bálticos, onde as frentes populares que reivindicavam a separação da União Soviética saíram vitoriosas da competição eleitoral.

Como tinha acontecido, em 1956, após as aberturas de Krushev, as mudanças na política soviética introduzidas por Gorbachev acarretaram novos fermentos de autonomia também nos países-satélites da Europa centro-oriental. Todavia, contrariamente com o que havia ocorrido outrora, desta vez os processos reformadores foram permitidos e até favorecidos pela classe dirigente soviética.

Quem aproveitou primeiro a situação foi a Polônia, nação profundamente refratária ao modelo comunista por razões históricas e religiosas. Já no ano de 1956, uma primeira rebelião do Partido Comunista Polonês às diretrizes de Moscou fracassou por não ter recebido o apoio das massas.

As coisas, entretanto, ocorreram agora de forma diferente.



Figura 4.5: Símbolo do sindicato independente polonês Solidarność.

Fonte: <http://lugopress.wordpress.com/2011/02/10/danzica-1980-solidarnosc/>

Com efeito, neste país, desde 1980, tinha se formado o Solidarność (“Solidariedade”), um sindicato independente de oposição com forte base operária e de clara inspiração católica, que liderou o processo de democratização, até obter (primeiro país sob influência da URSS) a concessão de eleições democráticas, em junho de 1989, nas quais a oposição triunfou.

Os acontecimentos poloneses – embora sendo, como assinalamos, também produto de fatores históricos peculiares – proporcionaram nesta região da Europa uma reação em cadeia conhecida como “Outono das nações” que, entre 1989 e 1990, sancionou o desmantelamento do Império soviético.

Na Hungria, em outubro de 1989, o Partido Comunista reuniu o seu último congresso e transformou-se no Partido Socialista Húngaro, enquanto o Parlamento decretava eleições pluripartidárias que marcaram a afirmação de um partido de centro-direita, o Fórum Democrático.

Mesma coisa aconteceu na Tchecoslováquia, onde a chamada “Revolução de veludo” levou o partido comunista a renunciar ao

monopólio do poder político, abrindo caminho para eleições nas quais prevaleceu o movimento democrático Charta 77, liderado pelo futuro presidente da República, Václav Havel.

O acontecimento destinado, todavia, a marcar esta época histórica ocorreu lá onde ficava (e fincava) o monumento mais emblemático à Guerra Fria: o muro de Berlim.

Com efeito, na República Democrática Alemã, a liberalização das concessões de vistos para sair do país, concedida pelas autoridades em consequência das imponentes manifestações sociais de protesto e a decisão em 9 de novembro de 1989 de abrir as fronteiras para a Alemanha do Oeste proporcionaram o deslocamento de milhares de cidadãos para o outro lado da fronteira.

Através das portas – ora abertas – daquele muro, grandes massas de cidadãos transitaram para se reencontrar com seus familiares e amigos, numa atmosfera de festa e de reconciliação que implicitamente lançava mão da questão da unificação nacional, que teria ocorrido um ano mais tarde (em 3 de outubro de 1990).

O muro que dividia em duas a Alemanha e o mundo teria sido materialmente derrubado em seguida. Entretanto – o que mais conta –, em 9 de novembro, aquela divisão caía simbólica e ideologicamente, sem mais volta.

Em 1990, os parlamentos dos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), como vimos formados em sua maioria por partidos que anelavam à independência, aprovaram medidas (sobre bandeiras, hinos, moeda etc.) de claro viés secessionista.

Gorbachev fez uma tentativa extrema para evitar o esfarelamento do bloco oriental instituindo, para 17 de março de 1991, um referendo para a criação de um novo pacto federativo com mais amplas autonomias pelos membros, inteligíveis já a partir do nome desta nova hipotética formação: União das Repúblicas Soberanas. Entretanto, a não participação de Geórgia, Moldávia, Armênia e dos países bálticos a esta consulta eleitoral acelerou a declaração de independência desses países, formalizada logo em seguida.

Neste contexto de incontrolável efeito dominó, os setores mais conservadores das forças armadas e do PCUS tentaram, em agosto de 1991, um golpe restaurador, falindo miseramente por falta de preparo adequado e, sobretudo, pelo escasso apoio da população, que não mais queria uma volta ao “socialismo realmente existente”.

Na realidade, de fato, o socialismo da URSS já não existia mais.

O que ocorreu deste momento em diante foi uma lenta agonia do que tinha sido até pouco tempo antes uma das duas superpotências mundiais, o guia do bloco socialista e o maior império multiétnico da História.

O Tratado que, em 21 de dezembro de 1991, na localidade de Alma Ata (Cazaquistão), sancionava a formação de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI), englobando 11 repúblicas ex-soviéticas, foi seu ato de óbito: a URSS tinha deixado de existir. Junto com ela, tinham morrido (ou estavam prestes a fazê-lo) também os últimos recantos do socialismo, como veremos no parágrafo a seguir.

O ocaso dos outros comunismos

A crise do socialismo tampouco poupava aqueles regimes comunistas que no passado tinham se contraposto ao modelo soviético (a China) ou que – embora sem se afastar da URSS – haviam conquistado as simpatias da opinião pública ocidental de esquerda por serem protagonistas e símbolos da luta revolucionária anti-imperialista (Cuba, Vietnã).

Com efeito, nos anos sucessivos à vitória dos comunistas no Vietnã (1975) e à morte de Mao Tsé-tung (1976), a Ásia comunista atravessou uma fase de transformações profundas e de conflitos dramáticos.

No Vietnã, a política de reconciliação entre as duas partes em guerra do país se resolveu, na verdade, com a anexação do sul do

país pelo Vietnã do Norte comunista numa ação de coletivização, conduzida com considerável dureza.

Diversos milhares de pessoas da área libertada, não de origem vietnamita (em particular, chinês) ou, de qualquer forma, consideradas não partidárias do novo regime, foram perseguidas e constrangidas a êxodos em massa a bordo de barcos precários (os chamados *boat people*), encontrando em muitos casos a morte.

Bem mais trágicos, entretanto, foram os acontecimentos no Camboja de Pol Pot, responsável, entre 1975 e 1979, por um dos mais sanguinários experimentos de revolução social que a História relembra. No intuito alucinado de cancelar qualquer rasto da velha sociedade e de substituí-la com uma nova civilização camponesa, pautada na pureza ideológica e na monocultura do arroz, os integrantes do Partido Comunista liderado por Pol Pot (os chamados “*khmer vermelhos*”) não apenas massacraram mais de um milhão de pessoas (segundo dados levantados por Amnesty International), como também provocaram a morte pela fome de mais um milhão de cidadãos. O que equivale a dizer que – perante uma população total de 7 milhões – cerca de um cidadão a cada três foi sacrificado no cumprimento deste delírio ideológico que – só para citar um exemplo – executava todos os que não conseguiam trepar num coqueiro ou que levavam óculos, considerando-os indícios de pertencimento à classe burguesa.

Também a maneira em que este regime cruel chegou ao fim é emblemática da rachadura existente no campo comunista.

De fato, o poder de Pol Pot terminava, em 1979, quando o Vietnã – interessado em estender seu domínio sobre toda a Indochina – invadiu o Camboja, o que, de reflexo, desencadeou a resposta da China, mediante uma ação punitiva interessada em conservar o domínio absoluto da região contra este novo rival geopolítico.

Quanto à China – como veremos no capítulo expressamente dedicado à emergência do Oriente –, a transição seguida à morte de Mao desaguava, com Deng Xiaoping, numa forma inédita de

capitalismo estatal que acompanhava à liberalização da economia a repressão violenta de qualquer forma de dissentimento, abrindo caminho a uma nova forma política definida pelo sociólogo Ralph Dahrendorf de “ditadura de desenvolvimento”, que representará um modelo de referência para os países da região do sudeste asiático.

Na Coreia do Norte, por sua vez, o comunismo tinha deixado lugar a uma ditadura dinástica e personalista da família de Kim Il-Sung, fundador do país em 1948 e morto em 1994, mas ainda hoje venerado como um Deus e por isto considerado imortal.



Figura 4.6: Mural representando o “Guia-Deus” da Coreia do Norte: Kim Il-Sung.
Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/File:Victorious_Fatherland_Liberation_War_Museum,_Pyongyang,_North_Korea-1.jpg

Restava Cuba. A “ilha feliz do socialismo”, apesar das dificuldades econômicas engendradas em boa parte pelo “bloqueio” econômico norte-americano, sob a guia inquestionável de Fidel Castro e de uma classe dirigente inabalável ao passar do tempo, cambaleava entre inegáveis resultados no campo educacional e da saúde, e evidentes restrições das liberdades políticas e dos direitos civis, causadores de dissidências internas e fugas para o exterior.

Se, praticamente, nenhum dos regimes estatais que tentaram realizar o socialismo resistiu ao passar do tempo e – com este – à consunção de ideais e expectativas, baixando-se em compromissos com a economia de mercado capitalista ou fechando-se em regimes autoritários e personalistas, também as correntes de pensamento que eram livres da razão de Estado (do trotskismo ao conselhismo, passando pelo eurocomunismo) registraram nesta época um evidente passo atrás.

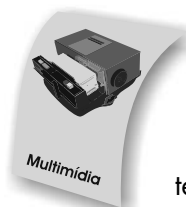
O sonho que havia inflamado gerações de jovens e revolucionários, produzido milhares de livros e imagens, filmes e músicas, tinha desaparecido ou deixado lugar a pesadelos ditatoriais.

A decepção pelo malogrado projeto de construção do “homem novo” apontava para a impossibilidade de se ter uma revolução social coletiva sem passar também pela estreita via da revolução interior do ser humano.

Nos anos 1990, o ator teatral Giorgio Gaber dava voz a este mal-estar existencial, filho do fim de muitas ilusões, através de um monólogo chamado *Alguém era comunista*, cujo epílogo recitava:

Alguém era comunista porque sentia a necessidade do impulso rumo algo novo, porque estava disposto a se colocar em xeque a cada dia, porque sentia a necessidade de uma ética diferente, porque talvez tudo isto era apenas uma força, um voo, um sonho. Era apenas um ímpeto, um desejo de mudar as coisas, de mudar a existência. Alguém era comunista porque com este impulso ao lado era como mais do que ele só, era como duas pessoas em uma. Por um lado a fadiga pessoal e cotidiana e por outro o senso de pertencimento a um grupo que queria voar para transformar realmente a vida. Nenhum arrependimento, ora! Talvez naquela época muitos tinham aberto as asas sem serem capazes de voar, feitos gaivotas “hipotéticas”. E agora? Também agora nos sentimos como um em dois. De um lado, o homem entrosado que atravessa obsequiosamente a esqualidez de sua sobrevivência cotidiana

e, de outro lado, a gaivota, sem sequer a intenção do deslanche, porque agora o sonho encolheu-se: duas misérias em um corpo só (GABER, 1995).



O comunismo no cinema

Conforme o historiador Martin Malia, os acontecimentos da Revolução de 1917 continuaram desempenhando um extraordinário influxo sobre a história das ideias durante todo o século XX, funcionando como verdadeiro e próprio “catalisador da cultura mundial”.

O cinema, portanto, registra centenas de filmes que – direta ou indiretamente – fazem referência ao tema.

Atendo-nos ao tema específico do “socialismo realmente existente”, assinalamos:

A resistência comunista ao nazismo: *Dormindo com o inimigo*, de Jean-Jacques Annaud.

O declínio da URSS: *Cargo 200*, de Alexey Balabanov.

Fim do comunismo: *Adeus, Lenin!* de Wolfgang Becker.

A Cuba socialista: *Memórias do subdesenvolvimento*, de Tomás Gutiérrez Alea.

O regime cambojano de Pol Pot: *Os gritos do silêncio*, de Roland Joffé.

Eurocomunismo: *Berlinguer, ti voglio bene*, de Giuseppe Bertolucci.

A natureza imutável dos homens: *Bandidos*, de Otar Iosseliani.



Figura 4.7: Cartaz do filme *Adeus, Lenin!*

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Good_Bye,_Lenin!



Atende ao Objetivo 2

2. Descreva o contexto histórico no qual a proposta comunista mundial conhece seu progressivo esgotamento.

Resposta Comentada

Após o período de máxima expansão territorial, o socialismo mundial conheceu seu progressivo declínio entre o fim da década de 1970 e o começo dos anos 1980. Deste ponto de vista, foi sem dúvida a queda do império soviético o evento que fez mais notícia. Observado com os olhos de hoje, o sistema que o secretário do PCUS Gorbachev queria democratizar aparecia sem mais fôlego, filho de uma política pautada no compromisso entre os principais grupos hegemônicos que tinha paralisado o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, apesar da centralização, da burocracia, dos vínculos e controles políticos que tinham levado a economia soviética a um estado de estagnação e obsolescência, o colapso do universo soviético chegou inesperadamente, dando o definitivo golpe de graça às ilusões de um projeto realmente antagônico ao das sociedades liberal-capitalistas. Se o fim do “Segundo Mundo” soviético representou o evento mais emblemático, também outros exemplos de “socialismo realizado” acabaram morrendo (Camboja, Laos) ou transformando-se até perder suas próprias características (China, Vietnã, Coreia do Norte) de modo que a dicção de “socialista” só foi utilizada para camuflar sistemas de poder fortemente autoritários, paternalistas e, em alguns casos, até dinásticos.

O fim do comunismo: debate historiográfico

Com a dissolução da URSS, em 1991, acabava definitivamente a Guerra Fria que havia protagonizado as dinâmicas mundiais durante quase meio século.

Tal acontecimento que fecha (pelo menos momentaneamente) a parábola do “comunismo realmente existente” fomentou o início de uma nova fase de estudos e de reflexões sobre o tema.

Com algumas exceções (Kurz; Losurdo), a maioria dos analistas concorda em falar de uma “implosão” do Império soviético, com isto entendendo colocar ênfase no papel central jogado pelas contradições internas ao sistema socialista no desenrolar da queda deste regime.

Entre estes, assinala-se o trabalho do sociólogo russo Victor Zaslavski que colocou ênfase no fato de a modernização na URSS ter passado pela dependência constante na indústria bélica, engendrando numa sociedade “militar-industrial” pautada externamente na deterrência e internamente na repressão e, portanto, viciada por elementos que a tornavam destinada à autodestruição.

Por sua vez, o historiador italiano Bruno Bongiovanni (*La caduta dei comunismi*, 1995) encarou a temática da derrocada do sistema soviético, retomando o conceito que Franz Neumann havia utilizado para analisar o nazismo, isto é, o do totalitarismo como “caos permanente pautado na ideologia da ordem e da disciplina”. Com efeito, em seu estudo sobre o Terceiro Reich (*Behemoth*, 2006), o historiador alemão havia assinalado que o totalitarismo nazista, longe de se revelar um monólito, na verdade não passava de um conjunto caótico de poderes (exército, Partido Nazista, burocracia e indústria) frequentemente em luta entre eles.

Da mesma forma – segundo Bongiovanni –, na URSS os poderes do Partido, da burocracia e dos serviços secretos tinham corroído a força do Estado soviético, ocasionando o gradual esfarelamento de um poder central que precisava ficar imprescindivelmente forte, à luz da imensa extensão territorial da União Soviética e das muitas nacionalidades presentes em seu interior.

Fazendo gancho com o tema das nacionalidades, outros analistas como o norte-americano Ronald Suny (*The Revenge of the Past*) ou o italiano Marco Buttino (*L'URSS a pezzi*) chamaram a atenção para o papel desempenhado pelo componente nacionalista, haja vista que o próprio enfraquecimento da Rússia fomentou a exacerbação dos nacionalismos não russos, impelindo às elites

das outras Repúblicas a procurarem sua legitimação política em novos meios de consenso, tornando a questão da reivindicação independentista a nova ferramenta para o exercício de seu poder.

Por seu lado, o historiador polonês Moshe Lewin (*O fenômeno Gorbachev*, 1998) ressaltou, ao invés, o papel jogado na dissolução do Estado soviético por um fator proveniente de baixo: as profundas transformações demográficas e socioprofissionais que tinha protagonizado a URSS ao longo destas sete décadas. Com efeito, analisando o processo de urbanização e escolarização da URSS nas décadas anteriores à *Perestroika*, Lewin mostra que apesar do autoritarismo estatal, o crescimento da dimensão urbana havia possibilitado a emergência de uma sociedade dinâmica, em transformação, portadora de novas demandas e expectativas, com seus hábitos e comportamentos, suas relações sociais. A União Soviética de Lewin, portanto, aparece como uma realidade que por trás da visão do monolitismo esmagador escondia relevante efervescência social e intelectual e, como efeito, pressões por mudanças.

Domenico Losurdo (*Fuga da História?*) assinala-se entre os historiadores críticos com a teoria da implosão do sistema soviético, individualizando a maior causa da queda da União Soviética na política hiperagressiva dos EUA do período Reagan. Entretanto, esta interpretação não lhe impediu uma lúcida análise crítica do socialismo soviético o qual, a ver dele, cometeu o erro de subestimar a força do nacionalismo e da religião como fatores de mobilização popular. O que o diferenciou do modelo socialista chinês, que perseguiu seu socialismo sem nunca rejeitar aspectos do capitalismo dos quais poderia aproveitar, criando um regime de desenvolvimento econômico socialista que contava com a tecnologia e os modelos usados nos países ocidentais.

Robert Kurz, em seu ensaio *O colapso da modernização*, de 1993, ao contrário, afirma de forma original que a derrocada do que ele chamou de “socialismo de caserna”, ensejaria na verdade o início de uma crise estrutural da modernidade capitalista que se

iniciaria em sua periferia, justamente o leste europeu. Para ele, em suma, o socialismo do leste não passaria de uma forma de mercado (no caso, “planificado”) alternativa ao ocidental (“mercado livre”), mas idêntica na substância.

Contemporaneamente às pesquisas sobre as razões da derrocada da URSS, surgiu uma série de reflexões sobre a história do comunismo em seu conjunto, que norteavam em volta das teses provocatórias de François Furet (*O passado de uma ilusão*).

Neste livro, o grande historiador da Revolução Francesa escreveu páginas extremamente críticas da Revolução Russa, reduzindo-a a puro mito intelectual europeu, isto é, uma operação cultural que edulcorou a história do comunismo, tornando um acontecimento “intimamente russo” uma ideologia mundialmente aplicável e, portanto, dotada de fascinação universal. Justamente uma “ilusão”, destinada a desabar como um castelo de areia junto com o muro de Berlim.

Em 1997, em coincidência com o octogésimo aniversário da Revolução Bolchevique, o *Livro negro do comunismo*, uma obra coletiva, organizada pelo francês Stéphane Courtois, denunciava os crimes cometidos pelo comunismo, considerado *tout court* como uma ideologia totalitária que, igualmente ao nazismo, utilizou o terror como único instrumento de governo, causando a morte de 85 a 100 milhões de pessoas (das quais cerca de 65 milhões na China e 20 milhões na URSS).

O livro foi bastante criticado pelos intelectuais de esquerda por sua tentativa de colocar de maneira aproximativa todos os Estados socialistas no caldeirão dos regimes criminais, com o intuito de desacreditar o socialismo em seu conjunto.

Com efeito, o livro não apresenta métodos de análise historiográficos (para além do capítulo escrito pelo historiador Nicolas Werth, os outros não mencionam fontes); não é científico na análise do número de mortos (por exemplo, citando entre estes também os caídos no combate da Segunda Guerra); é partidário em

colocar na mesma análise histórica situações muito diferentes entre si. Sobretudo, é parcial em equiparar escolhas políticas erradas a crimes.

A tal respeito, o estudioso norte-americano Noam Chomsky frisou que, aplicando o método de pesquisa deste livro à história da Índia de 1947 para adiante, a democracia indiana também deveria ser considerada responsável pela morte de centenas de milhões de pessoas.

Uma vez reduzido o valor historiográfico desta obra, todavia, cabe-nos relevar, pelo menos, que todos estes regimes apresentaram “velhos defeitos na construção do homem novo”: autoritarismo, arbitrariedade, escasso espírito crítico, ambição de poder, personalismo etc.



Atende ao Objetivo 3

3. Apresente as diferentes visões a respeito do debate historiográfico acerca da suposta “implosão” do sistema soviético.

Resposta Comentada

A maioria dos historiadores assevera que a derrocada do socialismo no bloco oriental foi devida à “implosão” do próprio sistema soviético, isto é, a contradições internas àquele mundo. Diferentes, entretanto, são as interpretações acerca destes motivos internos. Alguns pesquisadores destacaram a falência de um projeto, pautado quase exclusivamente no tripé: despesas militares/indústria pesada/repressão. Outros evidenciaram o papel desagregador exercido pelos vários nacionalismos, “russificados” à força durante sete décadas, os quais aproveitaram do abrandamento do poder central para dar o golpe decisivo ao império multiétnico criado por Stalin. Na opinião de outros autores, a queda da URSS foi devida ao evidente divórcio entre uma sociedade sempre mais urbanizada e instruída e uma política que não satisfazia as suas instâncias quer no tocante à economia, quer na esfera dos direitos civis e políticos. Outros, finalmente, assinalaram a fraqueza endêmica de um poder que se acreditava monolítico, mas que na verdade acabou englobando em seu interior uma série de poderes em luta entre eles, engendrando numa direção caótica do sistema.

CONCLUSÃO

Ao longo de quase cinquenta anos, o projeto comunista rivalizou com a visão de mundo das sociedades capitalistas ocidentais, conhecendo um processo de crescimento econômico e de modernização, bem como o alastramento de sua potência militar e de sua influência cultural.

Tratou-se de um processo que, longe de se limitar ao (embora imenso) mundo soviético, encontrou atuação também em boa parte do “Terceiro Mundo”, sobretudo no hemisfério asiático, mas também em vários países africanos e em algumas nações latino-americanas.

Contudo, mesmo quando a proposta dos países do “socialismo realmente existente” parecia numa fase de expansão e

sucessos, começaram emergir as primeiras fissuras, destinadas em seguida a alastrarem-se até provocar a derrocada da alternativa comunista *tout court*.

Com efeito, às divergências diplomáticas entre os principais templos do socialismo “realizado” (China e URSS), juntaram-se contradições internas sempre mais evidentes, que desaguaram em alguns casos (como na própria União Soviética) no colapso do sistema socialista e em outros casos (China, Coreia do Norte, Vietnã etc.) em regimes só nominalmente atrelados à causa do socialismo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Na sequência de “expressões históricas” a seguir, tente ligar cada uma a um período, a uma teoria ou a um personagem do universo comunista:

“Degelo”, Perestroika, Eurocomunismo, Solidarność, “Khmer vermelhos”, Comunidade de Estados Independentes (CEI), Dissidência.

Resposta Comentada

"Degelo": Krushev, desestalinização.

Perestroika: Reestruturação, Gorbachev, segunda metade dos anos 1980.

Eurocomunismo: Berlinguer, Europa ocidental, hegemonia cultural.

Solidarność: movimento sindical independente, Polônia, desagregação URSS.

"**Khmer** vermelhos": Camboja, Pol Pot, genocídio.

Intelectuais dissidentes: contestação do socialismo do interior, Soljenítsin, Sakharov, denúncia.

Comunidade de Estados Independentes (CEI): dissolução da URSS, 1991, fim da Guerra Fria.

RESUMO

Nesta aula, expusemos o período da Guerra Fria, visto para o lado de lá da "cortina de ferro", isto é, as dinâmicas históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais que protagonizaram o "Segundo Mundo" socialista.

Vimos como, para manter de pé este imponente projeto alternativo de sociedade, neste período de quase meio século se alternaram diferentes abordagens políticas: da centralização ditatorial stalinista para o reformismo de Krushev, da "restauração" brejneviana à ousadia democratizadora de Gorbachev.

Estudamos o processo de derrocada do sistema soviético e, mais em geral, a derrota mundial da proposta subjacente ao "socialismo realizado", ou melhor, sua progressiva transfiguração para algo de muito distante dos ideais da emancipação do gênero humano e igualdade universal.

Analizamos, finalmente, o debate historiográfico em torno das causas desta derrota.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, nós nos ocuparemos do chamado “Terceiro Mundo”, saído das lutas independentistas e do processo de descolonização do pós-Segunda Guerra Mundial. Acompanharemos seu esforço em criar um terceiro pólo, fora das dinâmicas bipolares da Guerra Fria e as dificuldades encontradas para juntar num único projeto realidades tão heterogêneas e, na maioria dos casos, ainda muito dependentes do mundo do qual haviam formalmente se libertado.

Aula 5

Lutas pela
independência e
a descolonização
após 1945: o
surgimento do
“Terceiro Mundo”

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar alguns dos processos de independência das antigas colônias com a retirada do antigo país europeu dominante e o surgimento de um bloco de países politicamente independentes, mas economicamente menos desenvolvidos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o debate sobre libertação nacional e descolonização, como uma análise das diferentes estratégias adotadas pelos territórios colonizados e pelos impérios coloniais na disputa;
2. identificar as peculiaridades da descolonização e das lutas pela independência, e os seus desdobramentos em diversas regiões do planeta;
3. analisar o significado do conceito “Terceiro Mundo” na conjuntura geopolítica pós-1945.

INTRODUÇÃO

Luta pela independência e/ou descolonização?

As interpretações mais tradicionais para o mundo que se forma fora do eixo hegemônico americano-europeu, após a Segunda Guerra, apontam para um processo de descolonização dos antigos territórios sob domínio colonial, coordenado politicamente pelos governos dos países ocupantes, principalmente o britânico e o francês. Contudo, principalmente a partir da década de 1970, muitos autores, alguns deles provindos dos países que viveram a ocupação colonial, começaram a apresentar teses diferentes, nas quais a libertação nacional foi resultado de uma longa luta pela independência dos povos colonizados que expulsou o ocupante estrangeiro. A começar pela desconstrução feita pelo crítico palestino Edward Said sobre o orientalismo, os estudos ocidentais sobre o Oriente e a crença na existência de uma superioridade intelectual e moral do colonizador sobre o habitante da colônia. Foi essa crença que legitimou o colonizador a acreditar estar fazendo “a melhor forma de governo” nas colônias, mesmo não levando em conta sua cultura e a diferente lógica de pensamento, e isso persistiu mesmo após o fim da Segunda Guerra (SAID, 2007). Em relação ao período pós-guerra, o economista egípcio Samir Amin fala do surgimento de um novo tipo de imperialismo, resultante da dependência econômica dos países recém-independentes (AMIN, 1984). Um modo de dominação indireta, principalmente econômico, mas também cultural, inclusive em relação ao acomodamento das elites acadêmicas nativas (no caso do mundo árabe) que se viram reproduzindo conceitos e discursos, criados no Ocidente. Na década de 1960, o economista alemão André Gunther Frank foi um dos primeiros teóricos a pensar as relações de dependência, a partir da perspectiva dos países mais pobres; ele nos falou em um crescente

“desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como resultado dos novos processos econômicos (mundialização ou globalização) que surgiram com o fim das colônias (FRANK, 1966, p. 17-31).

Os estudos mais recentes têm problematizado o termo “descolonização”, como se a independência das colônias tivesse sido obra dos próprios colonizadores. A partir dos anos 1970, a maior parte da literatura, produzida por estudiosos provenientes dos antigos países colonizados, fala em resistência, guerra de independência e libertação nacional. Resistência e desobediência, por exemplo, são termos recorrentes na literatura histórica anglo-indiana sobre a luta pela independência. O paquistanês Tariq Ali foi um dos intelectuais que encabeçaram essa releitura histórica com a valorização das civilizações orientais e a construção de uma interpretação crítica sobre o Ocidente. Mas também na Índia, país que em função de interesses econômicos, profundamente arraigados, continuou mantendo relações privilegiadas com os britânicos, a historiografia mais recente discute o papel desempenhado pela política colonial britânica – ou a ausência de uma – que teria levado aos diversos conflitos internos e à divisão territorial da Índia, em 1947. Nos estudos culturais britânicos, o antropólogo Jack Goody (2006) não poupou esforços para mostrar as violências realizadas pelo Ocidente em todas as regiões que colonizou, seja de modo físico e explícito, seja numa tentativa implícita de dominação cultural. Enfatizou, também, a construção simbólica de um tipo de resistência cultural que em última instância é também política e permitiu, por exemplo, levar adiante o processo pacífico de desobediência às ordens britânicas, liderado por Gandhi. Mesmo tendo uma base tecnológica e financeiramente dependente das nações ocupantes, com a troca de experiências e na medida em que as construções políticas herdadas dos colonizadores foram sendo transformadas, os povos submetidos colonialmente buscaram sua emancipação. Em alguns poucos casos sem grandes conflitos, como em boa parte do mundo árabe, e em outros, foram necessárias guerras de independência, como na Argélia, na Indochina, e em grande parte

dos países africanos como, por exemplo, a ex-colônia portuguesa de Angola.

Por outro lado, Eric Hobsbawm opôs-se ao relativismo dos culturalistas ingleses (HOBSBAWM, 2003, p. 198-219). Ele reconheceu o valor e a permanência das culturas locais, mas construiu seu argumento histórico com base no fato de que, mesmo após a independência, na maior parte dos novos países prevaleceu uma forma de administração política, protagonizada pelas elites nacionais que reproduziu, em grande medida, as práticas por ela aprendidas durante sua formação acadêmica no país colonizador. A transferência de poder de uma elite colonizadora para uma elite nacional em circunstâncias que impossibilitaram reordenar a administração do Estado e a economia para atender às demandas dos povos libertados, seria a causa da proliferação de conflitos internos pelo controle político, por exemplo, em grande parcela das novas nações africanas. A passagem de poder para um governo independente, além de deixar de onerar os custos de administração do antigo país imperial, em muitos casos não implicou o desmantelamento da antiga base econômica, mantendo-se a relação de dependência existente.

O debate entre libertação ou descolonização também ocupou um capítulo inteiro na obra de Marc Ferro (2006, p. 346-88). O historiador francês enfatizou a conveniência econômica em que o processo de descolonização tornou-se, favorecendo as combalidas economias da Inglaterra e da França do pós-guerra. No caso francês, cujo modelo republicano fez com que as colônias tivessem se tornado departamentos da nação, a presença cultural e econômica francesa persiste ainda hoje em dia, principalmente, na África Ocidental. Mas, argumenta Ferro, a redefinição dos envolvidos na exploração econômica das ex-colônias mudou também o caráter nacionalista do imperialismo da primeira metade do século XX. Por exemplo, a Grã-Bretanha, que em 1950 mantinha metade de seu comércio ainda praticado com as colônias, em 1970 tinha somente um quarto dele, com a acentuada entrada das outras economias europeias,

dos americanos e dos japoneses no comércio mundial. O mundo globalizado das corporações que conhecemos hoje em dia tomou grande impulso justamente com o fim das “dependências ultramarinas que já não precisavam ser mantidas sob o jugo do antigo sistema político. Doravante as multinacionais podiam, utilmente, substituí-lo” (FERRO, 2006, p. 351).

A retirada britânica da Índia e suas consequências

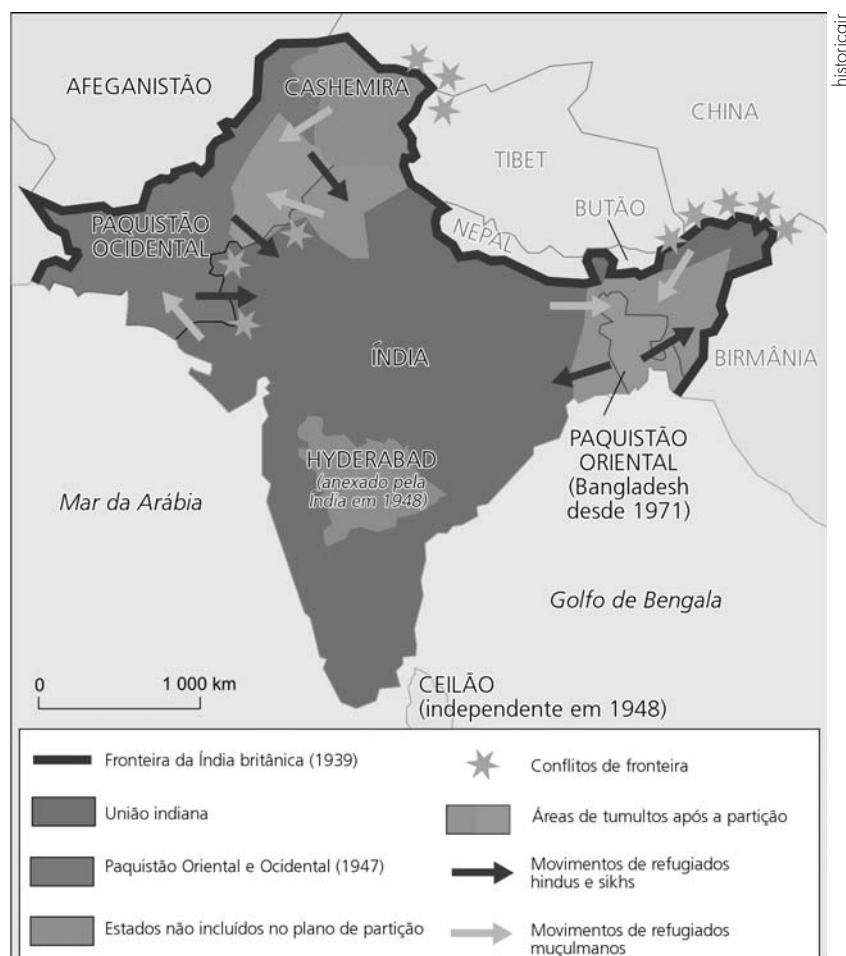


Figura 5.1: A partição da Índia (1947). Mapa com divisão e conflitos internos.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Partition_of_India-en.svg

A historiografia anglo-indiana considera o período de luta interna pela independência aquele que vai de 1935, quando houve a criação do “Government of India Act”, até o ano de 1947, quando houve a partição entre Índia e Paquistão. Contudo, o ato de 1935 já havia sido resultado de anos de luta de desobediência civil, encabeçada por Gandhi, e de guerrilha urbana e rural, liderada por Jawaharlal Nehru, os dois líderes históricos do Congresso Nacional Indiano. Além da resistência hindu aos britânicos, a significativa parcela de habitantes muçulmanos na Índia já era representada politicamente pela Liga Muçulmana. O próprio nome *Pakistan* foi uma invenção recente, de 1933, para designar na língua *urdu*, uma variante do persa, a terra (*stan*) dos puros (*pak*). A minoria muçulmana receava que, com a futura independência, seria alijada do poder político e no ano de 1940 já lutava por um governo autônomo. Com a chegada da Segunda Guerra e a possível invasão japonesa da Índia, o governo britânico conclamou os indianos para a defesa nacional. A participação de tropas anglo-indianas na guerra, especialmente o famoso exército sikh, recrutado no Punjab, foi controversa, já que houve a recusa formal das lideranças nacionalistas hindus, para quem os britânicos também eram inimigos. Em 1942, houve a prisão de Gandhi, que encabeçava o movimento político “Deixem a Índia”, fato que levou Subhas Bose da ala radical do partido do Congresso a organizar um Exército Nacional Indiano com apoio japonês para combater os ingleses. Ao fim da Segunda Guerra, não havia mais clima político para a continuidade da ocupação britânica e tornou-se evidente que o Império forçosamente teria de se retirar da Índia. Barganhando com as diferentes perspectivas do nacionalismo indiano (hindu e muçulmano) em confronto, os ingleses apoiaram a partição da Índia e a formação de dois estados independentes em 1947, para desgosto da maioria hindu.

Mais do que a luta pela sobrevivência política num futuro estado nacional unificado, as elites políticas nacionalistas tiveram de enfrentar a resistência do que os asiáticos chamam de comunalismo,

o poder político territorial estabelecido nos diversos principados locais. Durante a colonização, as lideranças conservadoras locais foram incentivadas pela política colonial do Império Britânico que via em sua manutenção aliados para barrar o crescente processo de luta pela construção de um estado nacional independente. Os principados, herdeiros das antigas tradições medievais indianas, mantinham a população local sob um rígido sistema de controle social, derivado do sistema de castas do hinduísmo. Na análise política dominante na historiografia tradicional, entendia-se a resistência dos principados ante a inevitável unificação nacional indiana, como uma forma de receber indenizações pela entrega das soberanias provinciais. Mas uma nova historiografia cultural, desenvolvida desde os anos 1970, vem desmontando essa tese e mostrando outro ponto de vista. O apoio popular aos principados e as revoltas, genericamente designadas como comunalismo em oposição ao nacionalismo, passaram a ser entendidas como formas de resistência à centralização estatal e o receio da perda dos antigos valores tradicionais, liames para a manutenção de uma vida mais autônoma nas comunidades (PANDEY, 2003). O comunalismo asiático envolve toda uma prática cultural e religiosa tradicional que muitas vezes se confronta com a realidade e a necessidade do mundo urbano moderno. Sua permanência não deixa de ser uma forma de resistência ao avanço do capitalismo contemporâneo, protagonizado pelas grandes corporações, cuja dinâmica econômica requer estratégias políticas integradas a nível nacional e internacional, desorganizando as economias locais e a manutenção do poder político regional.

A partição da Índia foi tida pelos acadêmicos ingleses e indianos tradicionais como uma derrota do nacionalismo hindu, dirigido por Gandhi e Nehru. Boa parte da historiografia inglesa do pós-guerra procurou absolver o regime britânico dos sangrentos confrontos que marcaram os anos de 1947 e 48, em seguida à divisão da Índia. Para essa historiografia, o imediatismo do Congresso Nacional Indiano em obter a independência e a

política divisionista de Muhammad’Ali Jinnah, o líder da Liga Muçulmana, exacerbaram os ânimos, levando inevitavelmente aos confrontos. Interpretações historiográficas mais recentes como de Moore Jr., contudo mostraram que a falta de um plano britânico de descolonização numa região densamente povoada por grupos étnico-linguísticos e religiosos diferentes somente poderia levar a conflitos difusos e generalizados. Para essa historiografia, a palavra descolonização significou somente a debandada das forças militares britânicas, as únicas que poderiam ter evitado os conflitos (PANDEY, 2003). O número de mortos estimado varia de 200 mil, segundo os observadores britânicos, até dois milhões, segundo as novas leituras feitas pelos historiadores indianos. Os conflitos entre muçulmanos, hindus e sikhs, que ocorreram nas vilas e no campo das regiões do Punjab, noroeste da Índia, e de Bengala, no lado oriental, provocaram também as primeiras diásporas de refugiados do pós-guerra. Estima-se em mais de 15 milhões o número de refugiados que tiveram de se movimentar de uma nova fronteira a outra. E ainda houve a luta interna pelos domínios dos príncipes que não aceitaram os termos da perda de soberania. Ao norte, no Kashmir, um principado de maioria muçulmana, governado por um marajá hindu que não aceitou a repartição do território, houve um confronto mais amplo, entre os estados da Índia e do Paquistão, levando a uma segunda guerra em 1965 e provocou a corrida armamentista nuclear entre as duas nações. A tensão entre hindus e paquistaneses atingiu o ápice na guerra de 1971, quando a Índia apoiou a separação da província de Bengala, atual Bangladesh, dividindo e enfraquecendo o Paquistão.

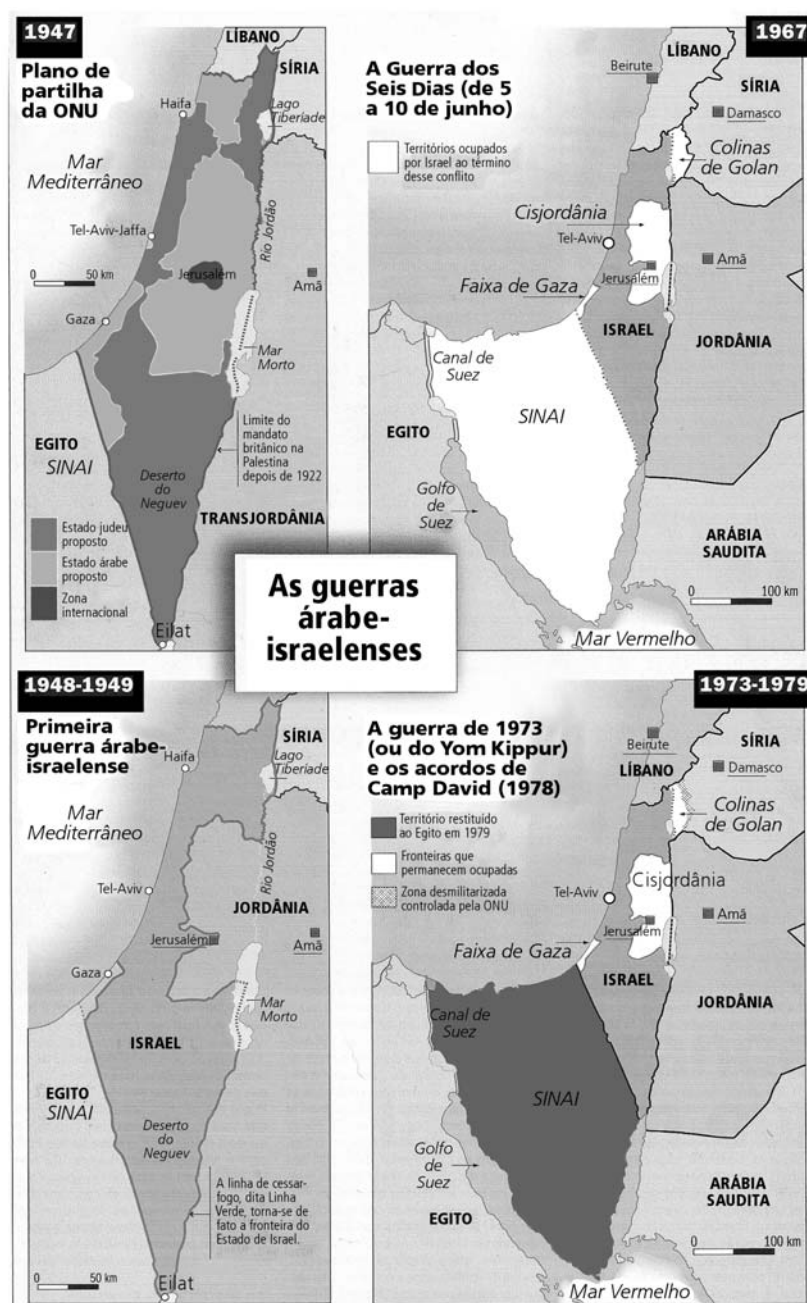


Figura 5.2: O conflito árabe-israelense em quatro tempos.

Fonte: Adaptado de Courier International Hors-Série, Paris, fev./mar./abr 2009, p. 33.

O fim do mandato britânico e a partilha da Palestina

A retirada da Índia, após o término da Segunda Guerra, não modificou, a princípio, a continuidade da posição britânica no Oriente Médio. Com o início da “Guerra Fria”, a permanência da Grã-Bretanha como potência ocidental na região foi vista pelos aliados ocidentais como uma necessidade estratégica para a proteção de seus interesses econômicos: o petróleo e a via de comunicação marítima com a Ásia. Na maior parte do Oriente Médio, o Reino Unido soube lidar com os interesses conflitantes entre os diferentes grupos árabes em cada região, menos na Palestina, onde a intensificação da imigração judaica, após o holocausto nazista, colocou os ingleses numa posição delicada. A Shoah, nome que na língua iídiche significa “catástrofe” e tem sido usada para substituir holocausto, criou um ambiente favorável na Europa e nos EUA, onde havia uma grande comunidade hebraica política e economicamente forte, para a implantação de uma política de migração em larga escala para a Palestina. A busca de um novo lar e de um refúgio após o Holocausto, o êxodo para a terra prometida, foi logo direcionada para o desejo sionista de construção do Estado independente de Israel. E a comunidade hebraica na Palestina encontrava-se militarmente bem preparada, tendo, inclusive, participado junto com as tropas britânicas da campanha da Segunda Guerra. A ideia cada vez mais viável da criação de um Estado judeu trouxe forte reação entre os árabes que temiam a desapropriação de suas terras e a perda de poder na região, passando a exigir também a criação de um Estado árabe na Palestina (SAGHIE, 2001).

Pressionada pelos Estados Unidos a favor da criação de um Estado judaico, a Grã-Bretanha resolveu enviar em 1947 um plano de partilha à ONU. Esse plano logo recebeu o apoio dos EUA e da Rússia, mas foi rejeitado pelos países árabes, membros da ONU, que incentivaram a formação de um grupo armado de voluntários palestinos para a defesa de seu território. Nessa situação, os conflitos

na Palestina entre árabes e judeus multiplicaram-se, o que colocou a Grã-Bretanha numa posição ainda mais delicada, levando-a a antecipar a retirada de seu mandato para o dia 14 de maio de 1948. Assim como na Índia, os britânicos, pressionados por um conjunto de fatores contrários, resolveram abandonar o barco na expectativa de que os atores diretamente envolvidos na disputa acertassem seus ponteiros. Mas, ao retirarem sua força militar do território, repetiram-se os fatos ocorridos na Índia.

Imediatamente, David Ben Gurion, o líder da comunidade hebraica, anunciou o nascimento do Estado de Israel, logo reconhecido pelos EUA e pela Rússia, enquanto que os países árabes fronteiriços, discordando da decisão, entraram com seus exércitos naqueles que deveriam ser os territórios árabes do plano de partilha. As forças armadas do Egito ocuparam Gaza, as da Síria, o norte da Palestina, e as da Jordânia e Iraque cruzaram o rio Jordão. Como as fronteiras não estavam demarcadas e ambas as populações conviviam no mesmo espaço, o conflito rapidamente evoluiu para uma guerra entre os exércitos árabes e os israelenses. Somente em janeiro de 1949, chegou-se a um acordo de paz supervisionado pela ONU, pelo qual, quase três quartos das terras da Palestina, incluindo toda a faixa marítima, ficaram para o Estado de Israel.

O fim da guerra seria apenas o início de um novo e longo capítulo de história, ainda longe de acabar. O cessar-fogo de 1949 foi encarado pela população dos países árabes como uma vergonhosa derrota para Israel. Os ingleses foram acusados de favorecerem os judeus e os Estados Unidos surgiram aos olhos dos árabes como os grandes interessados no estabelecimento de um estado sionista no Oriente Médio. A primeira definição das novas fronteiras provocou uma fuga de mais de 800 mil árabes que viviam nas terras da Palestina, refugiando-se na Jordânia, na Faixa de Gaza e no Líbano (VIDAL, 2007). A partir dessa diáspora, organizou-se uma resistência permanente à nova ocupação israelense, protagonizada pelos guerrilheiros *fedayin*, os mártires, que irá posteriormente, em 1964, desenvolver um braço político maior através da Organização

para a Libertação da Palestina, OLP, liderada por Yasser Arafat, da facção nacionalista Fatah. Em 1956, durante a crise do canal de Suez, quase houve outra guerra, envolvendo Egito e Israel, que fez com que a ONU mantivesse tropas ao longo de toda a fronteira dos dois países, no Sinai. Ainda houve outras duas guerras: a de 1967, rapidamente vencida por Israel que ampliou o seu território; e a de 1973, uma ofensiva árabe desencadeada durante o Yom Kippur, o feriado do dia do perdão do judaísmo, que trouxe mais do que uma vitória militar, uma vitória política aos árabes. A partir desse ano de 1973, a união dos países árabes forçou a OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a adotar uma política de retaliação contra Israel, diminuindo a produção mundial de petróleo e fazendo seu preço disparar no mercado internacional. A escassez do produto fez do árabe no Ocidente um tipo detestado e ameaçador, uma nova imagem que já vinha sendo construída desde o atentado palestino contra a equipe olímpica de Israel no ano de 1972 em Munique. Segundo Said, houve a “transferência, no ânimo antissemita popular, de um alvo judeu para um alvo árabe”, o que fortaleceu a política de segregação dos árabes em Israel (SAID, 2007, p. 382).

Após a Segunda Guerra, uma historiografia israelense, eminentemente sionista, preocupou-se em investigar os números do genocídio e em construir a memória histórica do holocausto. A memória da Shoah serviu num primeiro momento para aglutinar as forças internas, unindo sionistas e não sionistas e, no exterior, atrair os países que de algum modo se sentiram responsáveis por não terem conseguido impedir o antissemitismo e o genocídio praticado pelos nazistas. Num segundo momento, a Shoah serviu para estimular internamente o revisionismo sionista sob o lema “holocausto nunca mais”. Segundo Idith Zertal, essa política continuada faz a população de Israel perceber-se sempre como uma “vítima inocente sem responsabilidades sobre o que lhe aconteceu”. Esse discurso, construído sobre a memória do holocausto, justificou a ação violenta do Estado de Israel ao impor sua força esmagadora sobre os vizinhos

árabes. A política de defesa tornou-se uma política de ataque continuado contra aqueles palestinos que, na impossibilidade do convívio comum, passaram a ver na destruição do Estado de Israel sua meta de vida. E no plano político interno israelense criou-se um clima inseguro ao ponto de a crítica ao sionismo ser interpretada como puro antissemitismo. Nos últimos anos, com base no estudo de documentos do governo, o grupo de “novos historiadores”, como: Ilan Pappé, Benny Morris e Zertal, vem revendo essa posição sionista de vítima dominante na historiografia oficial (PAPPE, 2006).



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Aponte as consequências da descolonização e retirada britânica das duas regiões a seguir:

a) na Índia;

b) na Palestina.

a) _____

b) _____

Resposta Comentada

a) Na Índia, a retirada britânica em 1947 levou à sua divisão em dois estados independentes, a Índia de maioria hindu e o Paquistão de maioria muçulmana. A partição da Índia provocou um conflito generalizado entre as populações de muçulmanos, hindus e sikhs que tiveram de abandonar suas habitações, nos lugares onde eram minoria e migrarem para outras áreas. Na ausência do exército britânico para impor a ordem houve até dois milhões de mortos, segundo algumas estimativas.

b) Na Palestina, ao término da Segunda Guerra, o incremento da migração judaica de refugiados do holocausto nazista obrigou a um plano de partilha do território entre árabes e judeus. A retirada do exército britânico da Palestina permitiu a imediata criação do Estado de Israel, o que levou à primeira guerra com os árabes em 1948/49. A população palestina foi obrigada a retirar-se de seu próprio território, dando início a um período de tensão e conflitos que se estende até o presente.

A liderança egípcia no mundo árabe

A crise diplomática no canal de Suez em 1956 foi o episódio que assinalou a ascensão do Egito ao papel de protagonista político internacional, líder do mundo árabe e dos países recém-saídos do domínio colonial. Construído e administrado por um consórcio anglo-francês ainda no século XIX, o canal é uma obra de infraestrutura fundamental para a logística de transporte entre a Ásia e Europa. O Egito, ocupado pelo Reino Unido desde 1882, sempre manteve uma posição autônoma dentro do antigo Império, desde que sua realza não confrontasse a política britânica. Ao final da Segunda Guerra, a Grã-Bretanha ainda conseguiu um acordo de controle sobre a zona do canal, mantido sob a ameaça velada de intervenção militar. Mas, com a instalação da República em 1952, o presidente egípcio Gamal Abd al-Nasser desequilibrou as iniciativas ocidentais através de suas posições nacionalistas radicais: ele foi o mentor

Pan-arabismo

Movimento político não religioso com objetivo de reunir os países de língua árabe numa grande comunidade de interesses. Foi um movimento que ganhou peso em 1945 com a criação da Liga Árabe para a unificação nacional de todas as populações árabes, desde o Marrocos até o Iraque.

Fundamentalismo islâmico

Derivado da palavra árabe *usulí*, refere-se historicamente aos estudiosos do direito islâmico. No presente, o fundamentalismo aspira adequar um estado islâmico às necessidades materiais do mundo moderno, mantendo a aplicação da *Sharia* e seguindo os ensinamentos de Maomé.

político do **pan-arabismo** e da criação de uma futura República Árabe Unida a partir do Egito (HOURANI, 2006, p. 524-41). Nasser atacou e perseguiu os Irmãos Muçulmanos, o grupo egípcio do **fundamentalismo islâmico** e o colocou na ilegalidade. Político hábil, Nasser aproveitou-se do sentimento antissionista entre os árabes, discursando para multidões no Cairo, onde era aclamado, e jogou com os interesses capitalistas no canal para barganhar investimentos norte-americanos e europeus em seu país.



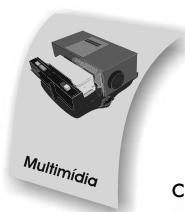
Figura 5.3: O mundo árabe e os países que compõem a Liga Árabe.
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Arab_world.png

No início da “Guerra Fria”, Nasser liderou o grupo dos países **não alinhados** que estabeleceram conversações paralelas com a URSS. Pensava com isso poder obter trunfos futuros junto aos EUA, isolando e enfraquecendo politicamente o Estado de Israel. O efeito causado foi contrário e os EUA retiraram o apoio financeiro ao Egito. Eram os tempos da dura reação ao comunismo

Não alinhados

Nome dado aos países também denominados de Terceiro Mundo. Uma frente de países em desenvolvimento que exercia poder político por ser maioria na Assembleia Geral da ONU, mantendo independência em relação aos dois blocos opostos de países aliados dos EUA e da URSS.

e a política do secretário de Estado Alan Foster Dulles não aceitava qualquer tipo de aproximação com a URSS. A resposta de Nasser foi nacionalizar a Companhia do Canal. Essa atitude fez com que a Inglaterra e a França estimulassem Israel a invadir o Sinai, e ocupar a zona do canal, pensando, assim, conseguir forçar a queda de Nasser. Quando o impasse diplomático parecia caminhar para um segundo conflito árabe-israelense, EUA e URSS entraram em conjunto em cena, “dissuadindo” a França e a Inglaterra de suas intenções; essa seria a pá de cal no imperialismo anglo-francês, tornados atores mundiais de segundo escalão. O Egito de Nasser passou a praticar um tipo de “socialismo árabe” não alinhado, com a centralização do poder político e o Estado no controle da economia, uma liderança que se manteve forte até a derrota na segunda guerra árabe-israelense, a chamada Guerra dos Seis Dias, em 1967. A vitória relâmpago de Israel, destroçando as posições conjuntas do Egito, da Síria e da Jordânia anunciou a esmagadora supremacia militar hebraica na região e mostrou ao povo árabe que Nasser e o pan-arabismo já não eram tão poderosos assim.



Apogeu e queda do nasserismo

O vídeo a seguir, produzido pela televisão francesa, mostra a multidão, ovacionando Nasser no seu discurso de nacionalização do canal de Suez:

<http://www.youtube.com/watch?v=YlbdV8bbNUk>

Já o breve documentário a seguir, também trata da crise diplomática internacional em Suez, mostrando cenas da guerra que não houve: <http://www.youtube.com/watch?v=VplfbBLBmr8>

Ambos os documentos servem para situarmos o expressivo apoio popular dado a Nasser, o que lhe permitiu emergir como líder político do Terceiro Mundo. Contudo, em 1967, Israel ignorou as resoluções da ONU e as provocações egípcias, e seu incontestável poder

militar redimensionou para baixo a força de Nasser, tanto no cenário árabe, como no mundial.

Assista a um breve documentário com imagens da Guerra dos Seis Dias: <http://www.youtube.com/watch?v=9uQC9RD3W4Y>



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Relacione a ascensão do presidente egípcio Nasser ao desenvolvimento de uma política nacionalista comum entre os países de fala árabe.

Resposta Comentada

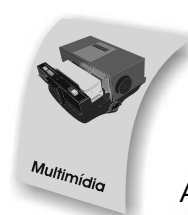
Gamal Abd al-Nasser foi o primeiro líder carismático árabe do pós-guerra. O presidente egípcio liderou o mundo árabe na criação de um movimento pan-arabista em defesa de interesses comuns. Sua atuação, na crise do canal de Suez, isolou a Grã-Bretanha e Israel, jogando com os interesses de EUA e URSS, trouxe ao povo árabe de volta a autoestima perdida na guerra de 1948 contra Israel.

A descolonização dos franceses: dois capítulos de guerra

Na Argélia, colonizada pelos franceses desde 1830, existia uma forte comunidade de descendentes de imigrantes de origem francesa, os *pied-noirs*. Na década de 1940, esses franco-argelinos eram quase 15% da população total e concentravam-se principalmente nas principais cidades de Alger e Orã, onde compunham a elite econômica e intelectual. Durante a Segunda Guerra, a Argélia foi ponto estratégico da resistência francesa (desde maio de 1943, Charles De Gaulle comandou a “França Livre”, a partir de sua base em Argel), envolvendo os *pied-noirs*, franceses refugiados e árabes argelinos. Boa parte dos *pied-noirs* era formada de intelectuais de esquerda, como Albert Camus, que acreditavam numa França e numa Argélia socialista, unidas numa só nação. Imaginavam que seria possível um país em que todos fossem igualmente argelinos: franceses, berberes, árabes, judeus, cristãos e muçulmanos. Não seria possível. Fora desse pequeno círculo franco-argelino de intelectuais, o poder da França impunha-se pela força e quando o império colonial deu sinais de fraqueza durante a guerra, o nacionalismo árabe surgiu com força na Argélia, calcado na revalorização da lei do Islã, sufocada pelo direito francês. Com a recusa francesa de conceder a independência à Argélia, a radicalização política entre colonos franceses e árabes argelinos acirrou-se e o conflito armado tornou-se inevitável (FERRO, 2006, p. 325-38).

Em novembro de 1954, surgia o Front de Libération Nationale, FLN, que pegava em armas contra o exército francês. O primeiro ano do conflito foi marcado pelos atentados a bomba e pela sabotagem das posições militares francesas, contra-atacada por uma intensa repressão policial aos bairros pobres e às aldeias montanhosas da Cabília (bases do FLN), com a prática sistemática da tortura contra qualquer suspeito. Mas, em janeiro de 1957, o desembarque de oito mil paraquedistas do exército francês em Argel transformou

definitivamente um conflito difuso em uma guerra generalizada entre os *fellaghas*, os guerrilheiros argelinos, e o exército francês que contava com mais de 500 mil homens. Até poucos anos atrás, o governo francês não admitia nem que o conflito tivesse sido uma guerra entre a França e a Argélia, nem a prática da tortura, ciente do ônus, financeiro e moral, que esse reconhecimento implica: “A tortura não foi apenas ação de alguns militares sádicos e isolados. Pelo contrário, ela se inscreve dentro da história da colonização” (BRANCHE, 2001). O fim da guerra veio em março de 1962, em parte porque o presidente De Gaulle, como estadista que era, sabia do enorme peso político para um país, símbolo do republicanismo moderno, insistir em manter uma colônia que guerreava pela sua libertação. O preço foi alto: 300 mil mortos entre os argelinos e vinte mil entre os franceses. Mas mesmo com o final da guerra ainda houve uma violenta retaliação francesa através dos terroristas da Organização do Exército Secreto, OAS, destruindo a infraestrutura do país. A permanência dos imigrantes e de seus descendentes tornou-se impossível. Em 1965, o socialista independente Houari Boumediene assumiu o poder, fortemente influenciado pelo nasserismo, e a Argélia retomaria o diálogo com a França, inspirada numa cultura de nacionalismo republicano.



O cinema como documento histórico da Guerra da Argélia

A *batalha de Argel*, uma produção ítalo-argelina de 1966, dirigida por Gillo Pontecorvo, narra a guerra de independência da Argélia, utilizando-se de técnicas cinematográficas do neorrealismo italiano em que se misturam ficção e documentário. A ação concentra-se entre 1954 e 1957, mostrando como agiam os dois lados do conflito: o exército francês recorria à política de eliminação e à tortura, a Frente de

Libertação Nacional [FLN] praticava a guerrilha e os atentados contra os dominadores franceses. Veja o *trailer* em <http://mais.uol.com.br/view/a56q6zv70hwb/a-batalha-de-argel-040266D8A123C6>

A Indochina foi outra região onde a descolonização francesa resultou em desastre. Em todo o Sudeste Asiático, ao final da Segunda Guerra, houve uma completa desorganização da administração colonial anterior. A ocupação japonesa já havia substituído os impérios europeus e as forças libertadoras nacionais eram fortemente influenciadas pela guerrilha comunista de Mao Tsé-tung. Assim, na Birmânia, na Malásia, na Indonésia e no Vietnã, a guerra pela independência nacional foi acompanhada da tentativa de implantação de estados comunistas. No Vietnã, em agosto de 1945, Ho Chi Min organizou o governo comunista do Vietminh com sede em Hanói, no norte do país. O governo francês aceitou a independência do Vietnã, mas em março de 1946 buscou retomar seu domínio colonial, através da instalação de uma república autônoma na Conchinchina, na região de Saigon. O Vietminh não aceitou essa divisão do Vietnã em dois, na expectativa de que o governo da França, pressionado pela esquerda francesa, revisse sua posição. Como Marc Ferro escreveu, “Ho Chi Min conhecia a diferença entre a França que liberta [a da Revolução e a da Comuna] e a que oprime” (FERRO, 2006, p. 305). A esperança nos comunistas franceses foi em vão. Minoritários no governo provisório do pós-guerra, a França não reviu sua posição e em dezembro de 1946 iniciava-se a Guerra da Indochina. Uma guerra na qual a França, ao contrário da Argélia onde residiam mais de milhão de franceses, somente tinha interesses econômicos; viu-se envolvida no contexto norte-americano da “Guerra Fria” que, com a vitória da Revolução Chinesa de Mao, em 1949, concentrou no Extremo Oriente as operações militares.

A França, enfraquecida pela reconstrução do pós-guerra, foi presa fácil do Vietminh que venceu a guerra na batalha decisiva de Dien Bien Phu, em maio de 1954, uma derrota humilhante para os franceses e que encorajaria os argelinos em sua guerra de libertação nacional. Contudo, no contexto da Guerra Fria, sofrendo pressão dos EUA e da URSS, o Vietnã aceitou provisoriamente a divisão do país em duas áreas no paralelo 17, a do Norte e a do Sul, enquanto se organizaria a retirada francesa até as eleições de 1956. O novo governo sul-vietnamita, comandado por Ngo Dinh Diem, envolvido pelos interesses do capitalismo e apoiado pelos EUA, não aceitou a reunificação sob o regime comunista, implantou uma ditadura militar e levou o país à guerra civil, em 1959. A guerrilha da Frente de Libertação Nacional (chamada pejorativamente de vietcong) foi criada, unindo os comunistas e os nacionalistas vietnamitas, atuando na parte sul do país. Durante os cinco primeiros anos, a intervenção dos EUA no Vietnã limitou-se ao apoio logístico e bélico ao governo de Dihn Diem até que em 1964 o exército norte-americano em Saigon assumiu o controle das ações militares, passando a atacar o norte, dando início à “guerra americana” do Vietnã. O conflito somente acabaria em 1975, com a amarga derrota e a debandada das tropas norte-americanas de Saigon; seguiu-se a unificação do Vietnã e a extensão da revolução comunista para os vizinhos Laos e Camboja.



Os múltiplos Vietnãs do cinema

O cinema, particularmente o norte-americano, até como um exercício de catarse da intervenção no Vietnã, logrou um conjunto excepcional de filmes para analisarmos os diferentes enfoques dados à guerra. Começando pelo nacionalismo anticomunista de *Os boinas-verdes*, de John Wayne (1968); passando pelo pacifismo de Peter Davis em *Corações e mentes* (1974); ou a reflexão sobre o gênero humano em

O franco-atirador (1978) de Michael Cimino; até chegar a *Apocalypse Now* (1979) de Francis Coppola, talvez o filme definitivo sobre a loucura da guerra; *Os gritos do silêncio* (1984), do inglês Roland Joffé, enfoca outra guerra, a da revolução cambojana do Khmer Vermelho; e voltamos com *Platoon* (1986) e a visão violenta e destrutiva sobre a guerra, de Oliver Stone; e também a de Stanley Kubric, em *Nascido para matar* (1987). Assistam e comparem: o Vietnã é um prato cheio.

O continente africano: a descolonização demorada

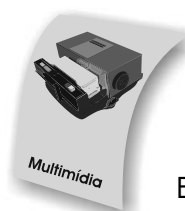
No continente africano, a independência política das ex-colônias demorou um pouco mais a chegar. Em sua maioria, os países tornaram-se independentes na década de 1960. Abaixo do Saara, Gana, a terra do líder pan-africanista Kwame Nkrumah, foi o primeiro país a obter a independência política em 1957. As próprias lideranças políticas dessa região da África ocidental de colonização inglesa, berço do pan-africanismo, Gana, Nigéria e Serra Leoa, optaram por realizar a transição gradual de poder, através de eleições legislativas supervisionadas, entendendo que a retirada abrupta do governo britânico seria desastrosa. A Nigéria conquistou sua independência em 1960 com as mesmas delimitações de fronteira do período colonial, contudo sua diversidade étnica e cultural (hauçás muçulmanos ao norte, ibós e iorubás, ao sul) dificultou a construção de uma nova nação. Obafemi Awolowo, líder político iorubá do Action Group Party, entendia que a Nigéria ainda era apenas uma representação geográfica e que haveria um longo caminho a percorrer até ela se tornar uma nação. As tensões entre os diferentes povos eclodiram em uma guerra civil, a partir

do ano de 1967, na região denominada Biafra, no delta do rio Niger, coincidentemente a mais rica em petróleo. Os separatistas ibós de Biafra receberam o apoio da França, interessada na exploração de suas riquezas, mas foram derrotados pelas forças nigerianas, apoiadas pela Inglaterra e pela URSS. Já em todas as áreas colonizadas pelos franceses, apesar de ter havido diversos movimentos ativos que empreenderam lutas de libertação nacional, tanto na África Ocidental como na Equatorial, a estratégia adotada pela França em relativo acordo com as elites negras locais foi adotar um processo de autonomia político gradual até as independências em 1960 (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 191-227).

De todos os casos de libertação nacional na África, o de maior repercussão internacional foi o da luta da população negra da África do Sul contra o regime de segregação racial, o *apartheid*. Em 1950, de 13 milhões de habitantes, aqueles considerados brancos (a maioria de origem holandesa e inglesa) alcançavam 19% da população, ainda com uma parcela de 12% considerados mestiços (na maioria, de indianos) e a grande maioria de negros. Desde a década de 1920, com o mandato sul-africano na Namíbia, houve uma campanha internacional de povoamento para a imigração de trabalhadores brancos, o que acabou aumentando sua quantidade e criando uma economia quase que exclusivamente de brancos, enquanto que os negros eram segregados em reservas territoriais, denominadas bantustões. De todos os territórios colonizados no continente africano, somente na África do Sul e na Argélia, o contingente de brancos superou a casa dos 10%. Um percentual concentrado nas grandes cidades sul-africanas, como Cidade do Cabo e Johannesburgo, onde, no meio urbano, eram uma efetiva maioria. Em 1948 a segregação racial tornou-se oficialmente uma política de Estado: *apartheid*. A partir de 1950, o governo sul-africano designou os mestiços como *coloured people*, diferenciando seus direitos políticos dos negros e criando, assim, três “categorias” de cidadãos.

A minoria branca procurou defender sua supremacia econômica e seu espaço de circulação física, através de uma política de segregação e privação de direitos dos não brancos, que foi sendo gradativamente ampliada, na medida em que a maioria negra foi inserindo-se na dinâmica econômica urbana do pós-guerra e reivindicando sua integração política na esteira dos outros povos negros africanos. Por exemplo, no subúrbio de Sophiatown, posteriormente transferidos para Soweto, que em junho de 1976 seria o palco de grandes distúrbios estudantis contra a política discriminatória do Education Act. No campo político, a luta contra o *apartheid* ganhou mais intensidade na medida em que a legislação foi tornando-se mais restritiva, paradoxalmente, num continente onde ano após ano os outros povos conquistavam sua emancipação política. O Congresso Nacional Africano, partido originalmente fundado em 1912, na década de 1950, passou a ser o principal porta-voz dos direitos civis da população negra, emergindo a liderança do advogado Nelson Mandela. Em 1963, Mandela foi condenado à prisão perpétua e tornou-se o símbolo internacional da luta contra o *apartheid*.

Encerrando o ciclo colonialista europeu, os territórios colonizados por Portugal (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde) foram os últimos a conquistarem sua independência política nos anos de 1974 e 1975. O governo ditatorial de Antonio de Oliveira Salazar impediu um processo pacífico de transição política da soberania no pós-guerra e levou as populações africanas nativas a terem de enfrentar sangrentas guerras de independência que se estenderam desde o início da década de 1960 até abril de 1974, quando a Revolução dos Cravos pôs fim à ditadura portuguesa. A descolonização nas ex-colônias portuguesas foi sangrenta, deixou profundas cicatrizes e levou, em seguida à independência, a guerras civis pelo controle do poder político local após a retirada dos portugueses.



Agostinho Neto, a luta pela independência e pela paz em Angola

Este documentário, produzido pela Fundação

Agostinho Neto, trata da atuação do primeiro presidente angolano na luta pela independência de Angola à frente do MPLA, Movimento Popular pela Libertação de Angola, apoiado por Cuba. A ênfase está na importância da luta diplomática, travada logo após a independência pelo seu reconhecimento internacional. Assista a esse documento histórico, com partes da entrevista dada por Agostinho à televisão romena ARHIVA TVR:

http://www.dailymotion.com/video/xeu903_agostinho-neto-entrevista-romenia_news

Após a independência nacional, em 1975, os militantes socialistas do MPLA formaram um governo central em Luanda e foram reconhecidos pela ONU. O governo do MPLA foi muito combatido pelas forças conservadoras da Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), baseadas na Namíbia e com o apoio da África do Sul. A guerra civil em Angola estendeu-se até 2002 e provocou dezenas de milhares de vítimas. Ainda assim, desde o término, mais de 70 mil angolanos foram mutilados, vítimas das minas enterradas no país. A seguir, indicamos alguns artigos do professor Marcelo Bittencourt, da UFF, para o aprofundamento do estudo da história de Angola (memórias de combatentes, debate historiográfico) e que se encontram disponíveis online:

http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Memorias_da_Guerrilha.pdf

http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_



Atende aos Objetivos 1 e 2

3. Em comparação com a britânica, quais as consequências da descolonização francesa?

Resposta Comentada

Nos principais pontos de domínio colonial, a Argélia e a Indochina, os franceses não proveram a descolonização e a retirada de seu governo, como fizeram os britânicos. Dessa atitude, resultou uma efetiva guerra pela independência e libertação nacional, primeiro no Vietnã e, em seguida, na Argélia. No caso do Vietnã, o contexto maior da “Guerra Fria” envolveu posteriormente os EUA na guerra.

CONCLUSÃO

O significado político do conceito de “Terceiro Mundo”

Em 1952, o demógrafo francês Alfred Sauvy propôs dividir o mundo em três porções: um primeiro mundo capitalista desenvolvido, um segundo mundo socialista e um terceiro mundo, composto pelos

países economicamente subdesenvolvidos. O nome Terceiro Mundo foi inspirado no Terceiro Estado que antecedeu a Revolução Francesa. Com isso, ele pretendia alertar para as demandas desses novos países no cenário internacional, antes que irrompesse uma possível revolução mundial dos países mais pobres. Em abril de 1955, 29 países africanos e asiáticos recém-saídos da dominação colonial, reuniram-se na Conferência de Bandung, na Indonésia, onde criaram o movimento dos países não alinhados e adotaram a designação de Terceiro Mundo. A ideia de um grupo de países não alinhados foi uma estratégia adotada no contexto da “Guerra Fria” com o objetivo de deslocar o foco dos conflitos internacionais da relação Leste-Oeste, ou seja, Ocidente capitalista – Oriente comunista, para uma relação Norte-Sul, ou seja, entre um Norte rico e desenvolvido e um Sul pobre e subdesenvolvido.

Liderados por Nasser, os não alinhados queriam alertar aos países ricos e ao comunismo soviético sobre suas necessidades próprias de desenvolvimento. O Terceiro Mundo incluía toda a África e a Ásia, à exceção da China e do Japão, e também a América Latina, apesar de formalmente sua aplicação ser mais ativa para os dois primeiros continentes, por conta das novas necessidades administrativas e econômicas, geradas após a descolonização. Na prática, foram os movimentos socialistas em todo o mundo que incorporaram ativamente em sua estratégia de luta a ideia de terceiro-mundismo. Com essa retórica, estabeleceu-se uma relação direta com a exploração por um novo imperialismo capitalista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, identificado de forma simplificada como imperialismo norte-americano. Na década de 1960, em muitas situações os EUA, através da CIA, planejaram a saída de governantes não alinhados. No ex-Congo Belga, o assassinato do líder da independência, Patrice Lumumba, permitiu a subida ao poder do ditador Mobutu Sese Seko. Em contrapartida, ao se eleger como grande algoz da exploração os EUA, o problema da dominação econômica interna foi simplificado e os potentados regionais, envolvidos na perpetuação de sistemas de política clientelistas, foram

poupados ou, em muitos casos, não foram duramente combatidos pelos grupos de esquerda, permitindo o surgimento de ditaduras que, mesmo sendo antiamericanas, continuavam explorando sua própria população; por exemplo, Idi Amin Dada em Uganda.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Desenvolva o significado do conceito de Terceiro Mundo, no contexto das relações internacionais no mundo que emergiu do pós-guerra.

Resposta Comentada

A ideia de Terceiro Mundo foi criada na década de 1950, para se referir àqueles países economicamente mais pobres e recém-saídos da dominação colonial. Terceiro Mundo como uma analogia do Terceiro Estado que antecedeu a Revolução Francesa, mas que serviu também para diferenciar esses países mais pobres daqueles desenvolvidos, do primeiro mundo, e dos comunistas, do segundo mundo.

RESUMO

Nesta aula, estudamos diferentes situações, vividas nos territórios colonizados pelos impérios coloniais, após o fim da Segunda Guerra Mundial. O debate sobre guerra de independência ou descolonização deve-se ao fato de que, em algumas regiões, o processo de retirada dos colonizadores ocorreu de modo mais pacífico, enquanto que em outras, como a Índia e a Palestina, a saída do dominador estrangeiro levou a distúrbios e guerras pela posse dos territórios. E em outras ainda, como em algumas colônias francesas e nas portuguesas, a guerra restou como única alternativa para a conquista da independência política. Nesse cenário conflituoso que coincidiu com o surgimento da “Guerra Fria”, algumas personalidades surgiram como líderes de uma nova categoria de países, o chamado Terceiro Mundo; um conjunto de países que se situou numa posição independente em relação às duas superpotências.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, veremos a emergência política e econômica dos países asiáticos, após 1945.

Aula 6

A emergência política e econômica do leste asiático no cenário mundial

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar as principais causas que levaram a transformar as regiões asiáticas do Japão e mais recentemente da China em potências econômicas mundiais na segunda metade do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a geopolítica do Extremo Oriente no contexto da Guerra Fria e o impacto causado pela Revolução Chinesa;
2. analisar o processo histórico que levou o Japão de país destruído, ao final da Segunda Guerra, a tornar-se a segunda potência econômica mundial na década de 1980;
3. identificar o período histórico de abertura política na China e os motivos que a levaram a tornar-se a segunda economia mundial no início do século XXI.

INTRODUÇÃO

Esta aula abordará a região do leste asiático em um período cronológico que vai, do ponto de vista econômico, desde o início da recuperação japonesa no pós-guerra até a afirmação da China como potência econômica mundial. A posição atual alcançada pela China no cenário econômico mundial remete-nos ao problema da hegemonia econômica e política no planeta, cuja discussão já havia sido iniciada na primeira aula. Desde o início da Idade Moderna, foi constituindo-se, na análise de diferentes autores, entre eles Fernand Braudel (1985), Immanuel Wallerstein (2001) e Giovanni Arrighi (1996, 2003, 2008), uma economia-mundo ou um sistema-mundo (nomes dados respectivamente pelos dois primeiros autores) de produção e circulação de mercadorias cuja supremacia teria se concentrado no Ocidente. No que se refere ao mundo contemporâneo, desde o século XIX, estudamos primeiro a hegemonia britânica até a Primeira Guerra e depois a passagem dela para a norte-americana.

A rendição do Japão, após os bombardeios atômicos em Hiroshima e Nagasaki, encerrou a Segunda Guerra Mundial, sinalizando o início de uma nova era histórica no planeta, na perspectiva da análise geopolítica, marcando a ascensão dos EUA como superpotência econômica e militar do mundo capitalista. O papel desempenhado pela URSS no *front* de guerra do leste europeu a colocou também numa posição de poder para reclamar no pós-guerra sua fatia na manutenção da paz mundial. Uma paz que, na perspectiva política das relações internacionais, encontrava-se em permanente ameaça pela atuação desses dois atores internacionais antípodas em expansão no que se chamou Guerra Fria. Por um lado, os interesses do capital que começavam a globalizar-se de forma mais intensa e, por outro, a expansão da revolução comunista para áreas economicamente periféricas do capitalismo. Na Ásia, a Revolução Comunista na China levou os EUA a dar um tratamento diferenciado ao leste asiático, o que implicou forte presença militar

e econômica nessa região. Nosso ponto de partida nesta aula é o de avaliar as condições sócio-históricas que envolviam o leste asiático nesse contexto da Guerra Fria e nosso ponto de chegada será o de obter alguns instrumentos para analisar se estamos ou não ingressando em uma nova fase de transição hegemônica do capitalismo com seu centro de gravidade em vias de ser deslocado para o Oriente.

A revolução chinesa e seu impacto na geopolítica da região

Durante a invasão japonesa sobre a China na Segunda Guerra, houve uma trégua na luta travada entre os nacionalistas adeptos do Kuomintang e os comunistas, liderados por Mao Tsé-tung, pela tomada do poder. Mas, apenas terminado o conflito mundial, a guerra civil entre as duas partes retornou com força total. No início de 1946, o exército do general Chiang Kai-Shek contava com mais de cinco milhões de homens, tinha o apoio financeiro e logístico norte-americano, e dominava a região costeira do sul do país. Já o Exército Vermelho avançava desde suas bases no norte-noroeste chinês e engrossava as fileiras com centenas de milhares de adeptos. Nesse mesmo ano, receoso pela continuidade da guerra civil, o governo norte-americano enviou à China o general George Marshall na tentativa de selar um acordo com ambas as partes para a formação de um governo unificado, encabeçado por Kai-Shek, mas com a participação dos comunistas. Sua tentativa evidentemente fracassou e no ano seguinte, após uma primeira ofensiva do exército nacionalista apoiado pelos americanos, o que se assistiu foi a crescente deserção de suas tropas sediadas no nordeste da China e sucessivas vitórias dos comunistas cujo exército ampliou seu contingente de um para quatro milhões de membros, entre junho de 1948 e dezembro de 1949. Em novembro de 1948, sob o comando de Lin Piao, o Exército Popular de Libertação, nome dado aos soldados comunistas, conquistava a Manchúria; em janeiro de

1949, entrava em Pequim e, logo em seguida, cruzava o rio Yang-Tsé e ocupava Xangai. A vitória comunista já estava consolidada em outubro desse mesmo ano, quando foi proclamada a República Popular da China. Nos meses seguintes, uma reduzida comitiva de chineses leais a Kai-Shek exilou-se na ilha vizinha de Taiwan, sob a tutela militar dos EUA, criando o governo paralelo da China nacionalista (POMAR, 2003). Mas quais seriam as peculiaridades comunistas da nova China que se anunciava na década de 1950?

O reconhecimento pela população da China da autoridade moral do Partido Comunista Chinês deveu-se, segundo Eric Hobsbawm, ao fato dele “forjar uma organização disciplinada nacional, capaz de levar a política do governo do centro até as mais remotas aldeias do gigantesco país” (HOBBSAWM, 1996, p. 451). Ou seja, aos olhos de uma sociedade autoritária, historicamente acostumada às lutas internas pela tomada e centralização do poder, Mao surgiu como o timoneiro de um novo império, reconduzindo a China a uma ordem e estabilidade comprometida, pelo menos, desde as guerras pelo comércio do ópio. Após a tomada do poder, especulava-se no Ocidente sobre que tipo de relação o líder da nação mais populosa do mundo manteria com a URSS. Em dezembro de 1949, Mao viajou de trem para Moscou onde permaneceu por dois meses no Kremlin. Entre outras atividades, assinou o acordo de cooperação mútua com Stalin e voltou convencido de que o regime stalinista havia realizado a verdadeira revolução marxista-leninista. A compreensão forjada, nos encontros com Stalin, sobre o que uma revolução comunista poderia e deveria fazer na atrasada China, levou Mao Tsé-tung a dirigir uma socialização sem precedentes da economia.

Segundo os dados do *China Statiscal Yearbook* (1989) analisados por Hobsbawm, os primeiros anos da revolução, os da transição até 1956, foram bastante positivos. A produção de grãos cresceu em 70%, iniciou-se uma política de planejamento educacional e o exército chinês transformou-se em orgulho nacional ao intimidar os EUA, durante a Guerra da Coreia. Em julho de 1955, Mao apressou a coletivização da agricultura, conseguindo envolver

84% de todas as famílias camponesas em comunas rurais até o ano seguinte, de modo muito mais pacífico e voluntário do que o ocorrido na URSS; em novembro de 1955, anunciou a nacionalização de toda a indústria e o comércio, até então ainda em mãos privadas, de forma que o Estado seria o dono das empresas em sociedade com os antigos proprietários que passariam a ser remunerados pelo trabalho. Em 1958, veio o “Grande Salto Avante”: um programa para industrializar a China em curto prazo que consistia basicamente em duplicar a produção de aço a cada ano. Era uma repetição do lema leninista “soviète mais eletrificação”, agora em termos de “aço mais comuna”, com uma defasagem de mais de 35 anos. O aço era uma obsessão de Mao, que o chamava de “marechal” da indústria; uma China moderna se quantificaria pelas toneladas de aço produzidas por ano. Assim, tentou suprimir as dificuldades técnicas e financeiras para a expansão da indústria siderúrgica com trabalhadores qualificados, conclamando toda a população chinesa a participar do grande salto. Para alcançar esse objetivo, havia uma cota de aço anual individual a ser alcançada, através da queima em fornos caseiros de todo metal encontrado. Em menos de dois anos, em torno de 100 milhões de camponeses foram retirados de suas atividades agrícolas de produção de alimentos para produzirem aço sem conhecimento nem tecnologia e de modo precário, gerando um aço que o povo chinês chamou de *niu-shi-geda* (bosta de vaca):

Wok

Utensílio básico da culinária asiática. Tem a forma de uma meia-esfera metálica, munida de duas alças ou de um cabo longo. Alguns woks têm o fundo plano, semelhante a uma frigideira.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5a/Wok_Cooking.jpg

Em minha escola, tachos parecendo cadinhos haviam substituído alguns de nossos **woks** sobre os gigantescos fogões de cozinha. Despejávamos neles todo o ferro-velho, incluindo os velhos woks que haviam sido despedaçados. Os fogões eram mantidos sempre acesos – até o ferro derreter. Nossos professores revezavam-se para alimentá-los vinte e quatro horas por dia, mexendo os pedaços de ferro nos tachos com uma colher enorme...

Lembro-me que certa vez fui a um hospital com outras crianças para visitar um de nossos professores que se queimara seriamente, quando o ferro derretido salpicara em seus braços. Médicos e enfermeiros de bata branca corriam frenéticos de um lado para o outro. Havia um forno nas instalações do hospital e eles tinham de pôr achas de lenha o tempo todo, mesmo quando realizavam operações, e pela noite adentro (CHANG, 1994, p. 203).

Na época em que viveu essa experiência, Jung Chang ainda era uma criança de oito anos de idade; atualmente é escritora e já foi professora na Universidade de Londres. Em 1991, publicou o romance autobiográfico de memórias *Três filhas da China*, sobre três mulheres de diferentes gerações de sua família, livro proibido na China e de onde extraímos esta passagem. A família de Chang ocupou postos de destaque no Partido Comunista Chinês, durante a década de 1950, o que lhe garantiu uma vida tranquila e com muitas mordomias para os padrões chineses. A década de 1950 foi aquele momento histórico de uma nação em que o voluntarismo e o entusiasmo popular fizeram os chineses e, principalmente, o timoneiro Mao acreditarem que poderiam mover montanhas. Aquilo que Hobsbawm chamou de “utopia chinesa” teria sido o resultado de uma sociedade em que a abnegação do indivíduo e sua imersão na coletividade foram valores constituídos milenarmente, através de sistemas filosóficos como o **confucionismo** e o **taoísmo**, nos quais a crença em uma dimensão cíclica da existência apresentou-se nessa época revolucionária na forma de uma nova primavera que se anunciava.

Diferente do operário da Rússia leninista, foi o camponês chinês, tradicionalista e analfabeto, o motor do espírito revolucionário. Não havia outra classe na sociedade chinesa que pudesse levar adiante as gigantescas transformações necessárias para tornar o país moderno. Um empenho que dependia muito mais de uma fé cega num futuro promissor do que de análises racionais, baseadas em constatações empíricas. Com evidente desconfiança, os chamados “intelectuais”

Confucionismo

Filosofia que se tornou religião oficial da China no século II. Baseada nas ideias de Confúcio, que viveu nos séculos VI e V a.C. e sua crença numa bondade da natureza humana, foi propagada por seguidores que pregaram o valor da conduta moral elevada e a abnegação material.

Taoísmo

Escola do pensamento chinês, baseada no *Tao Te King*, escrito por Lao Tsé, também uma religião com milhões de adeptos. O Tao significa “caminho”, o que traz a ideia da vida seguir um fluxo em contínua movimentação, em que o indivíduo teria o poder de perceber e adequar-se às mudanças.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c5/Calligraphic_Dao.png

chineses, mais antigos, pouco se entusiasmaram em participar da campanha política das “Cem Flores”, lançada em 1956 e originada da expressão *bai qi-fang*, “que desabrochem cem flores”. A campanha ensejava um renascimento cultural na China, para reunir homens letrados e camponeses na construção de uma nova nação. Qualquer chinês com um mínimo de educação era qualificado como intelectual, e o objetivo de Mao era “desabrochá-los”, ou seja, levá-los para serem educadores em locais distantes. Relutantes, grande parte dos chineses alfabetizados foi crítica silenciosa do “Grande Salto Avante”. Acusados de serem burgueses, caíram em desgraça, sendo implacavelmente perseguidos, na futura revolução cultural de 1966. Para completar o quadro desfavorável que se anunciava para a década de 1960, a ortodoxia comunista maoista repetia o caminho anterior de Stalin, na década de 1930, mas já não se adequava aos novos tempos de Nikita Krushev e o rompimento sino-soviético, em 1960, ajudou a acelerar a crise econômica na China. A URSS cortou a ajuda financeira ao seu vizinho asiático. Apenas a vontade não seria suficiente para modernizar e industrializar o país e isso começaria a ficar evidente com a fome que assolou o país, entre 1959 a 1961. A “Grande Fome” provocou a morte de mais de 40 milhões de chineses (de um total de 670 milhões de habitantes em 1959), resultado de invernos rigorosos, somada à ineficiente coletivização das terras e à desastrosa retirada de agricultores do campo para derreter ferro-velho nas cozinhas.

A Revolução Cultural

O desastre econômico e o fechamento político provocaram grande divisão interna no PCC e a liderança de Mao Tsé-tung passou a ser contestada no partido. Liu Chao-chi assumiu a posição de presidente de Estado, o segundo cargo em importância da China com o objetivo de reformular a política econômica e surgia a liderança moderada do secretário-geral do PCC, Deng Xiaoping, dividindo o poder no partido. Entre 1961 e 64, ambos, governando de modo

pragmático, implantaram a política de controle da natalidade “um filho por família” e liberalizaram a economia para estimular a produção individual, numa espécie de *remake* da NEP leninista, ao dar um passo atrás na socialização econômica. Contudo, Mao aprendera rapidamente as lições para a manutenção do poder com Stalin e investiu no culto à sua personalidade, junto às massas, enquanto passava a perseguir seus adversários políticos dentro do partido, denunciando-os como “inimigos de classe” e de seguirem a “estrada capitalista”. Seu principal objetivo era isolar Deng, tido como o homem mais forte dentro do partido em Pequim. Mao percebera que grande parte do partido não atendia a seus apelos e passou a utilizar sua forte base de apoio em Xangai para fazer propaganda, junto à população das províncias. O termo “Revolução Cultural” surgiu pela primeira vez, em novembro de 1965, num artigo publicado no jornal do PCC, o *Diário do Povo*, denunciando o dramaturgo Wu Han e outros “burgueses reacionários” que estariam desvirtuando as artes. A partir desse episódio, com o apoio do premiê Chu-Enlai e do ministro da Defesa Lin Piao, futuro vice-presidente, nos primeiros meses de 1966, Mao levou adiante uma caça às bruxas contra os membros do partido que não o apoiaram, os chamados “sequazes do capitalismo”.



Figura 6.1: “Destruir o velho mundo”, pôster da Revolução Cultural. Partido Comunista Chinês.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Destroy_the_old_world_Cultural_Revolution_poster.png

A recondução de uma política comunista ortodoxa isolacionista, impedindo qualquer tipo de contato com o Ocidente, foi empreendida com mão firme por Mao, no início da Revolução Cultural. Uma verdadeira revolução dentro da revolução que, sobretudo, visava educar a juventude chinesa nos princípios maoistas. O sistema moral da elite chinesa ainda estaria comprometido por valores ocidentais individualistas e burgueses que continuavam sendo retransmitidos através dos livros, do teatro, das artes plásticas e da música. Os professores seriam os portadores de uma moral antirrevolucionária, por isso foram os primeiros a serem atacados. Sob o propósito de “combater as velharias”, os professores foram perseguidos nas escolas pelos jovens protagonistas da Revolução Cultural, nas fileiras da Guarda Vermelha. Casas de chá e locais de fumo, e os hábitos

dos anciãos chineses foram destruídos. Museus, arquivos, bibliotecas, conservatórios foram atacados. Milhões de livros que não versavam sobre comunismo ou marxismo foram queimados; violinos, pianos, partituras, e outros veículos do que seria a corrupção ocidental foram destruídos (HOBBSAWM, 1996, p. 448). A Guarda Vermelha, as esquadras de jovens com o livrinho de Mao nas mãos, a cartilha sobre o que seria o certo e o errado, percorriam as ruas das cidades em busca de qualquer vestígio do velho mundo a ser erradicado. O cartaz do Partido Comunista Chinês, cujo texto conclama os jovens da Guarda Vermelha a destruírem os objetos signos dos antigos valores (Buda, Jesus, discos, livros), fala por si.

A Revolução Cultural pode ser considerada como o ápice da revolução chinesa. O momento em que se tentou destruir o passado para criar algo absolutamente novo, uma utopia já anunciada por Bakunin cem anos antes, para quem “o novo mundo somente pode nascer dos escombros do velho mundo”. Por isso, Mao apoiava-se nos mais jovens, naqueles que ainda não estariam corrompidos e poderiam ser forjados, a partir de uma nova consciência de existência. Foi um dos exemplos mais contundentes na história da ideia de uma revolução ser um novo começo possível. Uma concepção já vista em revoluções precedentes (francesa, russa) e levada ao limite em 1976 pelo Khmer Vermelho no Camboja com a execução sumária de qualquer indivíduo que não tivesse calos nas mãos. Contudo, herdeiro da milenar filosofia chinesa, Mao não atentou para o fato de que todo círculo claro *yang* carrega um pequeno círculo escuro *yin* em seu interior e vice-versa, simbolizando a contínua mutação e que todo começo sempre carrega consigo algo do passado. A Revolução Cultural não conseguiu eliminar totalmente as velhas práticas enraizadas na cultura chinesa. Boa parte da população continuou praticando ***tai-chi*** nas praças públicas ao amanhecer e entardecer, e seguiu consultando o oráculo (I Ching) antes de tomar decisões.

Tai-chi

Arte marcial milenar chinesa que é praticada como exercício físico e consiste numa sequência de movimentos lentos, semelhantes a uma dança, formando posições que representam imagens e situações presenciadas na natureza, por exemplo, o “voo da garça”.

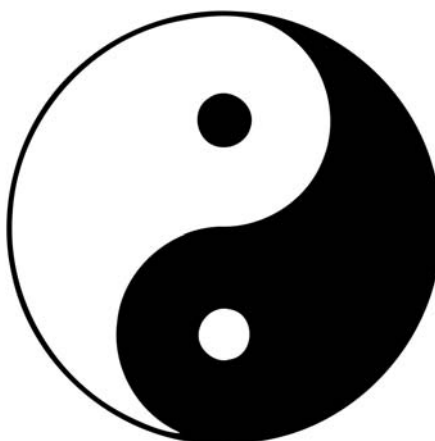
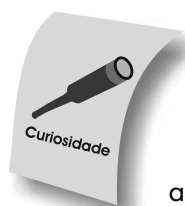


Figura 6.2: O círculo do Tao e o yin-yang, símbolo chinês da eterna mutação.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Yin_yang.svg



O pingue-pongue entre EUA e China

Em 10 de abril de 1971, nove jogadores norte-americanos de tênis de mesa cruzaram a ponte que divide a ilha de Hong Kong (então protetorado britânico) da China continental para participar de uma semana de exibições. Em abril do ano seguinte, seria a vez do time chinês desembarcar em Washington e passear pela Casa Branca. Iniciava-se uma política de distensão nas relações entre EUA e China, articulada por Richard Nixon e pelo premiê Chu Enlai, que culminaria com a visita histórica do presidente norte-americano a Pequim, em fevereiro de 1972. Tratou-se de uma jogada dos EUA para enfraquecer as relações sino-soviéticas, aceitando o assento chinês no Conselho de Segurança da ONU, e de um esforço de Mao para divulgar a imagem positiva e vitoriosa da China comunista no Ocidente. Pouco antes, em outubro de

1971, Lin Biao, general líder da linha dura comunista e primeiro na linha de sucessão de Mao, morreu em um misterioso acidente de avião na Mongólia, ao viajar para a URSS.



Mao, a China e o “deslumbre” das esquerdas do Ocidente

Nas décadas de 1960 e 1970, o maoísmo exerceu grande fascínio nos adeptos da esquerda ocidental descrentes do comunismo soviético, após o esmagamento das revoltas populares na Hungria e na Tchecoslováquia. Em diversos países do Terceiro Mundo, influenciou a formação de partidos e movimentos revolucionários, como o Sendero Luminoso no Peru, do início dos anos 1980, enquanto que na Europa ocidental foi um dos temas políticos principais entre os jovens franceses que fizeram o maio de 68 e inspirou o surgimento de grupos de guerrilha urbana, na década de 1970 (na Itália e na Alemanha, principalmente). A Revolução Cultural foi vista como a verdadeira via revolucionária para uma esquerda que procurava alternativas para além da dicotomia socialismo planificado soviético x capitalismo. Em 1967, Jean-Luc Godard retratou no filme *A chinesa* esse fascínio exercido pelo maoísmo sobre a juventude de esquerda francesa. Em 1972, o cineasta italiano Michelangelo Antonioni foi convidado por Mao para produzir um documentário sobre a China. *Chug Kuo Cina*, nome do filme de Antonioni, o primeiro ocidental a receber permissão para filmar a China, desde 1949, desagradou Mao

que censurou sua exibição no país. Assista à abertura desse filme, rodada na praça Tiananmen, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=DxcagD-41rE&feature=mfu_in_order&list=UL

Em 2009, a revista *Espaço Acadêmico*, da Universidade Estadual de Maringá, dedicou um dossiê em comemoração aos 60 anos da Revolução Chinesa, com artigos de diferentes temas e perspectivas políticas: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Espaco-Academico/issue/view/362/showToc>



Atende ao Objetivo 1

1. Por que a Revolução Cultural pode ser considerada uma revolução dentro da revolução?

Resposta Comentada

A Revolução chinesa, liderada por Mao-Tsé-tung e vitoriosa em outubro de 1949, levou a China para o caminho do socialismo. Entusiasta de Stalin, Mao promoveu uma ampla socialização da economia até o revés da Grande Fome, entre 1959 e 1961. Logo em seguida, a China retomou, de certa forma, a economia de mercado. A Revolução Cultural de 1966 foi uma nova

guinada para o socialismo, desta vez de modo ainda mais radical, procurando eliminar todo resquício de passado e evitar um retorno ao capitalismo, por isso pode ser considerada uma segunda revolução chinesa.

A recuperação econômica japonesa no pós-guerra e o surgimento dos Tigres Asiáticos

A Guerra Fria deslocou o espaço de ação dos conflitos do mundo desenvolvido para sua periferia. Nesse contexto, o extremo oriente tornou-se a área mais conflituosa do planeta. A revolução comunista na China pôs sob ameaça as posições de interesse dos EUA na região, levando-o a eleger um ator político no oriente que pudesse cumprir o papel estratégico de posto avançado do capitalismo. Discordando em parte do que John Gaddis (2006) afirmou sobre a Guerra Fria de ela ter um caráter ideológico antes de tudo, a tese nada ortodoxa do historiador Appleman Williams (1984) apresenta as políticas da doutrina Truman para a Ásia, muito mais como sendo fruto de um interesse pragmático de defesa das áreas onde já havia investimentos financeiros, como as Filipinas, e daquelas onde seria possível o ingresso de novas corporações norte-americanas. Dando mais ênfase à questão econômica do que àquela político-ideológica, Giovanni Arrighi fala até em uma “invenção” da Guerra Fria (ARRIGHI, 1996, p. 305). No mapa a seguir, pode-se perceber a posição estratégica do arquipélago japonês, ladeado pela Rússia, pela Coreia do Norte e pela China, para a política norte-americana de contenção do avanço comunista.



Figura 6.3: Principais bases militares norte-americanas no Japão.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Major_US_military_bases_in_Japan.svg

O Japão, único país com longa trajetória de independência política e consolidada posição industrial, mesmo após a guerra, foi objeto de um plano negociado de reerguimento econômico em troca da instalação de diversas bases militares em seu território. Na ilha mais ao sul do arquipélago, Okinawa, foi edificada a principal base das forças norte-americanas (Kadena, aérea, e Futenma, *marines*), que cercando a saída do mar da China serviu de apoio à guerra do Vietnã. Na mesma linha, deve ser entendido o apoio dado a Taiwan, tentando conter-se dessa forma o avanço do comunismo no leste e sudeste asiático. A ocupação norte-americana da parte sul da Coreia, dividida ao norte pelas tropas comunistas com a ajuda chinesa na guerra de 1950-53, reforçou a política do *containment* para além do palco privilegiado no Japão. Mas a política externa dos EUA não se restringiu ao militarismo como forma de manter o

domínio local. A ajuda financeira dada ao Japão, ao final da década de 1940 com o Plano Marshall, para reequipar seu parque industrial de bens de consumo, permitiu ao país tornar-se em pouco tempo um grande exportador de equipamentos eletro-eletrônicos e outros bens não duráveis, até a futura exportação de veículos automotores.

O caso do Japão e de seu rápido crescimento econômico reforça a importância da acumulação primitiva na competição capitalista entre as nações. País mais desenvolvido industrialmente da Ásia, desde o fim do século XIX, o Japão conseguiu rapidamente reerguer sua economia, à custa, é bem verdade, da grande abnegação de sua população numa conduta disciplinar rígida que promoveu níveis de poupança interna inimagináveis em termos ocidentais. Mais do que isso, o Japão beneficiou-se de uma política de educação universal que gerou grande número de profissionais qualificados a baixo custo. Do ponto de vista administrativo, os japoneses tinham “uma crença quase fanática em alcançar os mais altos níveis de controle de qualidade” (KENNEDY, 1989, p. 397). Na década de 1950, os engenheiros industriais japoneses estudaram o método de Taylor e buscaram aperfeiçoá-lo através do *kaizen*, que significa mudar para melhor, para obter mais competitividade industrial (IMAI, 2002). Essas mudanças fizeram-se presentes principalmente na fábrica de motores da Toyota, que estava praticamente falida no início da década de 1950 e reergueu-se graças ao desenvolvimento de um sistema de produção, desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno (1988). O operário japonês adquiriu habilidades para operar diferentes máquinas e trabalhar em diferentes setores da linha de montagem. As mudanças necessárias na conduta profissional dos operários japoneses, depois estendidas a outras áreas, foram obtidas pelos programas de controle de qualidade o **CCQ** dos anos 1960 e depois aperfeiçoadas nos anos 1980 com o programa dos **5S**, métodos que seriam importados em profusão pelos administradores de recursos humanos ocidentais na esteira do choque de competitividade japonesa. O toyotismo permitiu flexibilizar a acumulação capitalista, eliminando mão de obra fixa,

CCQ

Círculo de Controle de Qualidade é o nome dado ao conjunto de funcionários, colaboradores de organizações empresariais, que realiza regularmente reuniões para promover a melhoria na qualidade.

5S

Método para o planejamento sistemático da produção na fábrica, permitindo maior produtividade, segurança, organização e motivação dos funcionários. Baseado em cinco S, ou sensos, em português: *seiri* (utilização), *seiton* (ordenação), *seizō* (limpeza), *seiketsu* (higiene), *shitsuke* (autodisciplina).

diminuindo os níveis hierárquicos dentro da fábrica, terceirizando a produção, inclusive levando as plantas industriais para fora do país de origem da indústria (HARVEY, 1989).

No início dos anos setenta, a tríade econômica (EUA, Europa Ocidental e Japão), estava se configurando e os EUA já não dispunham da superioridade econômica que lhe garantira o pleno domínio dos anos anteriores. O colapso do sistema monetário, montado em Bretton Woods com a desvalorização do dólar em 1971-72 e a posterior flexibilização do câmbio – abandonando a taxa fixa definida pelo Banco Central (FED) em favor da taxa flutuante variável, conforme o sabor do mercado – sinalizou uma mudança na conjuntura econômica global (EICHENGREEN, 2002). A crise mundial de 1973, provocada pelo choque no preço do petróleo em seguida à guerra do Kippur, pegou os EUA desprevenidos. A nação norte-americana, construída sobre quatro rodas, sofreu muito mais que as demais a elevação do valor da *commoditie* energética para outro patamar (LUKACS, 2006, p. 22). O crescimento econômico japonês, entre os anos de 1950 e 1973, a uma taxa média anual de 10,5% permanece comparativamente insuperável até a atualidade. O Japão tornou-se a segunda potência econômica mundial, no curso de apenas uma geração (KENNEDY, 1989, p. 398). As reservas monetárias japonesas tornaram o iene uma moeda tão forte como o dólar americano e mais forte do que o marco alemão. Ao final dos anos 1970, a economia japonesa já tinha metade do tamanho da norte-americana e alcançava o maior PIB *per capita* do planeta. Suas grandes corporações automotivas: Toyota, Nissan, Mazda, Honda e as indústrias eletrônicas iriam participar das grandes compras e fusões mundiais da década seguinte. Ironicamente, a Sony, de vendedora do velho radinho de pilha, conhecido dos brasileiros nos estádios de futebol, tornar-se-á, no ano 1989, uma das maiores companhias da indústria do entretenimento mundial ao ingressar em Hollywood e comprar a Columbia Pictures, provocando um forte revés na estima norte-americana. A economia japonesa somente começará a apresentar sinais de crise no início da década de

1990. Em grande parte, devido à retomada do controle produtivo empreendido nos EUA, em meados da década de 1980, baseado no toyotismo japonês, que gerou enxugamento nas grandes corporações (demissão em massa nas montadoras de Detroit) e transferência de plantas industriais para países mais pobres. Com a política neoliberal, iniciada pelo governo Reagan e continuada na administração de George H. Bush (*daddy*, o papai), os EUA buscaram recuperar sua posição econômica mundial e acabaram por enfraquecer o Japão, cujas novas gerações já não compreendiam o mundo com a mesma abnegação das anteriores.

Os investimentos norte-americanos não se restringiram ao Japão. A Coreia do Sul, saída da guerra em 1953, também recebeu o incentivo para a produção industrial. Mais ainda do que o Japão, que já detinha um significativo mercado interno, a Coreia do Sul tornar-se-á paradigma explicativo nos departamentos universitários de Economia para o tipo de modelo de desenvolvimento industrial, gerado através da promoção de exportações. Os coreanos, em seguida aos japoneses, tornaram-se exportadores de produtos baratos para os países mais desenvolvidos. Com o incremento do giro financeiro no sudeste asiático, provocado pelo crescimento econômico japonês na década de 1960 e 70, seguiram-se os investimentos na Coreia do Sul e em Taiwan, para onde iriam se deslocar as plantas industriais de componentes eletroeletrônicos da indústria japonesa, terceirizando sua produção. Taiwan funcionou no mesmo modelo sul-coreano, fabricando bens de consumo para exportação, aproveitando-se da exploração do baixo custo da mão de obra local. Hong Kong e Cingapura, os dois maiores portos do sudeste asiático, o primeiro um enclave na China sob controle britânico e o segundo uma verdadeira cidade-Estado, abrigaram a diáspora chinesa desde a década de 1930 que havia levado consigo seu capital. As duas cidades – entradas marítimas do extremo oriente para quem vem do ocidente – continuaram a vocação de entrepostos comerciais e tornaram-se, também, grandes praças

financeiras internacionais, uma espécie de Suíça asiática. Esse conjunto de países recebeu na década de 1980 a denominação de “tigres asiáticos”.

A Guerra do Vietnã durou até o ano de 1975 e finalizou-se com as humilhantes imagens televisadas da retirada norte-americana em helicópteros de sua embaixada em Saigon. A instabilidade no sudeste asiático adiou por duas décadas o ingresso do capitalismo nos países adjacentes: Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia. Quando estes incorporaram o modelo adotado pelos tigres asiáticos no final da década de 1980, somente o puderam fazer numa condição subalterna, terceirizando a produção de componentes de informática do Japão e dos próprios EUA. Enquanto Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan, já apresentavam indicadores econômicos de Primeiro Mundo ao final da década de 1980, os demais países amargavam ainda a condição do subdesenvolvimento, chegando atrasados à corrida capitalista. A crise asiática de 1997 iniciou-se na ainda tida como promissora economia tailandesa que sucumbiu facilmente à especulação do mercado internacional, redimensionando o poder econômico dos “tigres asiáticos” e mostrando que, a partir dessa época, a economia efetivamente em progressão passou a ser a da China, secundada pela ascensão da Índia ao patamar de país emergente.



Atende ao Objetivo 2

2. Aponte algumas das causas para o sucesso econômico do Japão no pós-guerra.

Resposta Comentada

No contexto da Guerra Fria no Extremo Oriente, o receio de expansão do comunismo na região fez com que os EUA investissem no Japão, ajudando-o a se reorganizar economicamente. A indústria japonesa aproveitou-se de uma oferta de mão de obra disciplinada, barata e qualificada para desenvolver sistemas produtivos diferenciados. A Toyota Motors inovou sua linha de montagem, tornando-a mais flexível e menos onerosa, e seu sistema foi seguido pelas outras indústrias. Os japoneses tiveram uma obsessão pela qualidade o que os ajudou a criar um novo modelo administrativo, conhecido como toyotismo, baseado na terceirização da produção e na capacidade de trabalho de seu operário.

A China de Deng Xiaoping

Mas, coincidentemente, o recuo japonês no Oriente foi secundado pelo crescimento econômico ininterrupto da China. Desde o massacre na praça da paz celestial, em 1989, nas últimas duas décadas a China transformou-se de uma nação fechada, cujo sistema de economia planificada realizava pouca troca com o mundo exterior, no maior ator do comércio internacional, posição alcançada em 2008, simultaneamente ao estabelecimento da maior crise da economia no Ocidente, desde 1929. Desde meados dos anos 1990, a China tem crescido a taxas impressionantes de mais de 10% ao ano, repetindo o fenômeno japonês do pós-guerra, somente que com uma população dez vezes maior, e dá-nos uma ideia do potencial de crescimento ainda existente em solo chinês.

As novas bases industriais da China contemporânea até podem ter sido lançadas durante os anos de mão de ferro do maoísmo, que teve o mérito de diminuir as enormes diferenças sociais no país e obrigar o conjunto dos chineses a se perceber como um povo igual dentro de uma mesma nação. Mas, a vitalidade atual da economia deve-se à subida ao poder de Deng Xiaoping, ocorrida ao término da Revolução cultural, em seguida à morte de Mao, em 1976. A China de Deng, desde meados da década de 1980, revela um pragmatismo que espantaria Adam Smith, caso ele a visitasse, refazendo a feliz frase de Arrighi (2008). O sucesso econômico de início espantou os *experts* ocidentais de economia. No ocidente, erroneamente, tende-se a fazer a associação direta entre capitalismo e democracia liberal. O que a China mostra-nos é que existem diferentes soluções, criadas pela cultura política de cada país. O capitalismo pode se desenvolver em ambiente de extrema liberdade para o mercado e para a sociedade, como pode se desenvolver, e a Alemanha nazista foi um exemplo, em regimes totalitários ou extremamente autoritários, como o caso da autocracia chinesa.

Os custos políticos no cenário internacional do impedimento da realização democrática da China – simbolicamente representado pelo banho de sangue em Tiananmen, no ano de 1989 – foram compensados em seguida pelo lugar que o país passou a ocupar no comércio global. Dez anos depois, muito se falava da economia chinesa e quase ninguém se lembrava do massacre dos estudantes universitários que reclamaram por democracia e maior participação nas decisões fechadas do Partido Comunista Chinês. A manutenção da centralização política nas mãos de Deng Xiaoping impediu um possível, mas não necessariamente, desmantelamento do regime comunista com a consequente luta pelo poder que se seguiria, como ocorreu à época do desmoronamento da ex-URSS. Nesse sentido, o Partido Comunista representa na China, ou melhor, ele passa internamente a ideia de que representa a possibilidade da manutenção da estabilidade, condição fundamental para a expansão do Capital. Onde há turbulência não há investimentos. O deslanchar

da economia de mercado em uma sociedade de um bilhão e trezentos milhões de almas, das quais a maioria ainda vive no campo sob formas de controle social, por exemplo, o *guanxi*, um modo de clientelismo chinês, ainda pouco inseridas no capitalismo, cujo consumo reprimido apenas começa a ser satisfeito, é absolutamente natural. Anormal seria se a China estivesse estagnada num mundo no qual o significado da ideia original de comunismo tornou-se algo muito difícil de ser explicado para os mais jovens que não viveram apaixonadamente a época em que ainda acreditava-se piamente na possibilidade de realização da utopia.



Figura 6.4: Estudante chinês tenta impedir o avanço de tanque. Tiananmen, Pequim, 1989.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/he/d/d8/Tianasquare.jpg>

A questão não deve ser a de desvendar como funciona, qual o tipo de capitalismo ou socialismo de mercado, qual seja o nome que se queira, que opera na China. Mas se as condições políticas do país que implicam a centralização do controle decisório de forma autocrática resistirão ao tempo, na medida em que uma parcela cada vez maior da população passe a participar ativamente da economia capitalista. Jinglian Wu (2005) entende que à medida que

o crescimento das demandas de consumo por parte da população for ocorrendo, inevitavelmente aumentarão os conflitos e a demanda por participação no processo de decisão política, o que colocará em xeque o estado autocrático chinês. Em contrapartida, Kelleee Tsai (2007) mostra em sua pesquisa a existência de um processo de acomodação recíproco entre o Estado socialista e o empresariado chinês que garantiria a tranquilidade política e projetaria o PCC como um executivo do interesse capitalista. Mas, se pensarmos no Estado como sendo o promotor inicial da acumulação capitalista não reside aí nenhuma heresia, desde os primórdios da acumulação capitalista inglesa. Com um deslocamento histórico de mais de trezentos anos, evidentemente as particularidades da cultura política chinesa produzirão um outro modelo, talvez nada tão diferente do que já não tenha ocorrido anteriormente na história do capitalismo.



Atende ao Objetivo 3

3. O que mudou e o que permaneceu no modo de agir do Estado chinês ao ingressar na era Deng Xiaoping?

Resposta Comentada

A característica política histórica da China tem sido a de ser um estado autocrático. Desde a revolução comunista em 1949, o controle decisório concentrou-se na mão do homem forte do Partido Comunista. O líder da China atualmente é Deng Xiaoping. Sob seu comando desde 1976, a partir da década de 1980, a China procedeu a reformas econômicas que abriram as portas ao comércio exterior. A China alcançou em meados da década de 1990 taxas anuais de crescimento econômico de mais de 10%, projetando internacionalmente sua economia até alcançar o segundo PIB do mundo, em 2010. Porém, do ponto de vista político, o país continua fechado, com a população tendo poucos canais para manifestar suas opiniões. A forma dura com que o Estado chinês exerce o controle político sobre a população, impedindo a liberdade de expressão ficou evidenciada durante a repressão militar com os tanques em Tiananmen, em 1989, e o massacre de estudantes que lutavam pela liberdade política.

CONCLUSÃO

Saber se nós já estaríamos dentro de uma transição econômica como nos convida a pensar Arrighi (2008), se o novo *hegemon* será a China, ou se os EUA continuarão seguindo ainda como a nossa Roma, como diz José Luiz Fiori (2008), ou ainda mais, se estamos realmente no limiar da construção de um Império transnacional, ou anacional, como tratou Antonio Negri (HARDT; NEGRI, 2003) ao lançar seu manifesto à multidão, não temos as respostas. E nem cabe o exercício do prognóstico ao historiador. Cabe admitir que, ao contrário da história do ocidente, a China tem um longo histórico de centralização política. Se a condução política do Partido Comunista Chinês conseguir manter a centralização de poder e com isso promover a igualdade, o dirimir das distâncias

sociais, ou pelo menos o não aumentar delas, algo quase impossível de se realizar no mundo livre do mercado e, ao mesmo tempo, contentar as crescentes demandas reprimidas do enorme conjunto de sua população já tomado pelo interesse pessoal em detrimento do coletivo, característica intrínseca ao capitalismo, então mais do que uma transição hegemônica, nós estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova forma de gestão do capital, agora em termos planetários. Mas isso será um assunto a ser trabalhado nas próximas aulas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

De que modo o crescente desenvolvimento econômico da China poderia trazer problemas para sua forma de governo?

Resposta Comentada

A China é governada de forma centralizada pelo Partido Comunista que detém o controle político sobre o país. A China vem vivendo nos últimos anos um período de crescente expansão econômica, o que tem transformado o perfil social de sua população, incorporando significativas camadas ao mundo do consumo capitalista, apesar de a maioria ainda ser pobre e viver no campo. O que se discute é se esse aumento de pessoas com acesso aos bens de consumo não gere também demandas por liberdades políticas, no sentido de

democratizar o país, demandas que seriam conflitantes com o modelo centralizado de gestão política existente na China.

RESUMO

Nesta aula, estudamos o aparecimento destacado do leste asiático no cenário político e econômico mundial, após a Segunda Guerra. Vimos que o impacto da revolução chinesa na Guerra Fria levou os EUA a ajudarem financeiramente seus aliados regionais: Japão, Taiwan e Coreia do Sul. O crescimento econômico japonês deve-se em grande parte à ajuda norte-americana, mas também à forma disciplinada com que sua população soube enfrentar os desafios. No caso da China, assistimos a uma transformação da sociedade, desde o conflito interno que levou à vitória comunista, guiada por Mao, até sua reabertura ao Ocidente. A rigidez do comunismo chinês, com sua particularidade camponesa e a revolução cultural, a partir da década de 1980, cederam espaço a uma política econômica pragmática liderada por Deng Xiaoping que elevou a China à categoria de potência econômica global, no início do século XXI.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, estudaremos a revolução tecnológica e os impactos culturais, trazidos por ela, no que Marshall McLuhan denominou “aldeia global”.

História Contemporânea II

Referências

Aula 1

ADI, Hakim; SHERWOOD, Marika. *The 1945 Pan-African Congress revisited*. Londres: New Beacon Books, 1995.

ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly. *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

_____. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOAHEN, Albert A. *História geral da África VII: África sob dominação colonial 1980-1935*. Brasília: Unesco, 2010.

CARRÉ, Olivier. *Le nationalisme arabe*. Paris: Payot, 2004.

FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GENNARI, Emilio. *A questão palestina*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KENNEDY, Paulo. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

KULKE, Hermann; ROTHERMUND, Dietmar. *A history of India*. Londres: Routledge, 2004.

LAQUEUR, Walter. *Histoire du sionisme: tomes I e II*. Paris: Gallimard, 1994.

LUKACS, John. *Uma nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLORUNTIMEHIN, Benjamin Olatunji. A política e o nacionalismo africanos 1919-1935. In: BOAHEN, Albert (Ed.) *História geral da África VII: África sob dominação colonial 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010.

PANNIKAR, Kavhalan M. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Aula 2

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS, Edgard de. *A Guerra Fria*. São Paulo: Atual, 1984.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

HALLIDAY, Fred, *A Guerra Fria e seu fim: consequências para a Teoria das Relações Internacionais*. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Jan/Jun, 1994, p. 53-73.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KENNAN, George F. *American Diplomacy, 1900/1950*. Mentor Book, 1951.

LUNDESTAD, Geir. *The American Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MAIER, Charles S. (ed.). *The origins of the Cold War and Contemporary Europe*. Nova York: New Viewpoints, 1978.

PEREIRA, Antonio C. *Os impérios nucleares e seus reféns: relações internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

SCHURMANN, Franz. *The logic of word power*. New York: Pantheon Books, 1974.

VIZENTINI, Paulo. *A Guerra Fria*. In: Aarão Reis Filho, Daniel. *O século XX*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Aula 3

AGA ROSSI, Laura. *Il Piano Marshall e l'Europa*. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1983.

ARRIGHI, Giovanni; BEVERLY, J. Silver. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BEVILACQUA, Piero. *Lo Sviluppo e i suoi Limiti*. In: AA.VV., *Storia Contemporanea*. Roma: Donzelli, 1997.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

DETTI, Tommaso; GOZZINI, Giovanni. *Storia Contemporanea. Il Novecento*. Milano: Bruno Mondadori, 2002.

- GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso economico en su perspectiva historica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.
- HOBSBAWM, Eric, *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KOJIMA, Kiyoshi; OZAWA, Terutomo. *Japan's general trading companies: merchants of economic development*. Paris: OECD, 1984.
- MAIER, Charles. *The origins of Cold War and Contemporary Europe*. New York: Franklin Watts, 1978.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- O'CONNOR, James. *USA: a crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- REICH, Robert. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo: Educator, 1994.
- ROSTOW, Walt. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio. *Il mondo contemporaneo dal 1848 ad oggi*. Roma-Bari: Laterza, 2010, 5ª Ed.
- SARTORI, Giovanni. *Homo Videns*. Bari: Laterza, 2000.
- SEMERARO, Giovanni. *Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.
- WOO-CUMINGS, Meredith, *neoliberalism and institutional reform in East Asia: a comparative Study*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

Aula 4

- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Org.). *História do século XX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007b. v. 3.
- _____. *História do século XX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 2.
- BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COURTOIS, Stéphane et al. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- FURET, François. *O passado de uma ilusão*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GOENDER, Jacob. *O fim da URSS: origens e fracasso da Perestroika*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1992.

GUARRACINO, Scipione. *Storia degli ultimi settant'anni*. Milano: Bruno Mondadori, 2010.

HADDAD, Fernando. *O sistema soviético: relato de uma polêmica*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAQUEUR, Walter. *O fim de um sonho*. São Paulo: Best Seller, 1995.

LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *O século soviético*. Tradução de Silva Costa. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da história?* Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1989, v.1.

MEDVEDEV, Roy. O socialismo num só país. In: HOBBSAWN, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Crise e desagregação do socialismo. In: Aarão Reis Filho, Daniel. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3.

_____. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

SUNY, Ronald Grigor. *The revenge of the past: nationalism, revolution, and the collapse of the soviet union*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

WERTH, Nicolas. Um estado contra o povo. In: COURTOIS, Stéphane et al. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

ZASLAVSKI, Victor. *Storia del sistema sovietico: L'ascesa, la stabilità, il crollo*. Roma: Carocci, 1995.

Aula 5

A BATALHA de Argel. 31 ago. 2005. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/a56q6zv70hwb/a-batalha-de-argel-040266D8A123C6>>. Acesso em: 24 maio 2011.

AMIN, Samir. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- BITTENCOURT, Marcelo. A história contemporânea de angola: seus achados e suas armadilhas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA. 2., 1997., Luanda. *Anais...*, Luanda: Comissão Nacional Sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_Historia_Contemporanea_de_Angola.pdf>. Acesso em: 24 maio 2011. p. 161-185.
- _____. Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 91, jun. 1999 Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Memorias_da_Guerrilha.pdf>. Acesso em: 24 maio 2011.
- BRANCHE, Raphaëlle. *La torture et l'armée pendant la guerre d'Algérie, 1954-1962*. Gallimard: Paris, 2001.
- CARRÉ, Olivier. *Le nationalism arabe*. Paris: Payot, 2004.
- FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FRANK, Andre Gunther. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, New York, v.18, n. 4, 1966.
- GENNARI, Emilio. *A questão palestina*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- GOODY, Jack. *O roubo da história*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GUERRA dos seis dias. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9uQC9RD3W4Y>>. Acesso em: 24 maio 2011.
- HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MAZRUI, Ali(Ed.). *História geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília, DF: Unesco, 2010.
- PANDEY, Bishwa M. *Historiography of India's partition*. Nova Delhi: Atlantic Publishers, 2003.
- PAPPE, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. Londres: Oneworld Publications, 2006.
- SAGHIE, Hazim. *The predicament of the individual in the Middle Est*. Londres: Saqi Books, 2001.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SURET-CANALE, JEAN; BOAHEN, Ali ADU. A África ocidental. In: MAZRUI, ALI (Ed.) *História geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília, DF: Unesco, 2010.

VIDAL, Dominique. *Comment Israël expulsa les palestiniens (1947-1949)*. Ivry-sur-Seine: L'Atelier, 2007.

Aula 6

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital*. Marília: Praxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. The resurgence of East Asia. In: ARRIGHI, Giovanni et al. *The resurgence of East Asia*. Nova York: Routledge, 2003.

AXELROD, Alan. *The real history of cold war*. Nova York: Sterling, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o jogo das trocas*. Lisboa: Cosmos, 1985.

CHANG, Jung. *Cisnes selvagens: três filhas da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHESNEAUX, Jean. *Modernidade mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CORIAT, Benjamin. *Pensar al revés*. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 1992.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

FIORI, José Luís et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GADDIS, John L. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GRANET, Marcel. *O pensamento chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IMAI, Masaaki. *Kaizen: a estratégia para o sucesso competitivo*. São Paulo: IMAM, 1992.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

LUKACS, John. *Uma nova república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OHNO, Taiichi. *Toyota production system*. Nova York: Productivity Press, 1988.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003.

SILVA, Antonio Ozaí da (Org.). Dossiê - 60 Anos da Revolução Chinesa. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 101, out. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/362/showToc>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

SPENCE, John. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TSAI, Kai. *Capitalism without democracy*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, William Appleman. *The tragedy of american diplomacy*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1984.

WU, Jinglian. *Understanding and interpreting Chinese economic reform*. Londres: Thomson, 2005.